



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

HELOANNA SALATTA PINI

**A VARIAÇÃO NAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO
FUTURO NA FALA DE INFORMANTES DAS REGIÕES SUL
E CENTRO-OESTE DO PAÍS:
UMA INVESTIGAÇÃO COM DADOS DO ALIB**

Londrina
2021

HELOANNA SALATTA PINI

**A VARIAÇÃO NAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO
FUTURO NA FALA DE INFORMANTES DAS REGIÕES SUL
E CENTRO-OESTE DO PAÍS:
UMA INVESTIGAÇÃO COM DADOS DO ALIB**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Dircel Aparecida Kailer

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Pini, Heloanna Salatta.

A variação nas formas de representação do futuro na fala de informantes das Regiões Sul e Centro-Oeste do país: : Uma investigação com dados do ALiB / Heloanna Salatta Pini. - Londrina, 2021.
130 f.

Orientador: Dircel Aparecida Kailer.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Futuro - Tese. 2. Forma Simples - Tese. 3. Locução Verbal - Tese. 4. Presente do Indicativo - Tese. I. Kailer, Dircel Aparecida. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

HELOANNA SALATTA PINI

**A VARIAÇÃO NAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO
FUTURO NA FALA DE INFORMANTES DAS REGIÕES SUL
E CENTRO-OESTE DO PAÍS:
UMA INVESTIGAÇÃO COM DADOS DO ALIB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dircel Aparecida Kailer
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Ortelan Maia Botassini
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Marcelo Silveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 24 de agosto de 2021.

AGRADECIMENTOS

Desafio tão grande quanto escrever esta Dissertação foi utilizar estas poucas linhas para agradecer às pessoas que fizeram parte desta minha trajetória de dois anos no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina.

Inicio os agradecimentos pela minha orientadora, Prof^a. Dra. Dircel Aparecida Kailer, não só pela orientação inegavelmente eficiente e segura, pelas valiosas sugestões e estímulos dados, mas, também, por ter me oferecido a oportunidade de adentrar, de fato, na área da ciência e por ter acreditado no meu potencial.

Uma vez dentro da Universidade, algumas pessoas me convenceram a continuar os estudos após a graduação, mostrando-me a nobre função da pesquisa: produzir novos conhecimentos. A Prof^a. Dra. Jacqueline Ortelan Maia Botassini foi uma dessas pessoas. A ela, os meus sinceros agradecimentos pelo importante papel que exerceu em minha vida acadêmica e por continuar acompanhando os meus passos.

Além disso, estendo esses agradecimentos ao Prof. Dr. Marcelo Silveira, por todas as contribuições para a minha pesquisa e por ser esse profissional tão dedicado.

Agradeço à equipe do projeto Atlas Linguístico do Brasil, pela concessão dos dados para a efetivação deste estudo.

Ao meu pai, Ademar, que, mesmo tendo permanecido apenas quatro anos ao meu lado, mostrou-me a importância da educação e que, com ela, eu poderia romper todas as barreiras que a vida me impusesse. São 21 anos sem a sua presença física, entretanto sinto o seu legado transformar a minha história todos os dias.

À minha mãe, Elza, que assumiu com maestria a responsabilidade de me criar sozinha após o falecimento do meu pai. Obrigada pela sua força, pela sua dedicação e por ser esse exemplo de mulher. Eu nunca teria chegado até aqui se não fosse por você, “pãe”. É como sempre lhe digo: “minha mãe me deu a vida e sempre ela me dará a vida”.

Aos meus amigos que foram capazes de entender a pouca disponibilidade que por vezes demonstrei e por ouvirem as minhas lamúrias. Além disso, obrigada pelos momentos animados que me proporcionaram, eles também foram imprescindíveis na execução deste estudo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação e, especialmente, a Deus que, além de me dar força, esperança e sabedoria, sempre colocou pessoas especiais em meu caminho.

“Precisamos desenvolver nos alunos o espírito crítico, tão temido por um ensino repressor, mas imprescindível para que possam discernir entre linguagem boa e má, falada ou escrita. Urge acabar com a figura do professor como ‘aquele que sabe’, e do aluno como ‘aquele que não sabe’, partindo para um trabalho de crescimento conjunto, de pesquisas e descobertas de ambos os lados”

(LUFT, 1997, p. 12)

PINI, Heloanna Salatta. **A variação nas formas de representação do futuro na fala de informantes das regiões Sul e Centro-Oeste do país: uma investigação com dados do ALIB.** 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

O *Futuro do Presente do Indicativo* e o *Futuro do Pretérito do Indicativo* são utilizados na designação de eventos posteriores ao ato de fala. Apresentados pelas gramáticas tradicionais em sua Forma Simples, essa variável linguística tende a ser realizada em sua forma analítica ou perifrástica. Com base na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1960), esta pesquisa analisou as diferentes realizações do *Futuro do Presente do Indicativo* e do *Futuro do Pretérito do Indicativo*: sua Forma Simples (*farei*), a Locução *ir + infinitivo* (*vou fazer*), o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*fazia*) e o uso do Presente do Indicativo com valor de futuro (*eu faço amanhã*). Para tanto, foram selecionadas entrevistas pertencentes ao banco de dados do projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) realizadas com 48 informantes estratificados quanto à localidade (6 capitais das regiões Sul e Centro-Oeste), à faixa-etária (18 a 30 anos e 50 a 65 anos), ao sexo (masculino e feminino) e à escolaridade (Ensino Fundamental e Ensino Superior). Conforme análise preliminar, este estudo constatou que o emprego da Locução Verbal constituída de *ir + infinitivo* tem se sobressaído entre os falantes, quando comparado ao uso da forma sintética do *Futuro do Presente do Indicativo* e do *Futuro do Pretérito do Indicativo*. Notou-se, também, que o uso do Presente do Indicativo, como forma de construção do tempo futuro, não necessita da presença de elementos que, no exercício de suas funções sintáticas, expressem algo que pode acontecer ou que acontecerá de fato.

Palavras-chave: futuro; forma simples; locução verbal; presente do indicativo.

PINI, Heloanna Salatta. **The variation in the representation of the future form in the speech of informants from the South and Center-West regions of the country**: an investigation with data from the ALIB. 2021. 133 p. Dissertation (Master in Language Studies) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The *simple future tense* is used to designate events that are about to happen. Presented by traditional grammars in its simple form, this linguistic variable tends to be realized in its analytic or periphrastic form. Based on Variationist Sociolinguistics (LABOV, 1960), this paper analyzed the different realizations of the simple future tense: its simple form (*farei*), the locution *ir + infinitive* (*vou fazer*), and the use of the simple present tense (*presente do indicativo*) with future value (*eu faço amanhã*). For this purpose, we selected interviews from the data bank of the Linguistic Atlas of Brazil (ALiB) project with 48 informants stratified according to location (6 capital cities in the South and Midwest regions), age (18 to 30 years and 50 to 65 years), gender (male and female) and education (elementary school and university). According to the preliminary analysis, this study found that the use of the verbal locution consisting of *ir + infinitive* has stood out among the speakers when compared to the use of the synthetic form of the simple future tense. It was also noted that the use of the simple present, as a form of construction of the future tense, is conditioned to the presence of elements that, in the exercise of their syntactic functions, express something that will happen.

Key words: future; simple form; verbal locution; simple present tense.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocorrências do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo.....	86
Gráfico 2 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo	88
Gráfico 3 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo	90
Gráfico 4 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial	92
Gráfico 5 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial	95
Gráfico 6 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Sexo	97
Gráfico 7 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Sexo	99
Gráfico 8 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Faixa Etária	101
Gráfico 9 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Faixa Etária	102
Gráfico 10 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Grau de Escolaridade.....	106
Gráfico 11 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Grau de Escolaridade.....	108
Gráfico 12 – Percentuais de ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Localidade.....	111
Gráfico 13 – Percentuais de ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Localidade	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atuação da variável Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Presente do Indicativo.....	94
Tabela 2 – Atuação da variável Faixa Etária para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Pretérito do Indicativo	103
Tabela 3 – Atuação da variável Faixa Etária para a implementação da variante Presente do Indicativo para indicar o Futuro do Pretérito do Indicativo	104
Tabela 4 – Atuação da variável Grau de Escolaridade para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Presente do Indicativo	107
Tabela 5 – Atuação da variável Localidade para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Presente do Indicativo	113
Tabela 6 – Atuação da variável Localidade para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Pretérito do Indicativo	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição do número de informantes pelas capitais selecionadas	78
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALF	Atlas Linguistique de La France
ALIB	Atlas Linguístico do Brasil
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALS	Atlas Linguístico do Sergipe
APFB	Atlas Prévio dos Falantes Baianos
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NURC-SP	Projeto Norma Urbana Culta de São Paulo
PEUL	Projeto de Estudos sobre o Uso da Língua
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1	DIALETOLOGIA	17
1.2	GEOLINGUÍSTICA	21
1.3	DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL	26
1.4	SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	27
2	AS LOCALIDADES SELECIONADAS PARA A PESQUISA	31
2.1	REGIÃO SUL	31
2.2	REGIÃO CENTRO-OESTE	38
3	OBJETO DE ESTUDO	42
3.1	O FUTURO DO MODO INDICATIVO	42
3.1.1	A Escolha pela Nomenclatura Locução Verbal	42
3.1.2	O Futuro do Presente do Indicativo	47
3.1.3	O Futuro do Pretérito do Indicativo	48
3.1.4	As Variantes do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo	50
3.2	AS DIFERENTES FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO FUTURO	54
3.2.1	Do Latim ao Português Atual	55
3.2.2	Sob o Olhar das Gramáticas Tradicionais	58
3.2.3	Sob o Olhar das Gramáticas Descritivas	59
3.2.4	Sob o Olhar do Funcionalismo	60
3.3	ESTUDOS ACERCA DO FUTURO	62
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	75
4.1	O PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL	75
4.2	A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	78
4.3	A VARIÁVEL LINGUÍSTICA	79
4.4	AS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS	80
4.4.1	Sexo	81

4.4.2	Faixa etária	81
4.4.3	Grau de escolaridade	82
4.4.4	Localidade	82
4.4.5	O programa de Análise Quantitativa Variacionista	83
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	86
5.1	ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO E DO FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO	86
5.1.1	Variável Linguística: Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial	91
5.1.1.1	Futuro do presente do indicativo	92
5.1.1.2	Futuro do pretérito do indicativo	94
5.1.2	Variável Extralinguística: Sexo	96
5.1.2.1	Futuro do presente do indicativo	97
5.1.2.2	Futuro do pretérito do indicativo	99
5.1.3	Variável Extralinguística: Faixa Etária	100
5.1.3.1	Futuro do presente do indicativo	100
5.1.3.2	Futuro do pretérito do indicativo	102
5.1.4	Variável Extralinguística: Grau de Escolaridade	105
5.1.4.1	Futuro do presente do indicativo	105
5.1.4.2	Futuro do pretérito do indicativo	108
5.1.5	Variável Extralinguística: Localidade	109
5.1.5.1	Futuro do presente do indicativo	110
5.1.5.2	Futuro do pretérito do indicativo	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

O Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo são utilizados para se referir a um fato que acontecerá ou poderá acontecer no momento posterior ao ato de fala. As gramáticas tradicionais atestam que o falante, ao fazer menção a esse contexto, deve utilizar o verbo na sua Forma Simples (*farei/faria*), observa-se, porém, no dia a dia, uma nítida preferência pela forma *ir* + infinitivo (*vou fazer*) a qual consiste em uma Locução Verbal: um sintagma verbal composto formado pela junção de um verbo auxiliar e de um verbo pleno em uma de suas formas nominais, o Infinitivo. Além disso, há, também, a substituição da Forma Simples por um verbo no Presente do Indicativo, como em *A gente se vê mais tarde*.

Com base em alguns estudos ([CÂMARA JÚNIOR, 1956](#); [FLEISCHMAN, 1982](#); [GRYNER, 1997](#); [GIBBON, 2000](#); [SILVA, 2002](#); [OLIVEIRA, 2006](#); [OLIVEIRA; OLINDA, 2008](#)) que evidenciam o uso recorrente das novas representações de futuro na língua falada, nesta pesquisa analisou-se o comportamento variável do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo, a fim de verificar a produtividade de suas variantes: a Forma Simples, a Locução Verbal, o Presente do Indicativo com valor de futuro e o Pretérito Imperfeito do Indicativo.

Considerou-se, para tanto, a fala de 48 informantes que residem nas capitais dos estados da Região Sul (Curitiba-PR, Florianópolis-SC e Porto Alegre-RS) e Região Centro-Oeste (Goiânia-GO, Cuiabá-MT e Campo Grande-MS), com Ensino Fundamental e Ensino Superior, igualmente divididos por sexo (24 mulheres e 24 homens) e que pertencem a duas faixas etárias: A (18 a 30 anos) e B (50 a 65 anos). Com isso, verificou-se a atuação das variáveis extralinguísticas sexo, faixa-etária e grau de escolaridade como possíveis condicionadoras do uso das variantes em pauta.

A escolha da variável Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo como objeto de pesquisa ocorreu devido à observação de divergências existentes entre algumas gramáticas normativas da Língua Portuguesa quanto ao uso desses tempos verbais pelos falantes do português brasileiro, haja vista que a Forma Simples desse tempo verbal parece não ser mais a preferida da modalidade oral de nossa língua. Além disso, achou-se importante pontuar o

crescente uso da perífrase ir + infinitivo para indicar o tempo futuro como forma de ressaltar que a língua não consiste em um objeto estático, encontrando-se em constante mudança.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira: a princípio, apresentou-se, no capítulo um, a fundamentação teórica que norteia a pesquisa. Isso foi feito a partir do tracejo de um percurso histórico dos estudos envolvendo a variação, desde a Dialetologia, até a Sociolinguística Variacionista. Tanto esta, quanto aquela, embasam a metodologia deste trabalho. Nesse mesmo capítulo, também se elucidaram algumas características essenciais sobre a variável em questão – o Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo, com o objetivo de evidenciar o porquê da sua escolha e em que isso poderá contribuir para os estudos da Língua Portuguesa. Faz-se válido ressaltar, ainda, que, nesse momento, delinearam-se as diferenças entre o Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo.

Posteriormente, expôs-se, no segundo capítulo, uma revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo. Elucidou-se, de início, a evolução das formas de representação do futuro através do tempo, isto é, do latim ao português atual. Depois, demonstrou-se como diferentes vertentes enxergam esse fenômeno, tais como as gramáticas tradicionais, as gramáticas descritivas e o Funcionalismo. Foram exibidas, por fim, diversas pesquisas relacionadas à temática para estabelecer o estado da arte.

No capítulo três, identificaram-se diversos aspectos relacionados à metodologia deste trabalho. Para tanto, evidenciou-se como se deu a constituição do *corpus* em análise, além do perfil dos informantes e os critérios para a seleção da amostra. Ademais, foi feita uma explanação sobre as localidades em pauta, para que a sua relevância para a pesquisa seja evidenciada. Posteriormente, foram expostas as variáveis linguísticas e extralinguísticas investigadas e, por fim, foi feita uma explicação sobre o programa computacional usado no tratamento estatístico dos dados.

No capítulo quatro, foi apresentado o resultado da pesquisa organizado de acordo com a variável linguística e as variáveis extralinguísticas. Aliado a isso, demonstraram-se possíveis explicações para esses resultados obtidos a fim de contribuir para uma reconstrução da visão sobre o uso variável das formas de Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo na Língua

Portuguesa. Foram tecidas, também, as considerações finais e demarcadas as referências bibliográficas utilizadas ao longo do trabalho.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, primeiramente, apresenta-se a história das análises variacionistas, desde os primórdios dos estudos de cunho dialetal, passando pela Geolinguística, até alcançar o final dos anos 50 e início da década de 60, com Weinreich, Labov e Herzog. Esses autores inauguraram as análises da Sociolinguística Variacionista cujo princípio é o de que toda língua varia no tempo e no espaço e, uma vez que há variação, também podem ocorrer mudanças linguísticas. Serão expostas, além disso, as características que compõem a estrutura da variável Futuro do Presente do Indicativo e Futuro do Pretérito do Indicativo, bem como suas diferenças.

1.1 DIALETOLOGIA

No início do século XX, um período muito importante para a disseminação da linguística, havia um radicalismo que colocava em situação desprivilegiada qualquer tentativa de explicação dos fatos dessa natureza através de pressupostos de ordem diacrônica. Nesse ínterim, os estudos dialetais ganham destaque dentro da descrição linguística como uma forma de reação a esse preceito. Esse mecanismo foi bastante explorado no latim vulgar após a descoberta do seu parentesco com as línguas românicas e, até mesmo, com o indo-europeu.

Esse domínio da Linguística, que abrange os estudos das diferenças dialetais ou regionais de uma língua, é conhecido como Dialectologia. Sobre essa corrente de pesquisa, [Trudgill](#) (1981) afirma:

A dialectologia consistia no estudo de formas linguísticas que variam geograficamente em áreas predominantemente rurais. Não resta dúvida que é um trabalho de valor, levando-se em conta os dados linguísticos registrados que, de outra forma, estariam perdidos ([TRUDGILL](#), 1981, p. 54).

É extremamente válido considerar que os dialetos já haviam despertado interesse anteriormente, entretanto, somente com Graziadio Isaia Ascoli (1829-1907), linguista italiano, esses estudos tiveram caráter científico. Sob forte influência de linguistas alemães, como Franz Bopp e Friedrich Diez, Ascoli criou a revista *Archivio Glottologico Italiano* (1873), com o intuito de divulgar os seus trabalhos e os de seus alunos sobre a Dialectologia, com descrições dos dialetos modernos, problemas fonéticos e edições de textos antigos.

Outra figura muito importante na concreção da Dialetologia como ciência foi George Wenker. Em 1876, o estudioso aplicou um questionário, enviado por correspondência, aos professores primários da Alemanha, a fim de explorar as questões fonéticas desse local. Eles deveriam “traduzir”, para seus respectivos dialetos, pequenas frases. Cerca de 40.736 localidades foram atingidas, obtendo, por fim, 44.251 respostas, porém, para a elaboração dos mapas, foram levadas em consideração apenas 1881. Isso contribuiu para uma nova visão a respeito da mudança fonética, que pressupunha, até então, principalmente pelos neogramáticos, que todas as palavras eram afetadas foneticamente do mesmo modo.

A Dialetologia impulsionou a utilização da Geolinguística como instrumento da representação de dialetos. Esse termo traz à tona duas distintas linhas de estudo que se unificaram. Por um lado, a geografia, responsável por todo o tratamento conceitual dado à terra e aos fenômenos nela existentes. Por outro lado, a linguística, que se ocupa de analisar a linguagem nivelada segundo seus caracteres macro e micro. A partir disso, constituíram-se os Atlas Linguísticos, um conjunto de mapas nos quais são registrados traços lexicais, fonéticos ou morfossintáticos de um espaço geográfico específico. O seu maior impulsionador, e quem certamente lhe deu status de disciplina científica, foi o filólogo suíço Jules Gilliéron com o auxílio do comerciante Edmond Edmont.

Gilliéron elaborou o *Atlas linguistique de la France* (ALF), obra que muito contribuiu para o progresso da ciência da linguagem. Em 1877, Edmond Edmont iniciou a recolha dos dados e, durante quatro anos, percorreu 550 localidades aplicando um questionário de palavras isoladas e algumas frases que se totalizaram em 1.900 questões. O objetivo do estudo era conhecer os aspectos lexicais, fonéticos, morfológicos e sintáticos dos patoás galego-romanos.

O ALF, que inaugura a aplicação do método geolinguístico na sua plenitude, é um atlas nacional, que recobre todo um país, circunscrevendo-se a seus limites políticos. Idêntica preocupação, ainda que sem lograr o êxito que viria alcançar Gilliéron com a sua obra, teve Wenker ao empreender a recolha de dados na Alemanha. Começa-se, assim, com a busca da realidade nacional, entendida como a descrição linguística de área que, geográfica e politicamente, se reveste de unidade. As fronteiras para um atlas dessa natureza são estritamente políticas, o que faz com que “a descrição dos dialetos pare, artificialmente, por aí, ainda que na maioria dos casos os dialetos ultrapassem tais limites”. (CARDOSO, 2010, p. 22).

O método de Gilliéron teve muitos seguidores. Com isso, surgiram o *Atlas Linguístico da Catalunha*, o *Atlas Linguístico e Etnográfico da Itália e Suíça Meridional*, o *Atlasul Linguistic Român*, o *Micul Atlas Linguistic Român*, o *Atlante Italiano*, entre outros. Os responsáveis por essa atividade são os linguistas Karl Jaberg, E. Gamillcheg, J. Jud, G. Bottiglioni, Sever Pop, Sextil Puscariu e A. Griera respectivamente.

A primeira manifestação de caráter dialetal sobre o português, no Brasil, deve-se ao Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros. Enquanto ministro plenipotenciário do Brasil, na França, em 1926, ele elaborou, a pedido do geógrafo vêneta Adrien Balbi, que trabalhava em seu projeto *L'Atlas Ethnographique du Globe*, um estudo comparativo sobre o português do Brasil e o português de Portugal sob o ponto de vista lexical.

[Nascentes](#) (1953) destaca que, a partir de então, a história dos estudos dialetais no Brasil passou por duas grandes fases, uma que vai de 1826 a 1920, outra que se inicia em 1920, assim introduzidas:

Pode-se dividir a história dos estudos dialectológicos no Brasil em duas fases: a primeira, de 1826, ano no qual o brasileiro Borges de Barro publicou um estudo no livro de Adrien Balbi, até 1920, ano da publicação do livro *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral; a segunda, de 1920 anos nossos dias ([NASCENTES](#), 1953, p. 181).

Entretanto, de forma mais precisa e para confrontar tal postulado [Ferreira](#) e Cardoso (1984) propõem uma divisão tripartida a qual este trabalho adotará como base. As autoras reconhecem que, em cada época, houve uma tendência dominante que se sobressaía às outras. A primeira fase estende-se de 1826 até 1920. Nesse período, os estudos eram voltados aos vocabulários e léxicos regionais, como, por exemplo, o *Dicionário da Língua brasileira* (1832), de Luís Maria Silva Pinto, que reúne formas próprias do Brasil, além do *Glossário paraense* (1905), de Vicente Chermont de Miranda e o *Dicionário de brasileirismos* (1912), de Rodolfo Garcia.

É válido ressaltar que, nessa primeira fase, houve uma disseminação massiva de glossários e dicionários voltados, como já citado anteriormente, aos estudos de caráter lexicográfico. É nesse momento, também, em que é criado o primeiro trabalho de natureza mais ampla, *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, em 1879, por José Jorge Paranhos da Silva,

que aborda os diferentes aspectos da variação do português do Brasil em contraste com o português de Portugal.

A segunda fase inicia-se com a publicação de *O dialeto caipira* por Amadeu Amaral e se amplia até 1952. Esse momento é marcado pela produção de trabalhos voltados para a observação de uma área específica, a fim de descrever os fenômenos que a individualizam não só do ponto de vista semântico-lexical, mas, também, o fonético-fonológico e morfossintático. A preocupação, agora, é com uma metodologia de abordagem dos fenômenos orientada para o exame da realidade, explorada *in loco* a partir de seus diferentes aspectos.

Nessa obra, publicada em 1920, antecedendo a Semana de Arte Moderna de 1922, Amaral é imbuído da tarefa de capturar e descrever um suposto falar “original”, do “caipira”, que dominava grande parte de São Paulo, mas que estava se dissipando devido ao progresso:

É de todo sabido que o nosso falar caipira [...] dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência. Foi o que criou aos paulistas, há já bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem. [...] O processo dialetal iria longe, se as condições do meio não houvessem sofrido uma série de abalos, que partiram os fios à continuidade da sua evolução (AMARAL, [1920] 1982, p. 1).

Dois anos depois, Antenor Nascentes promulga *O linguajar carioca*, em 1922. O autor visava definir o que se entende por *falar brasileiro*, além de situar o linguajar carioca nessa conjuntura. É a partir disso que ele apresenta a divisão dos falares brasileiros em duas etapas a que declara ter concluído depois de realizar “o ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Recife a Cuiabá” (NASCENTES, 1953, p. 24), porém, pela ausência de dados descritivos e pela impossibilidade de testá-los, essa premissa não se confirma. Essa obra destaca-se por ser a primeira proposta de divisão dialetal do Brasil.

Ao término dessa segunda fase, tem-se a obra de Mário Marroquim, *A língua do Nordeste*, lançada em 1934, em que o autor analisa as peculiaridades da língua de Alagoas e Pernambuco. Em 1945, houve uma reedição da obra para a sua segunda edição e, recentemente, por ocasião do centenário de nascimento de Marroquim, fez-se uma terceira edição, no momento em os estudos sobre a variação espacial do português brasileiro já se encontram consolidados.

A terceira fase tem como marco o Decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que definia as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa e que assentava como principal delas a criação do Atlas Linguístico do Brasil. Para a consolidação de tal feito, foi necessário o apoio de diversos estudiosos, que, com seus trabalhos, implementaram um novo momento da Dialetoologia brasileira, isto é, o início dos estudos da Geografia Linguística.

1.2 GEOLINGUÍSTICA

A Geolinguística é um campo interdisciplinar, compartilhado pela linguística e pela geografia. Essa corrente de estudos ocupa-se em analisar a língua em seu conceito geográfico e suas principais tarefas são: identificar e descrever as áreas linguísticas; analisar as dinâmicas geográficas das suas variações internas; estimar a importância territorial das línguas e das suas variedades em diferentes escalas (local, regional, nacional, continental e mundial); examinar as dinâmicas territoriais das línguas e das suas variedades; estudar situações de conflito territorial causado pelas diferenças linguísticas e conhecer as representações que as pessoas têm dos espaços linguísticos, das suas falas e da sua dinâmica territorial

O primeiro estudioso a impulsionar a criação do Atlas Linguístico do Brasil foi Antenor Nascentes com a publicação de sua obra *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* em dois volumes, um em 1952 e o outro em 1961. Esse trabalho é tão importante dado ao fato de que ele instituiu os procedimentos fundamentais para o início do trabalho nesse campo e debate, além disso, as prerrogativas de um atlas realizado ao mesmo tempo para todo o país, mesmo reconhecendo a impossibilidade de sua consolidação, devido à vastidão do nosso território e à dificuldade de acesso aos diferentes locais.

Outro estudo seminal é o *Guia para estudos dialectológicos*, de Serafim da Silva Neto, lançado em 1957. O autor sugeriu às Faculdades de Filosofia que realizassem, a cada ano, um curso de Dialetoologia Brasileira; além disso, buscou determinar as tarefas necessárias para que os estudos dialetais fossem consolidados no Brasil. Apesar de ser um incansável incentivador da realização do Atlas Linguístico do Brasil, Neto sempre enfatizou a importância dos estudos dialetais em suas múltiplas manifestações.

Celso Cunha, por sua vez, também teve sua importância consolidada nesse momento, pois, juntamente com Serafim da Silva Neto, defendeu

que, para se obter um atlas verdadeiramente nacional, era necessário que se fizessem, a princípio, os atlas regionais. O seu maior interesse pela concretização desse projeto era dado às questões relacionadas a uma política de conhecimento da Língua Portuguesa.

De acordo com [Romano](#) (2013), o primeiro passo concreto para o campo da Geolinguística, no Brasil, foi feito por Nelson [Rossi](#), em 1963, com a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rossi, apesar de ser um incansável incentivador dos estudos dialetológicos, foi o pioneiro na aplicação da Geografia Linguística no Brasil em sua jornada pelo conhecimento dos diferentes falares da Bahia. Portanto a terceira fase da Dialetologia do Brasil tem como marca o início dos estudos sistemáticos no campo da Geografia Linguística.

Tendo em vista as novas características de que se revestem os estudos dialetais brasileiros, no que concerne à metodologia e aos avanços da descrição Geolinguística no território nacional, bem como à criação dos atlas regionais e, posteriormente, do Atlas Linguístico do Brasil, Mota e Cardoso (1987) propõem uma reformulação da periodização da história dos estudos dialetais no Brasil, incluindo, com isso, uma quarta fase.

É válido reforçar, novamente, que a Geolinguística no Brasil tem como característica principal a criação dos mapas regionais, devido ao reconhecimento das dificuldades, principalmente no que tange à extensão territorial do país e da precariedade dos meios de comunicação. [Ferreira](#) e Cardoso (1994) demarca três momentos relevantes para a aplicação do método da geografia linguística em nosso país, são eles:

Em 1952, o Centro de Pesquisa Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro...determinou 'como de finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil';

Em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha concluem pela impraticabilidade de um atlas nacional devido à amplitude territorial do país, mas defendem a elaboração dos atlas lingüísticos regionais, que consideram essenciais para o conhecimento do português do Brasil;

Em 1958, Antenor Nascentes, então membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, publica as Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil, mas entende da dificuldade de elaborá-lo e adota o princípio de que sejam feitos atlas por região. ([FERREIRA](#); [CARDOSO](#), 1994, p. 256).

De acordo com a colocação feita por [Nascentes](#) (1953), de que os atlas, a princípio, deveriam ser feitos por região, o primeiro deles, produzido em terras brasileiras, foi o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), do autor Nelson Rossi e das coautoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee, feito entre os anos de 1960 e 1963. Ele se estende por todo o estado da Bahia, com um conjunto de 50 localidades, divididas em 30 áreas geográficas e culturais. Para tanto, foi aplicado um questionário linguístico com um total de 179 perguntas, que foram selecionadas a partir de um estudo prévio feito em quatro localidades. As respostas eram anotadas imediatamente após serem ouvidas e já transcritas foneticamente. Houve um total de 100 informantes de ambos os sexos, constituindo, assim, um atlas com um conjunto de 209 cartas assim distribuídas: 198 cartas linguísticas, 44 resumos das cartas fonéticas e 11 cartas introdutórias que fornecem dados complementares de caráter geral.

Em seguida, há a publicação do *Atlas Linguístico do Sergipe* (ALS), em 1973, devido à continuidade geográfica do estado, à maior facilidade de acesso e ao fato de estar compreendido na área do “falar baiano” de acordo com a divisão de Nascentes. Ele foi elaborado pelo grupo de pesquisadores da Bahia e teve como autores Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi. O ALS representa um avanço em vista da metodologia aplicada no APFB, a saber:

- a) Aplicação de inquéritos preliminares, gravados, nas 15 localidades que constituíram a rede de pontos. Esses inquéritos foram realizados por estudantes que concluíram os seus cursos de graduação em 1963 e 1964, com acompanhamento dos professores.
- b) Maior amplitude do questionário definitivo em relação ao aplicado na Bahia: com cerca de 700 perguntas, nele incluídas as que compõem o Extrato de Questionário da Bahia, acrescidas de outras que os inquéritos preliminares em Sergipe sugeriram.
- c) Formulação por escrito, no próprio questionário, da maneira de perguntar-se sobre o item, com o objetivo – alcançado – de garantir maior homogeneidade nos inquéritos, eliminando-se, assim, possíveis dificuldades no momento da exegese. ([CARDOSO](#), 2010, p. 245).

Após a concretização de uma metodologia a ser aplicada na formulação de atlas, em 1977, José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio elaboram o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (EALMG). Para tanto, os autores utilizaram inquéritos aplicados diretamente nos pontos escolhidos e inquéritos por correspondência que atingiram 302 localidades. As respostas obtidas

através das correspondências tinham por finalidade comprovar a validade ou não de isoléxicas traçadas através dos dados colhidos diretamente. Esse projeto resultou em 73 cartas, em 45 delas são retratados os dados onomasiológicos, exclusivamente lexicais ou léxico-fonéticos, as demais caracterizam as isófonas e as isoléxicas de fenômenos destacados.

Realizado em três volumes, sendo dois deles lançados em 1984, o *Atlas Linguístico da Paraíba (ALPb)*, de Maria do Socorro Silva e Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes, abarca 25 municípios bases e três outros satélites. Foram escolhidos, em cada local, três informantes, no mínimo, e, no máximo, dez, que variam entre 30 e 75 anos de idade. A eles, foi aplicado um questionário que se divide em duas partes: a primeira, geral, que compreende 289 perguntas e a segunda, com 588 questões. Esse atlas possui um total de 149 cartas que variam entre lexicais e fonéticas.

Inaugurando o conjunto de atlas da região Sul do país, Vanderci de Andrade Aguilera apresenta o *Atlas Linguístico do Paraná (ALPR)*, feito, a princípio, para a sua Tese de Doutorado, em 1990, e, posteriormente, publicado em dois volumes no ano de 1994. O primeiro volume constitui-se da seguinte forma: a metodologia seguida, a descrição das localidades, a caracterização dos informantes, apresentação das cartas e glossários das formas cartografadas e registradas em notas nas cartas. O segundo volume, por sua vez, possui 191 cartas linguísticas, nas quais 92 são lexicais, 70 fonéticas e 29 delas proporcionam traçados de isoglossas.

Aguilera selecionou 65 localidades que abarcam todo o estado do Paraná. Em cada ponto da rede, foram ouvidos dois informantes com idades que variam entre 30 e 60 anos. A autora se destaca pelo fato de ter utilizado em seu questionário perguntas presentes em outros atlas linguísticos já publicados, isso expande as possibilidades de análise comparativa entre o ALPR e os demais.

Esses cinco atlas são extremamente representativos na consolidação da Geografia Linguística do Brasil, porém, ao lado deles, seguem outros projetos de renome, como:

- O *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul* (2002) coordenado por Walter Koch e com a colaboração de Mário Klassmann, José Luiz Mercer, Oswaldo Furlan e Hilda Vieira, que abarca os três estados da Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

- O *Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro* (1995) coordenado, inicialmente, por Celso Cunha e posteriormente por Sílvia Brandão, além de contar com a participação de Maria Emília Barcelos da Silva e Edila Viana da Silva;
- O *Atlas Linguístico de São Paulo* (1993) dirigido por Pedro Caruso e com a participação de Brian Head, Vandarsi Santana e Harumi Piscioti;
- O *Atlas Linguístico do Ceará* (2010) coordenado por José Rogério Bessa.

Em 1996, no seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística* no Brasil, em Salvador, os pesquisadores na área de Dialetologia retomam a ideia de um Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) lançada em 1952. Para tanto, é criado o Comitê Nacional constituído por um representante de cada um dos atlas publicados e dos atlas em curso, são eles: Jacyra Mota (Universidade Estadual da Bahia), Maria do Socorro Aragão (Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Ceará), Mario Zágari (Universidade Federal de Juiz de Fora), Suzana Cardoso (Universidade Federal da Bahia), Vanderci Aguilera (Universidade Estadual de Londrina) e Walter Koch (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Com o falecimento de Walter Koch, em 2008, e Mario Zágari, em 2010, passam a integrar o comitê Cleo Altenhofen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Ana Paula Rocha (Universidade Federal de Ouro Preto).

O objetivo geral do Projeto ALiB é oferecer dados empíricos, ordenadamente recolhidos e analisados, para o entendimento do português do Brasil. Além disso, ele conta com os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolinguística.
2. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
3. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento — história, sociologia, antropologia, etc. — de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
4. Oferecer, aos interessados nos estudos lingüísticos, um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade

documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.

5. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica. (COMITÊ NACIONAL, 2001, p. 16).

Atualmente, o Projeto ALiB encontra-se na fase final de levantamento dos dados para a constituição do *corpus*, com 93,6% das 250 localidades já documentadas e com 20 estados em que a pesquisa foi realizada na íntegra e concluída. Além disso, há o procedimento de análise dos dados, principalmente nas capitais dos estados.

1.3 DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL

A metodologia na qual se baseia a maioria dos trabalhos atuais desta área é a Dialetologia Pluridimensional contemporânea, que tem sua base na preocupação com as propriedades sociais dos informantes e suas implicações no uso que fazem da língua. Portanto fatores sociais, como idade, gênero, escolaridade e profissão, tornam-se aspectos essenciais dentro da variação. Sobre isso, [Chambers e Trudgill](#) (1994) assinalam que,

Ao mesmo tempo em que a dialectologia começava a se deixar influenciar diretamente (ainda que levemente) pela linguística, também começava a se deixar influir indiretamente pelas ciências sociais. Alguns dialectólogos começaram a reconhecer que se havia posto muita ênfase na dimensão espacial da variação linguística, excluindo-se, em consequência, a dimensão social. Gradativamente isto se impôs como um juízo para alguns estudiosos, uma vez que a variação social na língua é tão comum e importante como a variação espacial. Todos os dialetos são tanto espaciais como sociais, uma vez que todos os falantes têm não só um espaço social como uma localização espacial. ([CHAMBERS](#); TRUDGILL, 1994, p. 81-82).

[Radtke](#) e Thun (1999) evidenciaram, durante o *Simpósio sobre Novos caminhos da geolinguística românica*, realizado em Heidelberg e Mainz, em outubro de 1991, que a geolinguística contemporânea caminha para transformar-se em uma verdadeira ciência da variação. No século XIX, os estudos dessa área, no Brasil, retratavam a língua de uma população, em grande maioria, sem escolaridade e morador da zona rural; porém, no século XXI, devido ao avanço da tecnologia,

essa prerrogativa se modifica a fim de atender as novas necessidades. Nos estudos da Linguística Moderna, a ciência que mais se assemelha à Dialetoologia é a Sociolinguística. O conteúdo de ambas se confunde na prática, o que as diverge está mais relacionado aos objetivos do que à metodologia propriamente dita.

1.4 SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

A Sociolinguística foi citada pela primeira vez apenas em 1964, em um congresso organizado por William Bright que contou com a participação de cientistas como Gumperz, Haugen, Labov, Hymes e Fisher. Os trabalhos apresentados nesse congresso foram organizados pelo autor que, em 1966, publicou o livro *Sociolinguistic: Proceedings of the UCLA Sociolinguistic Conference* e, em um artigo introdutório, anuncia o uso do termo Sociolinguística. Bright (1974), além disso, explica que esses estudos se diferem de pesquisas de outras áreas, como a Sociologia da Linguagem, apesar de tratarem, também, da relação entre língua e sociedade, a preocupação está, agora, voltada não só a isso, mas, também, à língua como sendo uma estrutura e a variação dentro dela.

Há muito tempo já se pensava em uma união da linguagem com aspectos de ordem social, um exemplo disso é o artigo de Hymes, publicado no ano de 1964, que abarcava um novo domínio de pesquisa, intitulado *Etnografia da Fala*, e o estudo de Labov realizado em 1960, sobre o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts (EUA). Nessa pesquisa, o estudioso estabeleceu alguns fatores extralinguísticos e, por meio de entrevistas, analisou a variação dos ditongos /ay/ e /aw/ a fim de verificar a oposição entre a presença ou ausência de centralização. As observações de Labov (1960) revelaram que a comunidade sofreu grandes influências sociais por conta dos veranistas vindos do continente, ao passo que, a variante inovadora, considerada de maior prestígio, trazida por eles, não foi assimilada pelos nativos, sobretudo, os de maior faixa etária. Assim, os nativos de Martha's Vineyard mantinham e, até mesmo, exageravam na pronúncia da vogal-núcleo centralizada – variante conservadora tida como não padrão – com o intuito de demarcar seu espaço e reafirmar a identidade cultural e social da comunidade.

Bright (1974) destaca que a Sociolinguística nasce a partir de uma aversão à abordagem da Linguística Estrutural, visto que rompe radicalmente com o modo de entender as línguas como sendo uniformes, homogêneas ou monolíticas

em sua estrutura. As divergências presentes na fala comum, do dia a dia, eram explicadas, no Estruturalismo, como sendo uma “variação livre”, devido a isso, um dos deveres da Sociolinguística é explicar que não existe variação livre, ou seja, que ela está sempre condicionada a algum fator, seja ele linguístico ou extralinguístico.

A Teoria da Variação e Mudança Linguística, também chamada de Sociolinguística Quantitativa, por atuar com números e tratamento estatístico dos dados coletados, surgiu a partir das propostas de [Weinreich](#), Labov e Herzog (2006 [1968]), cujo principal objetivo é a descrição da língua e seus fatores sociais e linguísticos, de acordo com seu uso variável, o que permite revelar quais ambientes linguísticos ou sociais são mais significativos para o fenômeno em questão.

Sendo a heterogeneidade um fator constitutivo de um sistema linguístico, toda e qualquer língua vai apresentar “variantes” linguísticas, ou seja, diferentes formas de dizer, que possuem significados equivalentes. Nesse ponto, [Naro](#) (1994) afirma que

O pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade lingüística, tal como a homogeneidade lingüística, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras. Em outras palavras, tal como existem condições ou regras categóricas que obrigam o falante a usar categoricamente certas formas (a casa) e não outras (casa a), também existem condições ou regras variáveis que funcionam para favorecer ou desfavorecer variavelmente e com pesos específicos, o uso de uma ou outra das formas variáveis em cada contexto. ([NARO](#), 1994, p. 15).

Essas regras variáveis, às quais [Naro](#) (1994) se refere, são formadas por variáveis linguísticas, isto é, internas às estruturas da língua – os fatores de natureza fonética, fonológica, semântica, lexical, morfossintática e discursiva – e por variáveis extralinguísticas, condições externas ao sistema da língua – são fatores como localidade, sexo, faixa etária, escolarização, classe social e grau de formalidade. O condicionamento social nas variações linguísticas aponta certo padrão e, normalmente, repetem-se independentemente do tipo de fenômeno estudado e da língua investigada”.

Nesse sentido, existem diferentes tipos de variação linguística, tais como: a) a variação histórica ou diacrônica: mudanças pelas quais a língua passa no decorrer do tempo; b) variação geográfica ou diatópica: diferenças linguísticas entre falantes de diferentes espaços físicos; c) variação social ou diastrática: resultado de fatores como classe social, idade, sexo, escolaridade, situação ou contexto social e

d) variação estilística ou diafásica: alternância na fala para adequar aos diferentes contextos de uso (ALKMIM, 2007, p. 33-39).

Com exceção da variação histórica, todas as demais são observadas sincronicamente, mas, quando se trata de mudança linguística, a sincronia recorre à diacronia. Portanto, para entender a mudança, é necessário verificar como era o fenômeno e como se deu esse processo no decorrer do tempo; da mesma forma, é possível analisar a variação sincrônica e projetar uma mudança futura.

É por meio da análise das variáveis sociais que podemos concluir se o quadro de variação observado em uma comunidade de fala representa uma variação estável ou uma mudança em progresso. No primeiro caso, ambas as variantes coocorrem e, como não há predominância de uma variante sobre a outra, o quadro de variação tende a se manter por um longo tempo. Em relação à mudança em progresso, verifica-se gradativa sobreposição de uma variante, como afirma [Labov](#) (2005). Além disso, um quadro de variação apresenta fortes indícios de mudança em progresso quando a forma inovadora é praticamente categórica na fala de grupos mais jovens.

Por conseguinte, [Faraco](#) (2005) destaca que a mudança linguística não é um simples processo de troca de uma variante por outra, mas sim a concorrência entre ambas as formas até que, por conta de diversos fatores, com o passar do tempo apenas uma se sobressaia. Cabe lembrar, ainda, que a constatação e afirmação de uma variação estável ou mudança em curso só é possível por meio do cruzamento dos dados obtidos entre as variáveis linguísticas e sociais. Porém, essas hipóteses serão confirmadas em pesquisas futuras (diacronia).

Diante do exposto, faz-se necessário explicitar a presença de dois tipos de análise da variação, propostos por [Labov](#) (2005): estudo em tempo real e tempo aparente. A proposta de um estudo em tempo real (confronto entre décadas) surge da incapacidade de afirmar, em tempo aparente (distribuição por idade), que a variável faixa etária aponta mudança na comunidade quando esta constitui um padrão característico de gradação etária que se repete de geração em geração.

Quanto à investigação em tempo real, [Cukor-Avila](#) e [Bailey](#) (2008) demonstram que

Os pesquisadores que desejam usar evidências em tempo real para estudar a mudança de idioma têm apenas duas opções: (i) eles

podem comparar as evidências de um novo estudo com alguns dados pré-existentes, ou (ii) eles podem pesquisar novamente a comunidade (por meio de uma pesquisa de tendências) ou um grupo de informantes (por meio de uma pesquisa de painel) após um período de tempo. (CUKOR-AVILA; BAILEY, 2008, p. 254).¹

Outra importante questão levantada pela teoria laboviana é o preconceito linguístico, pois, quando duas ou mais formas passam a ocorrer simultaneamente na língua, há um condicionamento que acaba por definir uma como variante de maior prestígio, por vezes variantes conservadoras consideradas como norma padrão, e variantes inovadoras, tidas como formas estigmatizadas, quase sempre, como norma não padrão. Essa visão errônea está calcada, sobretudo, nas gramáticas tradicionais que, de certa forma, definem o modo “correto” de falar e disseminam a ideia de que as outras variedades são “inferiores”.

Em meio a esse cenário de preconceito, os estudos sociolinguísticos contribuem com a diminuição de julgamentos e relativizam a questão do erro, levando à percepção da existência e da sistematicidade desses discursos, evidenciando a gramática real de um grupo linguístico e provando a relação entre língua e sociedade.

Em suma, podemos afirmar que o principal objetivo da Sociolinguística Laboviana é criar um conjunto de regras e princípios que atestem sistematicamente a variação e a mudança linguística em uma comunidade de fala.

¹ Versão original: Researchers who want to use real-time evidence for studying language change have only two options: (i) they can compare evidence from a new study to some pre-existing data, or (ii) they can re-survey either a community (through a trend survey) or a group of informants (through a panel survey) after a period of time has elapsed.

2 AS LOCALIDADES SELECIONADAS PARA A PESQUISA

As seis localidades selecionadas para este estudo são as capitais dos estados da Região Sul e da Região Centro-Oeste. Faz-se mister lembrar que, Brasília, a capital do Distrito Federal, não é contemplada no banco de dados do Projeto ALiB por ser uma cidade recém-construída. Em vista disso, não haveria a possibilidade de os informantes se encaixarem no pré-requisito de que, além de terem nascido e permanecido naquele local durante toda a sua vida, aquela também ser a cidade natal de seus pais. Por esse motivo, essa é a única capital da Região Centro-Oeste que não foi analisada neste trabalho.

Nos subcapítulos que seguem, foram apresentadas as características das regiões selecionadas para a pesquisa a fim de auxiliar na compreensão de alguns aspectos da fala desses indivíduos. Além disso, podem-se levantar hipóteses sobre o motivo pelo qual algumas variantes coexistem ali.

2.1 REGIÃO SUL

Com uma área territorial aproximada de 576.774 km², a Região Sul do Brasil caracteriza-se como a menor do país em extensão territorial e faz fronteira com o Uruguai, o Paraguai, a Argentina e com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Formada pelos estados do **Paraná**, **Santa Catarina** e **Rio Grande do Sul**, trata-se de uma região cujos índices sociais estão acima da média e o IDH é o mais alto do país.

Apesar de sua extensão territorial ser limitada em comparação às demais regiões do país, a Região Sul ocupa o terceiro lugar com maior número de habitantes, isto é, 27.389.891, segundo o censo 2010 do IBGE. Quanto aos estados, Rio Grande do Sul e Paraná são os mais habitados, entretanto, é Santa Catarina que abriga, em termos percentuais, a maior quantidade de moradores rurais.

Antes de elencarmos alguns aspectos importantes da história e colonização de cada estado, vale ressaltar que, inicialmente, todos eles eram ocupados por grupos indígenas, assim como todo o território brasileiro. Além disso, grande parte do território da região foi ocupado também por descendentes negros trazidos contra a vontade para realizar serviços braçais.

O surgimento do estado do **Paraná** ocorreu por volta do ano de 1.557 motivado, sobretudo, pela coroa espanhola. O Paraná português teve raízes

no Ciclo do Ouro, no século XVIII, com a fundação de Paranaguá e, posteriormente, com a criação das vilas de Antonina, Morretes e Curitiba. O Tropeirismo foi um importante ciclo de formação local, pois o franco comércio alimentício entre Viamão, no Rio Grande do Sul, e Sorocaba, em São Paulo, de acordo com [Swain](#) (1988, p.22), contribuiu para a fundação das mais antigas cidades do Paraná, como Lapa, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Guarapuava, entre outras, situadas nos segundo e terceiro planaltos.

A Emancipação Política do Paraná, em 1853, teve início com o ciclo econômico da erva-mate. Este momento foi responsável pelas navegações fluviais nos rios Iguaçu e Paraná e a construção da Estrada da Graciosa, bem como da Ferrovia Paranaguá/Curitiba que ligava, assim, o Planalto e o litoral. Essa ligação permitiu a exploração da madeira, maior atividade econômica que influenciou a história, a cultura, os hábitos e a gastronomia paranaenses, pois acabou atraindo muitos ingleses para povoar as regiões vazias pelas derrubadas.

Em 1854, quando o tráfico de escravos foi proibido, a colonização de áreas menos habitadas passou a ser incentivada pelo governo, fato que ocasionou um grande e diversificado aumento do número de imigrantes. Os imigrantes, ao adentrarem o Paraná, instalavam-se em colônias ([BALHANA](#), 1996).

O maior movimento de migração interna ocorreu entre as décadas de 30 e 50, do século XX, pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, constituída por paulistas, mineiros, catarinenses, nordestinos e paranaenses de outras regiões atraídos pela cultura do café. Assim, graças à fértil terra roxa, ocorreu o povoamento do Norte Pioneiro, Norte Novo e do Norte Novíssimo, originando as cidades de Cambará, Cornélio Procopio, Londrina, Maringá, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Cianorte, entre tantas outras.

A ocupação territorial e econômica no oeste e sudoeste paranaense deu-se com a vinda de migrantes, sobretudo, do Rio Grande do Sul, responsáveis pela introdução da cultura de soja, que, juntamente com o trigo, alargaram as fronteiras agrícolas do estado.

O Paraná começa a dar início às atividades industriais em meados de 1970, com a implantação de empresas automobilística, de comunicações, de material elétrico, refino de petróleo, além da agroindústria, contudo, sua principal matéria-prima continua sendo agrícola.

Além da importante contribuição dos portugueses, indígenas e negros para a formação local, o Paraná abriga descendentes de diversas etnias como espanhóis, italianos, alemães, holandeses, poloneses, ucranianos e japoneses que se espalharam e se fixaram em alguns municípios específicos do estado. Por conta dessa colonização rica e diversificada em cultura e etnias, o estado do Paraná ficou sendo considerado “a terra de todas as gentes” (LAZIER, 2003, p. 58).

Como o foco do nosso trabalho são as capitais dos estados, faz-se válido, além disso, expor um pouco da história da capital do Paraná: Curitiba. Essa cidade foi fundada em 29 de março de 1693 e, durante o século XVII, a mineração e a agricultura de subsistência eram as suas principais atividades econômicas. Entretanto, estabeleceu-se, entre os séculos XVIII e XIX, um novo marco econômico com a atividade tropeira derivada da pecuária. Em razão do trajeto entre Viamão, no Rio Grande do Sul, e a Feira de Sorocaba, em São Paulo, os tropeiros tinham passagem pelos “campos de Curitiba”. Com os invernos rigorosos e as dificuldades do tempo, as fazendas nesses campos se tornavam locais para “invernada”, isto é, paradas estratégicas para espera da melhora do tempo e sequência da viagem. Essa necessidade de permanência e de abertura de novos caminhos de passagem acabou por contribuir na formação de povoados.

Outro ciclo econômico se inicia ao final do século XIX com a extração da erva-mate e da madeira. Entre as etnias que povoaram a cidade, destacam-se os árabes, que chegaram a construir cerca de 10% da população logo após a Segunda Guerra Mundial; os italianos, que contribuíram na indústria e na formação de associações trabalhistas e culturais; os poloneses, que fundaram várias colônias que hoje são os bairros Santa Cândida e Abranches; os alemães e japoneses.

Por todo o século XX, os imigrantes europeus e de outros continentes marcaram sua presença em Curitiba por meio da língua, da religião, da culinária e dos costumes, criando um cenário cultural variado. No mesmo século, a indústria se desenvolveu com força, agregando mais poder econômico aos tradicionais setores do comércio e prestação de serviços. A década de 70 foi marcada por urbanização acelerada. Este processo foi provocado, em grande parte, pelas migrações do campo, já que a tecnologia aplicada à produção agrícola gerou a busca de emprego na cidade. A procura por oportunidades também trouxe catarinenses, gaúchos, paulistas e mineiros a Curitiba, que cresceu e se

desenvolveu cada vez mais. Atualmente, Curitiba é considerada uma metrópole. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população da cidade se aproximava dos 2 milhões de pessoas (1.765.000).

Santa Catarina também se tornou rota dos navegadores europeus devido às suas ricas terras. A primeira expedição significativa foi a do português Juan Dias Solis, em 1515, que nomeou o litoral catarinense de "Baia dos perdidos", por conta do naufrágio de uma embarcação no local. Porém, a ilha fica conhecida, em 1526, como "Porto dos Patos", com a chegada, a serviço da Espanha, do italiano Sebastião Caboto. Em 1529, o nome Santa Catarina aparece no mapa-múndi de Diego Ribeiro.

Com a chegada dos bandeirantes em 1637, o estado começou a ser povoado, sobretudo, a capital. A vila Nossa Senhora da Graça, hoje conhecida como São Francisco do Sul, foi fundada em 1660 e o município de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, hoje apenas Laguna, foi criado em 1714. A partir de 1739, a ilha passou a ser o posto português mais avançado da América do Sul, fato que ambicionou a invasão dos espanhóis, em 1777. Contudo, no mesmo ano, após o Tratado de Santo Idelfonso, a ilha é devolvida para Portugal.

Diversas colônias foram instaladas em Santa Catarina: a primeira, em São Pedro de Alcântara, com a chegada dos alemães, precisamente 523 colonos católicos vindos de Bremen, em 1829. Posteriormente, em 1877, chegam os italianos. Hermann Blumenau, em 1850, funda, no Vale do Itajaí, a colônia de Blumenau.

Os dois principais acontecimentos do estado foram a Revolução Farroupilha (eclodida no Rio Grande do Sul, em 1835), em 1839, com o intuito de transformar Santa Catarina em República, durante a qual a cidade de Laguna foi tomada para sediar o governo, contudo, em 1845, os farrapos foram derrotados. E também a Guerra do Contestado, em 1912, conflito sociopolítico contra governo e multinacionais, responsável pela instituição de vários povoados autônomos que não aceitavam as ordens da República, cujo término foi em 1916.

Os municípios da então Capitania de Santa Catarina começam a surgir a partir da primeira subdivisão política criada, em 1660, a Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul (atual São Francisco do Sul). Assim, por meio de sucessivos desmembramentos, diversas cidades foram formadas entre os anos de 1930, 1944 e 1954.

Santa Catarina é dividida em oito principais regiões: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste; e, apesar de ser o menor estado do Sul do Brasil, possui grande diversidade geográfica, climática, linguística e cultural.

O estado faz fronteira com o Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina. Além disso, a localização geográfica, em posição estratégica no Mercosul, confere a Santa Catarina o posto de um dos maiores estados em desempenho econômico do país. Destacam-se como as maiores cidades Florianópolis, Joinville, que por sinal é também o município mais populoso, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Jaraguá do Sul e Lages, este o maior município do estado.

No século XVII, em torno de 1675, com a chegada do bandeirante Francisco Dias Velho juntamente com sua família e agregados, houve a fundação da localidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Ali surgia, com isso, o segundo núcleo de povoamento mais antigo do estado, ainda como parte da vila de Laguna, o qual desempenhou importante papel político na colonização da região. Entretanto, o fluxo de paulista e vicentistas na região intensifica-se e, em 1726, o povoado de Nossa Senhora do Desterro é elevado à categoria de vila, desmembrando-se do município de Laguna. Chegado o século XIX, em 1823, tornou-se capital da província de Santa Catarina por Decreto Imperial.

De acordo com o censo do IBGE (2010), a população estimada dessa capital é de 396.723 habitantes, em uma área de 433 km². Nesse município, vêm-se registrando altos índices educacionais, decorrentes, por certo, de uma cultura europeia voltada para a educação. Ainda nesse mesmo ano da contagem, registrou-se um total de 47.101 matrículas no Ensino Fundamental e 14.942 no Ensino Médio.

O chamado Continente de São Pedro do **Rio Grande do Sul**, segundo [Luvizotto](#) (2010), foi permanentemente disputado pela Espanha e Portugal, desde o século XVII. A ocupação no estado começou com a chegada dos padres jesuítas espanhóis, cujo objetivo era catequisar os índios que viviam na região. Porém, em 1641, os bandeirantes expulsam os jesuítas, estes levam os índios, mas acabam deixando grande parte do gado que criavam, o que se tornou a base econômica do local.

Em 1682, os jesuítas conseguem retornar ao solo gaúcho e fundam o primeiro núcleo urbano do estado, a atual São Borja. Somente em 1752, os

imigrantes açorianos chegam à província e se fixam na área conhecida hoje por Porto Alegre. A agricultura, comum no local, é impulsionada com a vinda dos açores e as plantações de trigo; porém, em 1820, a atividade perde espaço por conta da ferrugem e da falta de apoio do governo. Dessa forma, as principais atividades dos açores passam a ser a pecuária e o charque.

Em 1824, chegam ao estado os primeiros imigrantes alemães e se fixam na região do atual município de São Leopoldo. Em seguida, outras colônias alemãs começaram a se formar e o Rio Grande do Sul se torna a “segunda pátria” para os alemães, cujo fluxo migratório é constante, até a Segunda Guerra Mundial (LUVIZOTTO, 2010, p. 24).

Os imigrantes italianos, por sua vez, começaram a chegar a partir de 1875, porém tiveram que se instalar nas regiões serranas como, por exemplo, Caxias do Sul, pois a capital já estava povoada pelos alemães.

É, no século XIX, com as colônias alemãs e italianas que a agricultura e a criação de suínos e aves se estabelecem no estado, bem como as primeiras técnicas industriais. Apesar do crescimento industrial, a agricultura continuou forte no local até os dias de hoje; “o Rio Grande do Sul, juntamente com o Paraná, é um dos grandes responsáveis pela produção nacional de grãos” (LUVIZOTTO, 2010, p. 27).

Em suma, para Luvizotto (2010), a configuração histórico-cultural do Rio Grande do Sul tem por base a junção de três momentos: a) a presença de lavradores matutos, sobretudo, açorianos, cujo objetivo era criar um núcleo de ocupação lusitana para justificar a ocupação da área ao governo espanhol; b) os gaúchos, população mestiça de varões espanhóis e lusitanos com mulheres guaranis; e c) a formação gringo-brasileira, constituída com a vinda dos imigrantes de origem germânica, italiana, polonesa, japonesa, libanesa, entre outras, no século XIX.

No século XIX, surge Porto Alegre, a última capital que viria a compor a Região Sul do Brasil. Como se sabe, os primeiros habitantes desta e de outras regiões brasileiras foram os indígenas, mais especificamente os Guaranis. “Descobertas” essas terras, deu-se a necessidade de reparti-las entre os que ali chegavam, sobretudo os tropeiros, que se instalavam às margens do rio Guaíba. Logo, nesta área, foram outorgadas três sesmarias, consideradas marcos históricos da colonização dessa parte do Sul do país. Destaca-se, pois, a sesmaria do tropeiro

Jerônimo de Ornellas, a qual representou, de fato, o ponto inicial da capital gaúcha, sendo ele pioneiro desse povoamento, lá chegando no século XVII.

A princípio, em 1732, esse povoado recebera o nome de *Porto Viamão*, por estar à margem da lagoa do Viamão. Por sua posição geográfica privilegiada, desenvolveu-se rapidamente, o que facilitou a ancoragem de embarcações trazendo levas de casais açorianos ao longo do século XVIII. Nessa época, já denominado de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, esse povoado acabou sendo dividido em dois por um edital eclesiástico de 26 de março de 1772, criando-se, por meio desse, a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais.

Cerca de um ano depois, em 1773, nascia, então, a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Esta, em 1808, foi elevada à categoria de Vila e, somente na segunda década do século XIX, pela Carta de Lei, de 14 de novembro de 1822, o Imperador D. Pedro I passou a Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre à categoria de Cidade. Vinte anos depois de ser reconhecida como cidade, por volta de 1845, seguiram-se anos de prosperidade. Com a vinda dos primeiros imigrantes alemães e italianos que desembarcaram na capital, foram instalados restaurantes, pensões, pequenas manufaturas, olarias, alambiques e diversos estabelecimentos comerciais.

Avançando para o final do século XX, já em 1996, cerca de sessenta anos após ser oficializada, a prefeitura municipal passou a responder diretamente pela administração pública daquela localidade e Porto Alegre destacou-se em expectativa de vida, qualidade de ensino superior e consumo *per capita*. Em 2006, recebeu o selo “Cidade Livre do Analfabetismo” concedido pelo Ministério da Educação. Sua população chega a 1.420.667, de acordo com o censo IBGE (2010), distribuída por uma área de 497 km².

De modo geral, a Região Sul tem em sua história a marca da imigração europeia, chegando a ser considerada a “Europa brasileira”. Isso se observa na composição étnica da sua população, formada, em sua maioria, por brancos, os quais representam cerca de 80% dos habitantes dessa região. Apesar de essa área ter sido habitada, inicialmente, por índios, esses povos foram sendo, aos poucos, exterminados, ao passo que os colonos, sobretudo, açorianos, italianos,

alemães e poloneses, foram chegando e se apropriando daquele território e, juntamente com eles, as suas diversas línguas, como ocorreu no restante do país.

2.2 REGIÃO CENTRO-OESTE

No início do século XVII, as primeiras minas de ouro foram descobertas no atual território de **Mato Grosso** por Artur e Fernão Pais de Barro e, posteriormente, em Goiás; devido a isso, a Região Centro-Oeste começou a ser povoada. Os bandeirantes foram quem encontraram a maioria das minas no interior do Brasil. Esses homens paulistas de ascendência portuguesa e que possuíam um grande espírito aventureiro foram utilizados pelos portugueses para capturar indígenas e escravos fugitivos, além de procurar riquezas minerais na região central do país.

Taunay (1975, p. 319) demonstra que, “para os hispano-americanos e para os espanhóis, a designação dos paulistas sempre foi *portugueses de San Pablo*”. Entretanto, a designação “bandeirantes” foi “empregada pela primeira vez num documento do Conselho Ultramarino, dotado de 1676”. O autor acrescenta, ainda, referindo-se ao termo *bandeirantes*, que “o mais antigo emprego do substantivo, que se nos deparou, data de 1740”.

Foi a fascinação pelo desconhecido que levou os bandeirantes a adentrarem a mata fechada, fazendo surgir, no interior no Brasil, tanto o ciclo da caça aos índios, como o ciclo do ouro, fatores que motivaram o surgimento dos primeiros povoamentos na região Centro-Oeste do Brasil. Na maioria das vezes, esse movimento saía da Capitania de São Vicente (atual São Paulo) rumo ao Sul e ao Oeste do Brasil e, no final do século XVII, com atuação ainda mais intensa ao se depararem com o fato de que, além de Minas Gerais, havia ouro em Cuiabá. De acordo com os dados do IBGE, essa cidade foi fundada em 8 de abril de 1719, por Pascoal Moreira Cabral, nas margens do rio Cuiabá.

Em suma, pode-se afirmar que o fascínio dos bandeirantes pelo ouro foi um importante motivador do início do povoamento e do desenvolvimento da atual região Centro-Oeste, com destaque ao estado de Mato Grosso. Isso levantou a hipótese da existência de ouro em **Goiás**, impulsionando, também, a intensificação do povoamento da região goiana. Sobre isso, Diégues Junior assevera:

No começo do século XVIII, o território goiano foi explorado, encontrando-se ouro entre 1722 e 1725; logo depois, em 1726,

surgiu o primeiro núcleo de povoamento: arraial da Barra. O povoamento, graças à sedução das minas, processou-se rápido, ocorrendo não somente paulistas como também bandeirantes e aventureiros da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais (DIÉGUES JUNIOR, 1960, p. 273).

De acordo com o autor, dois grupos impulsionaram o início do povoamento do estado de Goiás: os bandeirantes paulistas, que avançavam na parte sul, e as expedições jesuítas, que entravam pelo norte do território goiano. Um fator importante, além disso, é que o desbravamento da área goiana facilitava o acesso às minas cuiabanas já descobertas em 1719.

Paulistas, mineiros, nortistas e, também, cuiabanos foram impulsionados a migrarem para essa região motivados pela fundação de arraiais, como o do Ferreiro e o de Vilas Boas. Os povoados ou arraiais foram surgindo com força significativa, visto que um grande contingente de pessoas procurava essa riqueza fácil e volúvel. Entretanto, em pouco tempo, ocorreu o inesperado: a decadência do ouro em Goiás. Logo, diante do rápido apogeu das minas goianas e cuiabanas, não demorou muito para que os arraiais se transformassem em núcleos urbanos.

Houve um esgotamento do ouro em Goiás no final do século XVIII e, também, uma decadência das minas em todo o território da Região Centro-Oeste, com isso outras bases econômicas surgiram, tais como a pecuária, a extração da erva-mate e a agricultura. A criação de gado ganha força tanto no território goiano, como no mato-grossense transformando-se, portanto, na principal atividade econômica dessa região, principalmente na área pantaneira, em que o bovino melhor se adaptou.

O sul do Mato Grosso, atual estado do **Mato Grosso do Sul**, por sua vez, destacou-se pela exploração da erva-mate, atividade que marcou uma nova fase na economia dessa região no século XVIII. Tamanho era esse destaque que, ainda no começo do século XIX, ela era exportada para outros países latinos e, no final do século XX, tornou-se objeto de mais largo comércio.

Um ponto interessante a se ressaltar em relação ao povoamento da Região Centro-Oeste é a sua estreita ligação com a hidrografia que, motivada pelo descobrimento do ouro, proporcionou o surgimento de algumas cidades, como Goiás (inicialmente denominada por Vila Boa), Cuiabá, Vila Bela, entre outras. Posteriormente, devido à decadência do ouro e à Guerra do Paraguai (século XIX),

essa região volta a ter grande importância comercial, já que ocorre a internacionalização da navegação no rio Paraguai. Além disso, Corumbá, em toda a área da Bacia do Paraguai, tornou-se um grande empório comercial.

O termo *Região Centro-Oeste* foi institucionalizado pelo Governo Federal em 1941, quando o IBGE elaborou a primeira divisão regional do Brasil para fins estatísticos e didáticos. Assim, essa região passa a ser composta oficialmente pelos estados de **Goiás** e Mato Grosso. Posteriormente, em 1960, abrigou o Distrito Federal e, em 1977, o estado do Mato Grosso do Sul, em decorrência da divisão do estado de Mato Grosso.

Faz-se válido pontuar que, entre as décadas de 40 e 70, houve importantes alterações na Região Centro-Oeste que era, até então, pouco habitada, passando a receber migrantes de vários estados brasileiros, o que propicia um intenso progresso de crescimento urbano. Isso aconteceu, principalmente, pela fundação de Brasília, a capital da República Federativa do Brasil, em 21 de abril de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a qual oportunizou muitos empregos diretos e indiretos, além da implantação de um sistema viário. Em consequência disso, na década de 80, ela passa a integrar o sistema econômico nacional.

O norte do Mato Grosso, entretanto, não acompanha esse alto índice de povoamento que acontece no restante da Região Centro-Oeste. Esse fato pode ser explicado a partir do estudo de Diegues Júnior (1960), que classifica essa área como pertencente à região da Amazônia em termos culturais. É provável que a densa vegetação e a presença de diversas etnias indígenas podem ter inibido o crescimento populacional dessa parte do território.

Para finalizar a explanação a respeito da Região Centro-Oeste, é importante examinar os dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE no que se refere à população atual desse local. Diante da análise realizada, constou-se que o norte do Mato Grosso, no período atual, contraria o seu estado anterior e encontra-se bem povoado, assim como o nordeste do Mato Grosso do Sul e a parte central de Goiás. Esses dados confirmam o crescimento populacional da Região Centro-Oeste que, até a década de 40 do século XX, era quase desabitada. Logo, é possível que também os hábitos, os costumes e a linguagem dessa população do Brasil Central estejam se alterando.

Outrossim, com base nesses dados provindos do Censo 2010, conclui-se que o intenso aumento da população urbana em relação à população rural perdura até os dias atuais, mesmo que com menor intensidade. Em Cuiabá, por exemplo, a população urbana soma 540.814 habitantes, enquanto a população rural resulta em 10.284 habitantes. O mesmo ocorre em Campo Grande, em que a população urbana é estimada em 776.242 habitantes e a rural em 10.555. Goiânia, por sua vez, apresenta a maior diferença entre esses dois perfis de população, a urbana com 1.297.076 habitantes contrapõe-se à rural, com apenas 4.925 habitantes.

Por fim, essa divergência pela escolha entre os espaços rurais e urbanos na região central do Brasil pode ser resultado da antiga forma de interpretar a vida no campo e na cidade, em que o homem rural era visto como rústico e atrasado por não estar integrado ao mundo moderno que concebe o homem como evoluído socialmente. Todavia, esse quadro vem sofrendo alterações, pois, na tentativa de usufruir cada vez mais dos adventos da modernidade, o habitante do campo tem acesso a bens de consumo e regalias ditas urbanas, como o uso da energia elétrica, de televisores, de aparelhos eletrônicos, de computadores, de produtos industrializados, além de meios de transportes como ônibus, motocicletas e automóveis que, por consequência, propiciaram a implantação de sinaleiros, lombadas, entre outros, que começaram a fazer parte da vida do homem do campo e dos pequenos municípios interioranos na contemporaneidade.

3 OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo, objetiva-se dissertar acerca da variável em questão: o Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo. Isso será feito a fim de desvelar todas as propriedades pertinentes a esses tempos-modos verbais as quais são relevantes para o entendimento e explicação da variação.

3.1 O FUTURO DO MODO INDICATIVO

O Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo são utilizados para se referir a um fato que acontecerá ou poderia acontecer no momento posterior ao ato de fala. As gramáticas tradicionais atestam que o falante, ao fazer menção a essa situação, deve utilizar o verbo na sua forma sintética, observa-se, porém, no dia a dia, uma nítida preferência pela forma *ir + infinitivo*, a qual consiste em uma Locução Verbal: um sintagma verbal composto, formado pela junção de um verbo auxiliar e de um verbo pleno em uma de suas formas nominais, o infinitivo. Além disso, há, também, a substituição da forma sintética por um verbo no presente do indicativo, como em *A gente se **vê** mais tarde* e *Eu **comia** todos os doces que tivesse vontade*.

Como mencionado na introdução, essa situação motivou a escolha dessa variante para ser o objeto de estudo desta pesquisa, justificada pelo fato de que há uma nítida divergência entre os compêndios da Língua Portuguesa e as escolhas usuais dos falantes do português brasileiro. Dessa forma, é necessária uma conceituação mais aprofundada sobre tal, a fim de que todos os seus aspectos sejam ressaltados; para tanto mencionamos, a princípio, o porquê da nomenclatura “Locução Verbal”, em seguida, delineamos considerações sobre as formas verbais Futuro do Presente do Indicativo e Futuro do Pretérito do Indicativo.

3.1.1 A Escolha pela Nomenclatura Locução Verbal

A variável Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo possui quatro variantes, entre elas a Locução Verbal constituída de *ir + infinitivo*. Esse sintagma não possui uma única nomenclatura tal como a que adotamos para esta pesquisa. Diante disso, faz-se válido ressaltar o porquê de sua escolha a partir de quatro perspectivas: a da gramática tradicional, a da estruturalista, a da funcionalista e a da gerativista.

Ao mencionar a visão das gramáticas tradicionais, a conceituação que [Pontes](#) (1973) faz é muito importante. A autora aponta três termos que coincidem, por vezes, na Língua Portuguesa, os *Tempos Compostos*, as *Conjugações Perifrásticas* e a *Locução Verbal*, e que não há uma definição clara desses, bem como quando empregá-los.

[Pontes](#) (1973) inaugura a sua explanação ratificando que a primeira vez que esse assunto entrou em voga foi na *Gramática da Língua Portuguesa*, feita por [Barros](#) (1957), que listou as formas verbais latinas e buscou suas formas correspondentes no português. Quando não encontrava as formas sintéticas, concluía que elas eram alteradas por sequências verbais as quais o autor denominou de “tempo por rodeio”. É importante salientar que ele somente reconheceu a existência de uma “sequência de verbos”, mas não formalizou essa denominação.

Em relação às nomenclaturas *Tempo Composto* e *Conjugações Perifrásticas*, a autora elucida que, de modo geral, não existe uma definição do que seja uma ou outra, visto que, exceto [Said Ali](#) (1964), nenhum outro gramático preocupou-se em justificar a distinção entre elas. O autor não concorda com a inclusão dos *Tempos Compostos* na conjugação verbal, pois, na sua visão:

As diversas formas ter feito, tenho feito, tinha feito, tive feito etc. irmanaram-se todas por um traço semântico proveniente da origem comum, e o seu estudo – mau grado a tradição até o presente seguida – é para fazer-se em conjunto e fora do quadro das formas simples, aliviando-se assim o paradigma geral dos complicados ingredientes de tempos perfeitos compostos e tempos anteriores, passados e exatos. Trata-se de uma conjugação perifrástica ([SAID ALI](#), 1964, p. 19).

[Said Ali](#) (1964) afirma, ainda, que não há distinção entre Tempos Compostos e Conjugações Verbais, mas outros autores como Silva Jr. e Andrade (1894), [Pereira](#) (1909), [Ribeiro](#) (1930) e [Brandão](#) (1963) vão contra essa perspectiva ao considerarem que o primeiro são as sequências verbais formadas com o verbo principal no participio e a segunda são as sequências em que aparecem o gerúndio ou infinitivo. Devido a isso, separam *ter*, *haver* e *estar* dos demais auxiliares.

[Pontes](#) (1973) não concorda com essa visão, pois não há um motivo real para se atribuir um nome diferente às sequências formadas com participio, gerúndio e infinitivo. Por isso, abandona essas denominações e assume a nomenclatura *Locução Verbal* como designação geral para as sequências verbais.

Em relação à definição das *Locuções Verbais*, nenhum dos autores citados por Pontes (1973) conseguem fazê-la rigorosamente, ela afirma que apenas Said Ali (1964) melhor a caracterizou. Esse último autor se atentou para quatro critérios principais que se inter-relacionam: o funcional, o semântico, o histórico e o da comparação com outras línguas. Mesclando os critérios semântico e funcional, classifica os verbos em nocionais e relacionais. O verbo auxiliar é, dessa maneira, caracterizado como relacional, combinado com infinitivo, gerúndio e particípio.

Os verbos auxiliares, de acordo com Said Ali (1964), são, principalmente, *estar*, que pode ser substituído por *ficar*, *parecer*, *tornar-se*, *ser*, *andar*, *vir*, *ir* e *ter*, bem como *haver* e *fazer*. O autor aconselha a utilização do critério semântico para decidir quando os verbos formam a *Locução Verbal*.

Em suma, a *Locução Verbal* é considerada pelos autores como a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com as formas nominais de infinitivo, gerúndio e particípio. O verbo principal é aquele que conserva a sua significação plena e os auxiliares são aqueles que se combinam com as formas nominais do principal e que perdem o seu sentido próprio, de acordo com Celso Cunha (1978).

Para apresentar a visão dos estruturalistas, iniciamos com a ideia de Guillaume (1989) sobre os verbos auxiliares:

Os verbos auxiliares são verbos cuja gênese material interrompida por uma conclusão mais rápida da gênese formal, fica em suspenso, não se completa e pede, conseqüentemente, um complemento de matéria - que estando encerrada a ontogênese da palavra – só pode vir do exterior: de uma outra palavra. (*apud* BENVENISTE, 1989, p. 182).

Benveniste (1935, p. 183) desenvolve essas ideias de Guillaume ao reconhecer o processo linguístico de *auxiliação*, “que consiste na função sintagmática de uma forma auxiliante e de uma forma auxiliada, ou mais sucintamente, de um *auxiliante* e um *auxiliado*”. Em termos de *funções proposicionais*, o auxiliado representa o *argumento* e o *auxiliante*, a função.

Macambira (1987) define a *Locução Verbal* em termos de pluralidade de forma e unicidade de sentido.

Locução verbal é aquela cujos componentes constituem um todo indivisível, de tal modo que um só deles pode ser entendido como parte, seja sob o aspecto mórfico, seja sob o aspecto semântico. (MACAMBIRA, 1987, p. 110).

O autor exemplifica essa colocação com a forma verbal *chovera* que pode ser substituída por *havia chovido*. Ilari (1992), por sua vez, demonstra que as gramáticas tradicionais abordam as perífrases como tempo a parte (nomenclatura adotada pelo autor para as sequências verbais) constituídas com *ter* e *haver*, o que o leva a questionar quais são os auxiliares que dão origem a tempos do verbo em português. De acordo com ele, os motivos tradicionalmente alegados para tratar como tempos compostos as perífrases *ter* + *particípio passado* são, basicamente, três:

1. O fato de que essas perífrases comutam com as formas simples do verbo;
2. O fato de que é impossível atribuir-se hoje um mesmo sentido ao verbo *ter* quando usado como verbo principal ou como auxiliar;
3. O fato de que *ter* e a base verbal indicam uma única ação, atribuída a um único sujeito.

O autor caracteriza as construções perifrásticas “como resultado de aproximação sintagmática de um verbo auxiliar, em uma das tantas formas flexionadas, e de uma forma nominal do verbo significativo” (ILARI, 1992, p. 34).

Em relação ao paradigma funcionalista, Martelotta *et al.* (1996) expõem o fenômeno da gramaticalização dos termos que assumem função auxiliar em seu estudo *Integração entre Cláusulas e Gramaticalização*. Para isso, os autores demonstram a construção: *Perdi a direção do carro... e fui raspando o carro pelo paredão do túnel* e fazem a seguinte pontuação:

- a) num sentido, o verbo *ir* é pleno, mantém a noção de movimento físico e o segundo verbo inicia outra cláusula com valor circunstancial; b) num outro sentido (mais novo), o verbo *ir* é efetivo, formando uma locução com o segundo verbo, apresentando-se como uma flexão do verbo principal. (MARTELOTTA *et al.*, 1996, p. 84).

Votre e Cezario (1996) procederam a um estudo tópico acerca das cláusulas com auxiliar + verbo. Eles concluíram que o “auxiliar provém de um verbo pleno, transitivo ou intransitivo e o segundo verbo de um complemento (oracional) do verbo transitivo, ou de cláusula autônoma, justaposta em relação à primeira” (VOTRE; CEZARIO, 1996, p. 125).

Para abordar, por fim, a visão gerativista, demonstraremos duas versões distintas sobre o fenômeno em questão: a transformacional de Pontes e a lexicalista de Lemle. No tocante à primeira, Pontes (1973) afirma que um caso

prototípico de verbo auxiliar, em português, é o ter. Além dele, somente o verbo haver pode assumir essa função, pois ele é uma versão estilística de ter, própria da linguagem literária.

Diante disso, [Pontes](#) (1973) ratifica:

Estas características fazem de TER um verbo diferente de outros e fazem com que se pense que, se algum verbo deve ser considerado auxiliar, TER seja o seu protótipo. Considerando-o como um constituinte de Aux., estaremos levando em conta exatamente a peculiaridade desta seqüência TER –do, que tem um significado próprio, coeso e se comporte sintaticamente de maneira tão especial ([PONTES](#), 1973, p.52).

A autora, mesmo advogando a favor do ter como prototípico dos auxiliares, admite que os verbos ser e estar também são auxiliares. Na segunda versão, [Lemle](#) (1989), baseada na hipótese lexicalista, considera simples estabelecer as diferenças entre *Tempos Compostos*, *Locução Verbal* e *Conjugações Perifrásticas*. Para a autora, as formas gerundiais dos verbos devem ser consideradas como advérbios propriamente ditos. Isso se deve aos seguintes pontos:

a) O mecanismo de derivar advérbios a partir de verbos nada é senão um caso a mais de regras morfológicas de correspondência entre palavras de diferentes classes gramaticais. Se a gramática já possui essas regras de formação, utilizando o mecanismo da sufixação para criar palavras a partir de outras (de verbo cria-se substantivo, por exemplo), deve ser perfeitamente possível a utilização de regras que estabeleçam uma correspondência lexical entre verbo e advérbio;

b) Na maior parte dos casos, coincidem as regências das palavras cognatas pertencentes a categorias gramaticais diferentes. Ex.: *André agrada a Sílvia* / *André é agradável a Sílvia*.

Já o particípio, por sua vez, assume a função de adjetivo, já que, de acordo com uma regra criada pela própria [Lemle](#) (1989), quando há o acréscimo do sufixo –do ao radical verbal, os verbos passam a corresponder aos adjetivos. Essa visão imposta pela autora nada mais é do que uma perspectiva formalizada do conhecimento que vem expresso nas gramáticas tradicionais através da definição que dão ao particípio passado como adjetivo verbal.

Face ao exposto, percebe-se a complexidade que envolve o estatuto das perífrases verbais. Entretanto, necessitou-se adotar uma nomenclatura que mais se encaixe ao que se pretende nesta pesquisa e a mais adequada dentro das teorias

aqui explicitadas, desse modo, a *Locução Verbal* foi a preferida. Isso posto, é importante ressaltar, na sequência, as características pertinentes aos dois modelos que compõem a variável: o Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo. Há algumas noções específicas necessárias a serem salientadas que colaboram para a análise em questão.

3.1.2 O Futuro do Presente do Indicativo

De acordo com as gramáticas tradicionais, do ponto de vista linguístico e dos Manuais de Morfologia do Português, considera-se que as formas verbais flexionadas nos tempos Futuro do Presente e Futuro do Pretérito do modo Indicativo constituem palavras simples, flexionadas a partir do padrão em que podem ser “encaixados” todos os verbos do português: radical + vogal temática + desinência modo-temporal + desinência número-pessoal.

Em relação ao Futuro do Presente, em específico, é interessante ressaltar a conceituação feita por [Said Ali](#) (1964). Para o autor, esse tempo verbal teria aplicações secundárias, ou funções mais específicas, como a função imperativa e a compulsiva. Ele subdivide, ainda, a função compulsiva em categórica e sugestiva. A categórica exprime uma ordem no presente, sobre a qual há a certeza de que será cumprida. É uma linguagem mais enérgica, imperativa e não se considera a vontade do indivíduo com quem se fala. Um exemplo disso são as leis, pelo fato de definirem obrigações, dando aos verbos a forma de futuro, com um sujeito em 3ª pessoa, e não anunciam, nem profetizam coisa alguma.

Já o futuro sugestivo, por sua vez, é diferente do categórico por ser uma forma mais polida de se fazer um pedido. É um estratagema da linguagem para se conseguir que o indivíduo nos atenda. Há, ainda, o que o autor denomina de futuro compulsivo, que nada mais é do que um outro recurso, determinado pelo contexto sintático, em que os verbos, no Futuro do Presente do Indicativo, aparecem um seguido do outro. O termo compulsivo faz referência ao fato de a forma futura ser apresentada sucessivamente.

Há, portanto, nuances do uso do futuro que terão significado somente no contexto de uso. [Said Ali](#) (1964) expõe, além do futuro categórico e do sugestivo, o futuro problemático. Ele surge na forma sintética do Futuro do Presente, na qual a certeza do fato só acontecerá posteriormente, depois do fato consumado, se o for, e refere-se às questões chamadas de retóricas. São os questionamentos

que se fazem sem a espera de resposta imediata ou com tempo previsto. Seriam expressões interrogativas do tipo: *Que será dele?* A este futuro, o autor também denomina de futuro diplomático e ele pode, também, expressar Futuro do Pretérito: *Que seria de nós sem sua ajuda?* Porém, o Futuro do Pretérito, seria a forma verbal empregada para indicar algo que não se realizou e nem se realizará: *Se pudesse ir lá, iria.*

[Pontes](#) (1973), em seu estudo sobre os verbos no português coloquial, aponta que o Futuro do Presente é uma forma marginalizada e que as poucas ocorrências desse tempo verbal aparecem com a forma estereotipada *será que*. Em suma, parece lógico perguntar se a forma do Futuro do Presente está desaparecendo da língua falada e o que pode estar ocasionando esse processo.

3.1.3 O Futuro do Pretérito do Indicativo

A respeito do surgimento do Futuro do Pretérito do modo Indicativo, [Coutinho](#) (1977) explica que tal fato se teria dado ainda no Latim vulgar e não no português, como normalmente se ensina. Teria surgido para traduzir o futuro do perfeito ou condicional, expresso no Latim clássico pelo imperfeito do subjuntivo.

Uma perífrase verbal, formada do infinitivo de um verbo e do imperfeito do indicativo de *habere*. (...) A partir do século V, há inequívocos exemplos de tal prática. Na composição, as formas do imperfeito de *habere* muito se modificaram. Por dissimilação, *habebam*, *habebas*, etc. reduziram-se a **abéam*, **abéas*, etc., cujo grupo átono *ab-* caiu do mesmo modo que no futuro. Ficou destarte o imperfeito reduzido a *-*éam*, *-*éas*, *-*éat*, *-*éamus*, *- *éatis*, *-*éant*, que se formaram em *-ia*, *-ias*, *-ia*, *-íamos*, *-íeis*, *-iam*. ([COUTINHO](#), 1977, p. 277).

Faz-se válido ressaltar que o modo indicativo, em Língua Portuguesa, baseado na visão normativa, refere-se a uma ação dada como certa, isto é, um fato. Dessa forma, é uma tarefa bastante árdua para o professor dessa disciplina fazer que os alunos, no momento da aprendizagem dos tempos verbais que compõem esse modo, entenderem o que, de fato, representa o Futuro do Pretérito, pois a sua conceituação é dada como algo que representa uma hipótese, incerteza e/ou, até mesmo, um futuro relativo a um momento passado.

Quando nos servimos do modo indicativo, consideramos o fato expresso pelo verbo como certo, real, seja no presente, seja no passado ou futuro. Ao empregarmos o modo subjuntivo, é diversa a nossa atitude. Encaramos, então, a existência ou não existência do

fato como uma coisa certa, duvidosa, eventual, ou, mesmo, irreal. (CUNHA, 1978, p. 442).

Sobre os empregos do Futuro do Pretérito, Cunha (1978, p. 441) cita os seguintes: “para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre os fatos passados” e “nas afirmações condicionais, quando se referem a fatos que não se realizaram e que provavelmente não se realizarão”.

De acordo com a tradição gramatical, o modo é definido a partir de dois critérios. O primeiro deles é a caracterização semântica como categoria verbal que expressa a atitude do emissor diante daquilo que enuncia (dúvida, certeza, pedido etc.) e o segundo é a caracterização sintática, segundo a qual o modo subjuntivo seria tipicamente utilizado em orações subordinadas, enquanto o indicativo seria, fundamentalmente, o modo da oração principal. No tocante a esse último critério, o Futuro do Pretérito não encontraria o seu espaço, pois seu emprego oscila entre ambientes de orações subordinadas, principais e coordenadas.

Tanto no caso do Futuro do Presente quanto do Futuro do Pretérito, há a caracterização de eventos futuros que dependem de uma condição anterior a esses eventos para se realizarem. No caso do Futuro do Presente, a realização do evento é duvidosa porque a condição ainda é desconhecida, mas, em relação ao Futuro do Pretérito, a condição pertence a um passado que já transcorreu e a não realização desta condição acarreta a irrealidade do evento.

Câmara Jr. (1967, p. 59), ao falar em condição, alerta para o fato de que a tradição lógica nos acostumou a enxergá-la somente em períodos hipotéticos. O exame linguístico puro (sem cogitações no âmbito da lógica) mostra que há outras manifestações. A condição pode ser sugerida por adjuntos adverbiais ou simplesmente estar implícita. Diante disso, o autor explica que, independentemente de uma prótase explícita ou implícita, o que confere à forma em *-ria* “um adento condicionante e significação de um evento irreal” é a “sua própria natureza temporal de futuro em relação a um tempo pretérito”.

Isso significa que a condição, esteja ela nítida ou vagamente sugerida, tão necessária à realização de qualquer futuro, no caso específico do Futuro do Pretérito, está localizada no tempo pretérito. Sendo o pretérito um tempo já transcorrido, a não realização da condição já é sabida e implica na irrealidade de um evento futuro em relação a esse tempo. No caso de haver no contexto,

explicitamente, um adendo condicionante que não se realizou, o sentido de irrealidade é reforçado, isto é, faz-se mais compreensivo.

Ilari (1992) destaca que uma sequência de sentenças no imperfeito do indicativo em uma narrativa pode ser interpretada como indicação de que o momento de referência é o mesmo para todas, produzindo um efeito de descrição diferente daquele de uma sequência de sentenças no perfeito do indicativo, que normalmente é interpretada como apresentação de fatos sucessivos. Segundo o autor, essa é uma das principais diferenças entre esses tempos.

É possível que isso se deva ao fato de o imperfeito poder designar processos que têm curta duração dentro da escala temporal, enquanto o perfeito indica ações mais pontuais. Por isso, ações expressas no imperfeito podem coexistir, ocorrer num mesmo intervalo de tempo ou em tempos diferentes, mas com uma interseção entre o fim de uma e o início da outra, enquanto as descritas pelo perfeito não podem ocorrer nas mesmas circunstâncias, mas somente como uma sequência.

Castilho (1973) afirma que há um Futuro do Pretérito “metafórico”, que se emprega em lugar do Presente do Indicativo quando se quer manifestar “opinião de modo reservado, ou nos usos de atenuação ou polidez” (p.434). O exemplo a seguir é utilizado pelo autor para demonstrar essa possibilidade: “*Eu acharia/teria achado melhor irmos embora*”.

A seguir, são mencionadas questões específicas deste trabalho. Para tanto, estabelecemos quais são os modelos que compõem a variável Futuro do Presente do Indicativo e Futuro do Pretérito do Indicativo; posteriormente, expomos as variantes do nosso objeto de estudo que são analisadas ao longo da pesquisa, iniciando pelas variáveis linguísticas e depois as variáveis extralinguísticas.

3.1.4 As Variantes do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo

Entende-se por variantes o conjunto de formas linguísticas que compõem uma variável. Conforme foi apresentado anteriormente, as variantes desta pesquisa são a Forma Simples (*Ele sairá da cadeia amanhã*), a Locução Verbal (*Ele vai sair da cadeia amanhã*), o Presente do Indicativo utilizado para se referir a situações futuras (*Amanhã ele sai da cadeia*) e o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*Ele saía da cadeia amanhã, se pudesse*). Todas essas formas coincidem na Língua

Portuguesa para fazer referência ao Futuro do Presente do Indicativo e ao Futuro do Pretérito do Indicativo.

A Forma Simples é aquela dita como correta nas gramáticas tradicionais e normativas, diante disso, é a que, geralmente, se ensina durante as aulas de Língua Portuguesa nas escolas. Entretanto, verifica-se, a partir dos estudos já mencionados, que a sua utilização está em desuso na língua falada, corriqueira, do dia a dia, e vem sendo substituída progressivamente pela Locução Verbal e pelo Presente do Indicativo.

Um fato interessante a respeito das formas simples do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo é a sua origem. A princípio, havia uma estrutura complexa formada pelo verbo modal *habere*, no Presente do Indicativo, seguido de infinitivo (*cantare*, por exemplo), posteriormente, ela foi sintetizada na forma flexionada (*canta-rei*). Como se percebe, esse processo é o contrário do que acontece atualmente, em que a Forma Simples tem sido substituída pela complexa.

Sobre a Locução Verbal, em específico, as gramáticas geralmente as abordam da mesma maneira, todavia, cada autor apresenta pontos de vista que, somados, dão uma ideia mais completa sobre o assunto. A primeira construção perifrástica, surgida no latim clássico, era formada pela combinação do futuro no participípio ativo em *-urus*, acompanhada das formas de *sum*: *facturum sum*, *eram*, *ero* etc. O sentido mais comumente atribuído a essa construção já era de iminência. Além disso, era percebido em certos exemplos um sentido de intencionalidade e/ou destino.

[Fleischman](#) (1982) afirma que, nas línguas modernas, o futuro perifrástico está marcando sequências temporais, ao invés do domínio exclusivo das formas sintéticas. A perífrase formada com *ir* surgiu no Espanhol, Francês e Português a partir dos séculos XIII e XIV. Na língua inglesa, o primeiro registro do uso dessa forma data, provavelmente, do ano de 1482. Nas línguas românicas, a construção passou a ser generalizada na fala coloquial durante o século XVI e XVII.

Para [Soares Barbosa](#) (1875), o verbo *ir* junto a um verbo no infinitivo (*vou escrever*) dá a ideia de um futuro próximo, correspondente aos aoristos² e

² O aoristo é um dos tempos indeterminados da conjugação grega que indica ação pura e simples, sem ideia de duração.

futuros próximos dos gregos. Verifica-se, com base no autor, que a perífrase formada com o verbo *ir* era uma construção conhecida e que já apresentava valor de futuridade. Isso é interessante, pois as gramáticas tradicionais a consideram de uso e informam quando a citam.

Said Ali (1964) trata como conjugação composta “a combinação de um verbo relacional (auxiliar) em suas diversas formas com o infinitivo, gerúndio ou particípio do pretérito de um verbo nocional...”. Na conjugação composta, emprega-se o presente para demonstrar um ato que se realizará, porém durativo ou iterativo, que poderá abranger o momento da fala ou excedê-lo.

De acordo com Câmara (1976), o tempo futuro é legitimamente temporal e aconteceu tardiamente na formação de uma língua culta do português e, ainda hoje, é pouco usado na língua coloquial. Isso porque, segundo o autor, é natural usar-se o presente para indicar eventos que ainda ocorrerão. Para ele, a utilização da forma verbal sintética, como forma de expressar futuro, é pouco comum na linguagem informal e, geralmente, é feita através da forma perifrástica com *ir* + *infinitivo*. Ele considera que os verbos seguidos de infinitivo não flexionado são uma série aberta e o sentido da construção centraliza-se na significação lexical do verbo que o acompanha. O verbo auxiliar tem um sentido esvaziado, sendo um mero índice da categoria que exprime.

Mattos e Silva (2006, p.143) explica que a Locução Verbal com verbo *ir* + infinitivo já era usada no português arcaico “para expressão de uma intenção a realizar-se”. Considerando-se que o estudo do português arcaico se dá somente através de textos escritos, é interessante refletir sobre essa forma de construção de futuro já estar presente no português daquele período.

Cunha (1978, p. 439) cita que “na língua falada o futuro simples é de emprego relativamente raro. Prefere-se, na conversação, substituí-lo por locuções constituídas”. Para Cunha, locuções são formadas por um verbo auxiliar, mais o verbo principal. Entre elas, ele exemplifica que, para exprimir um futuro próximo, na língua falada, são utilizadas as locuções com Presente do Indicativo do verbo *ir* + infinitivo e dá o exemplo: - *Parece que vai sair o Santíssimo, disse alguém no ônibus* (MACHADO DE ASSIS, OC, I, 759).

Nesses casos, explica o autor, somente o verbo auxiliar é conjugado. Ele cita como verbos auxiliares mais comuns os verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar*. Observa, ainda, que esses verbos auxiliares, quando acompanham uma forma

nominal de outro verbo, constituem um “todo significativo”, isto é, perdem seu valor de verbos plenos e junto com o outro verbo adquirem um significado novo. Ele cita então os verbos *ir*, *vir* e *andar* como verbos que também podem servir de auxiliares e explica que o verbo *ir* + *infinitivo* dá a ideia de uma ação que se pretende realizar em um futuro próximo.

Cunha e Cintra (1985) corroboram a ideia de ser o futuro simples de emprego relativamente raro na língua falada. No lugar dele, segundo os autores, há o uso das locuções constituídas, que podem substituí-lo, com *haver de*, *ter de* e o verbo *ir* + *infinitivo*, porém, esta última, indicando uma ação futura imediata.

Por fim, o Presente do Indicativo expressa uma época atual, passada ou o futuro. Durante o Império Romano, já era comum empregar-se o Presente do Indicativo, forma não marcada, com sentido de futuro. A substituição fazia-se presente em todo tipo de texto. Em Cícero, o presente foi empregado em cláusulas condicionais (GRANDGENT, 1963, p. 99)

De acordo com Said Ali (1964), ao abordar o uso do presente com intenção de futuro, denomina-o de presente-futuro. Para o autor, essa forma seria utilizada normalmente em contextos informais, podendo funcionar, também, como um recurso de linguagem no qual se pretende passar uma ideia de certeza acerca do que se fará.

Cunha (1978, p.134) faz menção ao fato de o verbo no presente do modo indicativo expressar a ideia de futuro: “5º) para marcar um fato futuro, mas próximo; caso em que, para impedir qualquer ambiguidade se faz acompanhar geralmente de um adjunto adverbial”. Para tanto, ele apresenta o seguinte exemplo: *Volto semana que vem*.

Uma pontuação interessante feita por Cunha (1978) é que se deve tomar certo cuidado ao utilizar o presente para indicar futuro, visto que ele é um recurso precioso ao expressar certeza da atualidade de um fato a acontecer. Ademais, esse tempo verbal também expressa delicadeza se usado dessa forma (*Você me resolve isso amanhã*).

Cunha e Cintra (1985) afirmam que o presente pode marcar um fato futuro, mas é necessário que haja um adjunto adverbial o acompanhando a fim de impedir qualquer ambiguidade. Bechara (2003) e Cegalla (1979) também confirmam isso, mas apontam que o presente é um substituto específico do Futuro do Presente. Eles não comentam nada sobre a necessidade do advérbio, entretanto, os seus

exemplos trazem o advérbio amanhã: *Amanhã vou à cidade; Amanhã vou à Petrópolis.*

No momento da revisão bibliográfica que versava essa temática, constatou-se que as formas mais comuns de representação do futuro, em Língua Portuguesa, eram: a Forma Simples (*farei*), a Locução Verbal (*vou fazer*) e o Presente do Indicativo (*eu faço amanhã*). No entanto, ao fazer o levantamento dos dados, constatou-se o uso de outra variante: o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*eu fazia uma viagem para a Europa*). Diante do fato de o seu número de ocorrências ter sido relevante, acrescentou-se esse tempo verbal dentre as outras realizações e, portanto, será feita a sua análise.

É necessário ressaltar que o Pretérito Imperfeito do Indicativo se refere a um fato ocorrido no passado, mas que não foi completamente terminado, expressando, assim, uma ideia de continuidade e de duração no tempo. Quando o seu uso ocorre em substituição do Futuro do modo Indicativo canônico, ele indica uma ação que seria consequente de outra. Dessa forma, seu uso deveria ocorrer no momento da utilização do Futuro do Pretérito do Indicativo (*eu comprava um sítio*), visto que a pergunta feita na entrevista seria o que aquela pessoa faria se ganhasse na loteria. Portanto a ação elucidada pelo pretérito se dará em consequência ao ganho do prêmio.

3.2 AS DIFERENTES FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO FUTURO

Visamos observar, nesta seção, como as gramáticas tradicionais e algumas correntes linguísticas abordam as variadas formas de representação do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo na Língua Portuguesa. Para tanto, de início, traçamos a trajetória do futuro, do latim ao português atual, e utilizamos como base os estudos de [Câmara](#) (1956), [Oliveira](#) (2006) e [Hricsina](#) (2011).

Na sequência, abordamos a visão das gramáticas tradicionais e descritivas, bem como do funcionalismo. Isso é feito através das análises de [Said Ali](#) (1964), [Perini](#) (1977), [Fleischman](#) (1982), [Cunha](#) e [Cintra](#) (1985), [Câmara Jr.](#) (1994), [Hopper](#) (1991), [Almeida](#) (1992), [Bybee et al.](#) (1994) e [Neves](#) (2000).

3.2.1 Do Latim ao Português Atual

Mattoso Câmara Jr. (1956) expõe que a divisão temporal da linguagem não foi sempre tripartida em presente, passado e futuro, conforme conhecemos atualmente. O que havia, entretanto, era uma dicotomia entre presente e passado, em que o presente possuía caráter cursivo, de prospecção, de prolongamento da atualidade, que abarcava o futuro certo, possivelmente formulado, visualizado.

Para representar, porém, a hipótese, a dúvida, a incerteza do que vai acontecer é que surgem formas de futuro distintas das de presente. Sobre isso, Mattoso Câmara Jr. (1956) afirma:

Espontaneamente o futuro surgiu menos como um tempo do que como um modo. O impulso lingüístico que criou um futuro gramatical, não foi o de situar o processo como posterior ao momento em que se fala, mas o de assinalar uma atitude do sujeito falante em relação a um processo assim posterior ao momento da enunciação. (CÂMARA JUNIOR, 1956, p. 25).

No século III a. C, o latim apresentava três formas de futuro em construções sintéticas. Apesar disso, em relação a um futuro menos incerto, essas formas foram sendo gradativamente substituídas por outras que expressavam um futuro mais volitivo e hipotético. Já no século IV, o termo *habere* que, no latim vulgar, era utilizado como um verbo auxiliar que exprimia modalidade, junto a um verbo principal no infinitivo, adquiriu valor de ‘futuro puro’ (OLIVEIRA, 2006) ou um futuro mais gramaticalizado, mais automático e sem o traço inicial de volição.

A partir do estabelecimento dessa construção para expressão do futuro, o verbo auxiliar passa a se aglutinar ao principal e, quando isso se efetiva, surge o *futuro românico sintético*: *cantare habeo* > *cantare hei* > *cantarei* (port.) – *cantaré* (esp.) – *chanterai* (fr.) – *canteró* (it.) (CÂMARA JÚNIOR, 1956, p. 32). Até o século XIX, a construção *haver* + infinitivo foi a preferida para concorrer com a forma sintética. Apesar disso, começa a ganhar bastante força, na modalidade oral, a forma *ir* + infinitivo estendendo o seu uso até os dias atuais, representando uma repetição do que ocorreu na fase românica.

Sobre o Futuro do Presente, em específico, Mattoso Câmara Jr. (1956) nega a proposição de que a forma perifrástica o substitui, já que, na linguagem coloquial, quem assume essa função é o presente do indicativo. Se aceitamos esta colocação, porém, podemos pensar que a perífrase ocupa um

espaço mais modal na expressão do futuro e que cabe ao presente do indicativo a sinalização do tom de tempo, pelo menos na linguagem coloquial.

[Hricsina](#) (2011) analisou a evolução das formas verbais que exprimem ações posteriores ao momento de fala, isto é, o futuro, por meio da história da Língua Portuguesa dividida em cinco fases: o indo-europeu (língua de origem de todas as línguas indo-europeias), o latim clássico, o latim vulgar (língua de origem de todas as línguas românicas), o português antigo e o português moderno. Ela também verificou qual é a sua posição nos respectivos sistemas verbais e a sua estabilidade, além de eventualmente tentar responder à questão sobre quais são os motivos do seu desaparecimento e substituição.

A autora assinalou que a gramática do indo-europeu é pouco conhecida, visto que não há muitos de seus vestígios como língua, só se supõe a sua existência. Nas línguas modernas, que se originaram a partir dele, as que possuem a forma sintética de representação do futuro são as seguintes: iraniano, grego, latim, céltico e línguas bálticas. Um ponto a se destacar é que todas as formas que exprimem o futuro nessas línguas não são originárias, isto é, são frutos de formas que substituem outras.

Nas línguas bálticas, o futuro é constituído a partir dos sufixos em *-s* (*- si, - sin*) que se originam, provavelmente, no s-aoristo indo-europeu. No grego, céltico e latim arcaico, o futuro formava-se também pelo sufixo *-s*. Já no iraniano há o sufixo *-sya*, de mesma origem dos citados anteriormente, o s-aoristo e, ainda, com o desiderativo iraniano (o sufixo *-as* – reduplicação da raiz). A autora, supôs, assim, que no indo-europeu havia algumas formas de futuro que devem ter se tornado impopulares e, por isso, caíram em desuso, desapareceram e foram alteradas por determinadas formas advindas de outras.

O latim clássico possuía duas formas de futuro: a primeira e a segunda conjugação constituíam o futuro pelo sufixo em *-b* (*amabo/delebo*); a terceira e a quarta conjugação por meio do sufixo em *-e* (*leges/audies*), *-a* (*legam/audiam*). No primeiro caso, trata-se, provavelmente, de inovação analógica, já o segundo é fruto de formas do conjuntivo latino. [Hricsina](#) (2011) conclui, com isso, que também no latim clássico não existiam formas “próprias” de futuro, apenas as formas de substituição, logo desapareceram e foram novamente alteradas por outras.

No latim vulgar, as formas sintéticas de futuro foram sendo expressivamente substituídas por outras formas aparentemente mais significativas, como, por exemplo, o particípio do futuro ativo e outros verbos (*possum, valo, debeo, habeo, incipio* + infinitivo)). A princípio, esses verbos mantinham o seu pleno valor semântico, ou seja, essas construções exprimiam, respectivamente, a possibilidade, a vontade, a intenção, a obrigação de fazer algo ou, simplesmente, o início de uma ação. Em seguida, os seus valores iam se perdendo até desaparecer por completo e os verbos se tornarem auxiliares.

Nas línguas românicas ocidentais (português, espanhol, francês, galego, catalão, italiano), disseminou-se a construção com o auxiliar *habere*. No início, essa construção era analítica, isto é, composta de duas palavras. Depois, sintetizou-se. Por volta do décimo século, são observadas as formas já sintetizadas (*falar – hei > falarei*). Os prováveis motivos para essa mudança são formais, pela evolução fonética e das vogais, e semânticas (funcionais), no âmbito do real e não real, potencial.

O português antigo refere-se à língua falada no território de Portugal, desde meados do século XII, em que começam a surgir os primeiros documentos escritos em português, até por volta do século XVI. Nele havia duas formas de se exprimir as ações posteriores ao momento da fala: a forma herdada do latim vulgar já sintética *–falarei* e a forma *hei de falar*. Constata-se, portanto, que, apesar da situação curiosa que existia no português antigo, com duas formas de expressão do futuro, ambas formadas pelo verbo *haver* (uma sintetizada e outra não), a diferença semântica entre elas era bem nítida, sem que haja uma concorrência.

Por fim, de acordo com a autora, existem as seguintes formas de representação do futuro do português moderno: *falarei, vou falar, hei de falar* e *falo*. A primeira forma, *falarei*, ao contrário do português antigo, atualmente vem perdendo o seu conteúdo temporal a favor das funções modais e é substituída por *vou falar* cujo papel central é a expressão do futuro. A forma *hei de falar* tem o mesmo conteúdo como no português antigo, mas não se usa muito hoje. Já *falo*, mais ligada ao tempo presente, tem a sua noção de futuro muitas vezes aliada a outros elementos, como advérbios de tempo, por exemplo, ou o contexto oracional.

[Hricsina](#) (2011) concluiu, após ter analisado a evolução das formas de expressão do futuro em várias fases da história da Língua Portuguesa, que essa evolução se apresenta realmente cíclica, afinal, somente temos de aguardar para

que a forma *vou falar* adquira um sema modal ou temporal e apareça um novo tipo de expressão do futuro.

3.2.2 Sob o Olhar das Gramáticas Tradicionais

Grande parte dos autores das gramáticas tradicionais e dos manuais escolares afirmam que o futuro deve ser representado apenas na sua forma sintética. Alguns, quando rompem essa perspectiva, mencionam apenas o uso do presente do indicativo com valor de futuro para anunciar um acontecimento próximo, como Almeida (1992, p. 228), entretanto este utiliza em seu próprio texto a forma perifrástica com o verbo *ir* + infinitivo. Um exemplo é o excerto retirado da página 230: “ação que *irá realizar-se*” (ALMEIDA, 1992, p. 230).

Said Ali (1964) reconhece a combinação da construção *ir* + infinitivo para designar locomoção, desejo de realizar algo ou um fato que não tardará a realizar-se. Sobre o tempo presente, o gramático afirma que ele também designa um ato que terá realização próxima, quando o verbo tem valor de presente-futuro (*amanhã não **saio** de casa*).

Para Cunha e Cintra (1985, p. 438), o presente pode assinalar um fato futuro, de realização próxima, junto de um advérbio para que não haja ambiguidades, como no exemplo: *Amanhã não **saio** de casa e **faço** o trabalho*. Os últimos dois autores citados afirmam que a forma perifrástica *ir* + infinitivo é utilizada como substituta do Futuro do Presente e indica uma ação futura imediata. Faz-se válido ressaltar que eles reservam a expressão *futuro próximo*, que *não tardará a realizar-se*, para o uso do presente com o valor de futuro. Bechara (2003, p. 250) acrescenta que a utilização do presente pelo futuro indica “com ênfase uma decisão”.

Faraco e Moura (1999, p. 256), por sua vez, apesar de não se referirem à forma perifrástica ao abordarem o tempo futuro, quando falam de Locução Verbal, apontam, dentre outros verbos, o *ir* como auxiliar combinado com o infinitivo ou gerúndio, dando exemplos como *vou viajar*, *vai partir* e *vou saindo*. Rocha Lima (1976, p. 118) chega a apresentar o verbo *ir* como auxiliar, porém apenas em construções com o gerúndio, como em “a tarde *ia* morrendo”, embora o utilize como auxiliar de futuro na página 109, quando escreve: “A mesma vogal ainda *vai aparecer* em, por exemplo, poente (po-E-nte) e poedeira (po-E-d-eira)”.

Portanto, torna-se evidente que, nas gramáticas tradicionais, a variação na expressão de futuro não é formalmente apresentada. Mesmo nos casos em que ela é reconhecida, admite-se uma alternância de significado entre as formas.

3.2.3 Sob o Olhar das Gramáticas Descritivas

As gramáticas descritivas, também conhecidas como sincrônicas, reconhecem a língua como meio de comunicação entre os seus falantes e procuram descrever seus mecanismos de organização e funcionamento em determinado contexto. Nesse sentido, são consideradas as variações linguísticas da língua bem como os modos de fala e escrita dos usuários em um contexto mais generalizado. Um dos grandes representantes dessa vertente é Câmara Jr.

Para [Câmara Jr.](#) (1980), a flexão verbal apresenta dois tipos de marcas: uma que indica o sujeito do verbo, o ponto de partida da comunicação, e outra que revela “certas características que acompanham obrigatoriamente, dentro da língua, a significação intrínseca da forma verbal”. Segundo ele, o futuro expressa a expectativa de algum ato (evento ou situação) a ser verificado mais tarde e expressa também uma apreciação do falante em relação àquilo que enuncia, ou seja, o modo como o falante encara o que comunica. Mostra, ainda, que as formas modais analíticas de futuro é que foram usadas na formação de um tempo futuro no latim (*cantare + habeo > cantar hei > cantare*).

Observa-se, agora, uma volta nesse processo, pois a forma perifrástica em português é inovadora em relação à forma sintética. Quanto à perífrase com *ir + infinitivo*, para ele, uma locução, não é vista como indicação de futuro. Ele explica nas páginas 172-173: “as locuções com o presente de *ir* tiram sua motivação e sua frequência de emprego da significação modal e aspectual que contêm. Assim, o que elas substituem é o presente simples para assinalar a mais a atitude psíquica de intenção e expectativa” ([CÂMARA JR.](#), 1980, p. 172-173).

Sob a visão de [Câmara Jr.](#) (1980), a categoria de tempo, em seu viés mais amplo e puro, estabelece-se essencialmente na oposição entre passado e presente, sendo que este último também é usado para exprimir fatos futuros sem implicação de matrizes modais. O futuro seria, em sua verdadeira realidade, “muito mais um modo do que um tempo” ([CÂMARA JR.](#), 1980, p. 124). O futuro puramente temporal, criação tardia nas línguas, seria uma elaboração da língua culta e pouco usado na linguagem coloquial, que dá preferência a formas de expressão

carregadas de valores modais. Essa seria, inclusive, uma das principais razões para o desaparecimento do futuro sintético latino.

Dessa maneira, [Câmara Jr.](#) (1980) prevê, em português, dois sistemas temporais cuja diferença seria exatamente a existência ou não de formas exclusivas para o futuro. Em um deles, o mais simples e usado na linguagem oral, há apenas a oposição entre pretérito, de formas marcadas para a expressão do passado em relação ao momento da fala, e o presente, não marcado, para a expressão do presente, do futuro e do tempo indefinido. No outro, o futuro entra no quadro de oposições com dois tempos: o Futuro do Presente, que marca futuro em relação a um presente indefinido (*parto agora/todos os dias X partirei amanhã*), e o Futuro do Pretérito, de uso muito menos frequente, em virtude de necessitar de condições muito especiais para ocorrer: “a visualização de um momento, já passado, como futuro em relação a outro momento passado que lhe foi anterior – em vez de simplesmente passado em relação ao presente – só se impõem em casos particulares da expressão lingüística” ([CÂMARA JUNIOR](#), 1980, p. 101). O uso mais frequente das formas de Futuro do Pretérito seria o metafórico, para a expressão da irrealidade.

[Perini](#) (1977) comenta o fato de o presente do indicativo poder exprimir o tempo semântico futuro, como em “*amanhã eu **faço** isso para você*”. Ele fala que a noção semântica de tempo não se identifica, nem se relaciona de maneira simples com a categoria morfológica de tempo verbal. Nada fala, entretanto, sobre a construção perifrástica de futuro com o verbo *ir*.

Diante do exposto, observa-se que uma perspectiva diferente tem sido frequentemente adotada em estudos de base fundamentalmente sociolinguística que se ocupam justamente da variação na expressão do futuro. Várias pesquisas mostram que, cada vez mais, a forma perifrástica concorre com o Futuro do Presente na expressão da futuridade.

3.2.4 Sob o Olhar do Funcionalismo

Ao abordar o tempo futuro e suas diferentes representações, os funcionalistas, em geral, desvelam o fenômeno da gramaticalização a fim de apresentar uma possível explicação para as mudanças ocorridas na língua, principalmente em relação à estrutura *ir* + infinitivo. Esse conceito focaliza o caminho

pelo qual as formas gramaticais são construídas e mostra como elas se tornaram ainda mais gramaticais através do tempo.

[Bybee et al.](#) (1994) propõem duas hipóteses: i) que o futuro, em todas as línguas, desenvolve-se de um pequeno grupo de fontes lexicais e que os morfemas de futuro passam por estágios de desenvolvimento similares e ii) que a mudança semântica na gramaticalização é acompanhada de redução da forma pela qual o morfema perde a sua independência e pode fundir-se com o material adjacente.

Segundo [Heine et al.](#) (1991), na Língua Inglesa, há dois tipos de futuro: futuro simples (*I will come*) e futuro complexo ou *go-future*, que envolve a construção com o verbo *go* como auxiliar e o verbo principal no infinitivo (*I am going to come*). Os autores consideram que os dois futuros sejam equivalentes e intercambiáveis em muitos contextos, mas o *go-future* possui algumas particularidades semânticas.

[Fleischman](#) (1982) encontrou, entretanto, um denominador comum para as estruturas de *go-future*. Segundo ela, fica implícita a todas as interpretações de *go-future* uma conexão entre presente e futuro, de acordo com a qual uma situação futura é vista pelo falante como se originando de alguma forma relacionada com o estado de coisas presente. O ponto essencial é a natureza psicológica, mais do que a natureza cronológica, desse elo com o presente, o que habilita as expressões de *go-future* a descreverem situações localizadas mesmo em um futuro remoto. Essa relevância do presente (*present relevance*) é uma noção essencialmente pragmática. Ela pressupõe, de um lado, um grau de participação, interesse ou envolvimento pessoal na situação e, de outro, expressa a visão subjetiva que o falante tem da situação no momento da declaração.

A variação linguística, de acordo com o pensamento funcionalista, também pode ser explicada a partir da noção de domínio funcional, isto é, “alguma área funcional geral tal como tempo/aspecto/modalidade, caso, referência etc., do tipo que, frequentemente, torna-se gramaticalizado” ([HOPPER](#), 1991, p. 22). Um domínio funcional, invariavelmente, abriga diferentes formas de exercer uma mesma função linguística. Dessa forma, pode-se considerar o “tempo futuro” como uma espécie de domínio ou subdomínio funcional (se considerarmos a categoria de tempo o domínio maior), já que abriga formas variadas que exercem a mesma função, como o presente do indicativo e o *ir* + infinitivo.

Neves (2000), por fim, apresenta o verbo *ir* como auxiliar de tempo, indicando futuridade em construções com o infinitivo, como em “*Quando eu crescer vou comprar um carro bonito...*”. Chama atenção, ainda, para o fato de que, quando conjugado no passado, indica futuridade dentro do passado, como em “*O grande golpe ia ser vibrado e com o máximo de...*”.

Observa-se que essa perspectiva de língua e variação funcionalista se alinha muito bem com os pressupostos da Sociolinguística Variacionista Laboviana. Para Labov (1960), a diversidade é uma característica inerente ao sistema linguístico e a variação, dessa forma, é uma das propriedades mais marcantes e, sobretudo, funcionais da língua. É evidente que nelas há aspectos que não permitem variação que se constituem como regras categóricas ou invariantes. Por outro lado, os fatos linguísticos que permitem variação constituem regras variáveis. Portanto fica evidente que a noção de regra variável, central na teoria laboviana, vai ao encontro das “soluções funcionalistas” para a variação.

3.3 ESTUDOS ACERCA DO FUTURO

As formas de representação do futuro, em Língua Portuguesa, é um assunto que já despertou curiosidade nos linguistas os quais o abordaram em seus estudos. Todavia, de acordo com pesquisas, não há uma consideração concreta sobre o fenômeno, o que o torna um elemento que necessita cada vez mais de aprofundamento. Ademais, não há um estudo atual sobre tal, o que justifica ainda mais a necessidade desta pesquisa. Apesar disso, todas as conclusões (preliminares) a que chegaram esses autores são de suma importância para a construção do conhecimento e algumas serão abordadas neste capítulo.

Oliveira (1985) constatou a existência de três variantes ao examinar o futuro no português europeu: o futuro simples (*sairei*), o futuro perifrástico (*vou sair*) e o presente (*saio*). Sobre a perífrase com *ir* + *infinitivo*, a autora pontuou que ela é “actualmente mais usual em discurso coloquial, o que parece sugerir uma mudança de padrão” (p. 357-358). Além disso, expôs a hipótese de que o presente marca posteridade apenas quando é acompanhado de um advérbio ou expressão adverbial temporal que estabeleça um intervalo futuro (*saio contigo amanhã*). Em relação ao futuro simples, em muitos casos, a autora notou que ele está pouco relacionado com a expressão de tempo, apresentando-se, porém, como uma modalização, mediante o que se observa nos seguintes exemplos:

- (1) *Será* verdade o que dizes (mas eu não creio).
- (2) A esta hora já *estará* em Nova Iorque.

Portanto o futuro simples, de acordo com [Oliveira](#) (1985), possui a função de demonstrar o que é necessário e o que é possível, deixando de lado a sua característica temporal. Além disso, observam-se alguns aspectos epistêmicos, deônticos ou, até mesmo, dinâmicos nessa variante.

[Santos](#) (1997) analisou um *corpus* composto por textos escritos retirados de periódicos do *Diário do Congresso Nacional* e da revista semanal *IstoÉ* a fim de examinar a variação de quatro formas verbais de referência ao futuro. São elas: o futuro simples (*farei*), o futuro perifrástico (*vou fazer*), o futuro simples perifrástico (*irei fazer*) e o presente do indicativo (*faço*). A autora atestou que o futuro simples e o futuro perifrástico obtiveram um número de ocorrências superior aos demais e o seu uso foi influenciado pelas variáveis *predicação verbal*, *paralelismo*, *tipo de texto regido/transcrito*, *fonte do dado*, *pessoa do verbo*, *número de sílabas* e *cadeia verbal*.

De acordo com [Santos](#) (1997), a utilização do presente do indicativo nem sempre é possível para indicar o futuro e o principal incentivador do seu uso é o semantema do verbo de movimento, devido a isso, ele foi o menos documentado. As formas perifrásticas ocorreram quando o grau de formalidade foi diminuído e o futuro simples perifrástico, por sua vez, situou-se em um grau intermediário. A autora expôs, além disso, que as variáveis linguísticas *predicação verbal* e *paralelismo discursivo* foram as que determinaram o fenômeno da variação e afirmou que esse não é estigmatizado socialmente, visto que o seu uso já está reconhecido no vernáculo e tende a se ampliar.

[Santos](#) (1997) ressaltou que o tamanho do verbo tem relação direta com a escolha da forma de futuro, favorecendo, principalmente, a perifrástica e o presente do indicativo. Portanto, quanto mais sílabas o verbo possui, maior, também, é a utilização da perífrase verbal de futuro e do presente do indicativo. Uma explicação para esse fato, dada pela autora, é que o Futuro do Presente, por possuir uma nova sílaba acrescentada a ele, acaba por se tornar maior e mais “pesado” ao ritmo da Língua Portuguesa.

O trabalho de [Gryner](#) (1997) mostra-se muito importante no tocante à alternância de formas verbais. A autora examinou 32 entrevistas realizadas na década de 80 com informantes de várias regiões da cidade do Rio de Janeiro. Eles

foram estratificados de acordo com o sexo (16 homens e 16 mulheres), a escolaridade (8 informantes do primeiro segmento do Ensino Fundamental, 8 informantes do segundo segmento do Ensino Fundamental, 8 informantes do Ensino Médio e 8 informantes universitários) e a faixa etária (15 indivíduos com 24 anos e 25 indivíduos com 34, 35, 49, 50 anos ou mais).

Por meio dessa análise, [Gryner](#) (1997) constatou que o português falado atual possui três estágios da perífrase *ir* + verbo. São eles:

Verbo pleno: IR indicando movimento no espaço e no tempo. Conjugado em todos os tempos e modos. Observe o exemplo: “Eu VOU para os Estados Unidos sozinha. Mas é bom viajar acompanhado, né?” (C.L., 1982, p. 15);

Verbo auxiliar modal: IR indica um movimento com objetivo, uma atitude intencional. Assim como os verbos plenos, conjuga-se em todos os tempos e modos. “Vai pintar aí a decisão de Winblendon, aí eu VOU lá VER, VOU ASSISTIR, cêentende?” (M.H., 1982, p. 26);

Verbo auxiliar temporal: IR indica futuro. É conjugado apenas no presente do indicativo (vai), só aceita covariação com a forma de futuro sintético. “Eu não acho certo a mulher ser polícia porque a mulher VAI SER (= SERÁ) muito mais agressiva que o homem, entendeu?” (V.S., 1982, p. 12). (SANTOS *apud* GRYNER, 2003, p. 975).

Além disso, a autora levou em consideração as formas condicionais como possíveis influenciadoras da variação das formas verbais e pontuou que essas se subdividem em três tipos: real, potencial e irreal. A partir disso, ela concluiu que, em contextos condicionais reais, ocorre um número expressivo de construções com a forma perifrástica e elas normalmente são utilizadas para indicar movimento objetivo, uma atitude intencional. [Gryner](#) (1997) apontou, ainda, que as mulheres demonstraram uma nítida preferência pelo presente do indicativo ao referir-se a ações futuras. Isso ocorre não por um prestígio encoberto envolvendo essas formas, mas sim pelo seu caráter assertivo.

[Silva](#) (1998) estabeleceu, em uma perspectiva sincrônica, uma pesquisa sobre a alternância verbal *-va -ia/ -ria* entre falantes florianopolitanos. Ela analisou o uso da variável das formas de Futuro do Pretérito e Pretérito Imperfeito a partir de verbos únicos e locuções, identificando os contextos discursivos em que se manifestam.

A referida autora delimitou a variável em estudo apontando três possibilidades de variação: (i) uso do Pretérito Imperfeito pelo Futuro do Pretérito (valor: certeza sobre os fatos futuros); (ii) uso do Futuro do Pretérito pelo Pretérito

Imperfeito (valor: incerteza sobre os fatos passados) e (iii) uso de uma ou de outra dessas formas pelo presente (valor: polidez). Ela investigou, ainda, tanto o paralelismo formal, quanto o grau de formalidade e considerou que se deve observar a forma verbal utilizada pelo entrevistador devido ao “efeito gatilho”, isto é, quando o informante tende a usar o mesmo tempo verbal que o entrevistador usou na fala da pergunta.

Os dados evidenciaram que as locuções verbais são as formas mais recorrentes da alternância entre Pretérito Imperfeito e Futuro do Pretérito. Além disso, [Silva](#) (1998) constatou que há mais incidência de *-ia* do que de *-ria*. Ela confirmou, também, sua hipótese de que, conforme o paralelismo formal, o Pretérito Imperfeito leva a Pretérito Imperfeito e o Futuro do Pretérito leva a Futuro do Pretérito. Por fim, a autora apontou que as perífrases (*ia + infinitivo; iria + infinitivo*) ocorrem em orações encaixadas do discurso indireto e que o Pretérito Imperfeito é preferencialmente empregado pelos mais jovens.

[Poplack](#) e Turpin (1999) estudaram as formas de Futuro do Presente no francês falado em Ottawa, no Canadá, a partir de dados extraídos do *Corpus du français parlé à Ottawa-Hull* ([POPLACK](#), 1989). Para esse estudo, foram selecionadas 60 entrevistas estratificadas de acordo com o gênero, idade, nível educacional, profissão e proficiência em inglês. Além disso, foi levada em consideração toda forma verbal que fazia referência não ambígua ao tempo futuro e/ou apresentava morfologia de futuro.

Os autores obtiveram um total de 3.594 ocorrências distribuídas da seguinte forma: 2.627 da forma perifrástica (73%), 725 do Futuro do Presente (20%) e 242 do presente do indicativo (7%). Eles constataram que a forma sintética (Futuro do Presente) tem sido usada preferencialmente com verbos modais e, gradativamente, está sendo substituída pela forma perifrástica e pelo presente do indicativo.

É válido ressaltar que as formas inovadoras de representação do futuro, normalmente, tinham suas ocorrências acompanhadas de um advérbio de tempo. Um exemplo é a expressão *aller + infinitivo* a qual só apareceu nesse formato que sustenta o sentido de futuridade, em geral, com a ideia de proximidade.

[Gibbon](#) (2000), após analisar 743 dados retirados Projeto VARSUL, a partir de 36 entrevistas com informantes da área urbana do município de Florianópolis, afirmou que

A perífrase [ir + infinitivo] está assumindo o lugar do futuro do presente ou porque sua força de expressão, que envolve modalidade, aspecto e tempo, pressiona o futuro do presente ou porque o próprio futuro do presente está desaparecendo, deixando a função de codificar tempo futuro à espera de uma forma que o assuma, nesse caso, a perífrase [...] (GIBBON, 2000, p. 3).

A autora propôs uma escalaridade de análise do traço semântico do verbo principal da forma perifrástica. Para tanto, utilizou a noção de *deslocamento* (tirar do lugar onde se encontrava) e de *movimento* (ato ou processo de mover-se, animação). Ela afirmou, com isso, que os verbos de mais movimento, como *sair*, *ir*, *andar*, coíbem o uso da perífrase a fim de evitar a redundância desse traço já presente no verbo *ir*. Entretanto, verbos com menos características de movimento (*assistir*, *ver*, *amar*) e de estado (*ter*, *ser*, *estar*) favorecem a perífrase.

Gibbon (2000) atestou um processo de mudança em progresso, visto que a variável faixa etária se mostrou a mais relevante, isto é, os mais jovens utilizam mais as formas inovadoras (o futuro perifrástico e o presente) e os mais velhos rejeitam mais o seu emprego. Além disso, a autora apontou a seguinte conclusão para a sua pesquisa:

O principal fator condicionante do uso da forma perifrástica é o caráter estático do verbo [...]. Uma primeira interpretação é a de que a forma perifrástica, nesses contextos, confere ao verbo estático uma carga de movimento que reforça a futuridade. (GIBBON, 2000, p. 15).

Santos (2000) trabalhou com duas amostras, sendo uma de natureza formal e outra de natureza informal, respectivamente retiradas de entrevistas da *Rádio Jornal do Brasil* e do *Projeto de Estudos sobre o Uso da Língua* (PEUL) desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A autora, com base em sua análise, evidenciou a tendência ao desaparecimento gradual da forma sintética do futuro, principalmente na fala informal. Isso contribuiu para o crescente uso da forma analítica composta por *ir* + infinitivo que, por ser mais inovadora, mostrou-se mais frequente entre os jovens, configurando-se, portanto, como um processo de mudança em curso. Todavia, ambos foram superados pelo uso do presente com ideia de futuro que ocorreu tanto em situações formais, quanto em situações informais.

De acordo com o estudo de Santos (2000), observa-se que o processo de mudança na expressão do futuro verbal em português se iniciou com o uso da forma de presente que, ao ser utilizada em auxiliares modais, teria originado

o futuro perifrástico. Ela concluiu que o português atual convive com três estágios da construção *ir* + infinitivo. São elas: (i) *ir* como verbo pleno, indicando movimento no espaço; (ii) *ir* como auxiliar modal indicando intencionalidade; e (iii) *ir* como auxiliar de tempo no futuro perifrástico.

Silva (2002) examinou qualitativamente o futuro no português falado através de onze gravações secretas de conversas telefônicas, além de cinco entrevistas, três elocuições formais, sendo duas delas retiradas do *Projeto Norma Urbana Culta de São Paulo* (NURC-SP), um diálogo interativo entre duas donas de casa, duas interações entre vários falantes colhidas de programas de televisão e uma gravação de um programa de rádio com trechos de vários participantes. As análises apontaram que a forma perifrástica *ir* + infinitivo é a mais preponderante entre as demais, já o presente foi a segunda forma mais utilizada e o futuro simples teve o índice de ocorrência mais baixo, além de ser empregado com verbos monossilábicos irregulares e em contextos formais, como declarações de políticos, juízes, executivos etc., e discursos injuntivos.

Costa (2003), ao estudar a *variação entre as formas de Futuro do Pretérito e de Pretérito Imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*, a partir de uma perspectiva variacionista, analisou os contextos linguísticos e fatores sociais e discursivos que levam à predileção de um tempo verbal em relação ao outro. A autora examinou a alternância entre o Pretérito Imperfeito e o Futuro do Pretérito no português informal do Rio de Janeiro a partir de duas amostras: uma com dados de fala, do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), da UFRJ, e outra com dados de escrita, de cartas pessoais. Os grupos de fatores que se mostraram relevantes foram *paralelismo, ambiente sintático-semântico, tempo e factualidade, extensão lexical, tipo de texto, contexto modalizador, idade, escolaridade e tipo de atividade do informante*.

A autora concluiu que o Pretérito Imperfeito tem seu uso favorecido em textos narrativos quando se trata de tempo passado, já o Futuro do Pretérito aparece em contextos que remetem a um tempo futuro. Além disso, a autora constatou que as perífrases de imperfeito e de futuro não são simplesmente formas substitutivas dos tempos, visto que possuem contextos linguísticos e sociais próprios. Outra observação feita por ela é a possibilidade de a forma do Futuro do Pretérito ser a mais conservadora já que, de acordo com seus resultados, esta é a variante utilizada pelos mais velhos e pelos que têm um nível escolar mais alto.

Gryner (2003) observou a variação entre as formas de expressão do futuro verbal em estruturas condicionais. Um ponto preponderante que a autora destaca é a nítida alternância do futuro pelo presente do indicativo para a expressão do não passado e a gramaticalização cíclica das formas perifrásticas originais de futuro do indicativo. Para tanto, ela analisa dados da língua oral da cidade do Rio de Janeiro entre 1980 e 2000, bem como dados de língua escrita do século XVI ao XX. A partir disso, concluiu que a substituição do futuro sintético, na escrita, pelo perifrástico, utilizado nos dados orais, não altera a classificação entre essas formas e as do presente do indicativo.

A autora afirmou que, tanto na língua oral, quanto na língua escrita, as taxas de Futuro do Presente permanecem as mesmas, isto é, em torno de 25%, isso ocorreu pelo fato de que as informações recentes, disponíveis na memória de curto prazo, proporcionam a forma não marcada do presente do indicativo. Ela pontuou, ainda, que o maior grau de escolarização do falante oportuniza o uso do futuro do indicativo (*farei*); com isso, a forma perifrástica (*vou fazer*) torna-se própria da fala informal e nasce para substituir a sintética como alternativa ao presente do indicativo (*eu faço isso amanhã*). Por fim, Gryner (2003) expôs que essa forma inovadora, até então ignorada pelas gramáticas normativas, entrou no sistema por meio das camadas mais instruídas, sendo, portanto, uma mudança de cima para baixo e favorecida pelos homens.

Malvar (2003) estabeleceu uma comparação entre a oralidade e a escrita para verificar as representações de futuro; com isso, utilizou textos teatrais do século XVI, XVIII, XIX e XX e a fala informal de brasilienses da classe trabalhadora, cujas gravações foram feitas entre 1991 e 2003, distribuídos por sexo, idade e grau de escolaridade. Neles, foram encontradas quatro variantes: futuro sintético, *haver* + infinitivo, presente do indicativo e *ir* + infinitivo. Após isso, o autor constatou que o futuro sintético teve o seu uso decrescente, com 66% em dados do século XVI para 9% na escrita e 1% na fala em dados do século XX. As formas com *haver* + infinitivo, com valor de futuro, desaparecem, são 30% dos dados no século XVI e 1% dos dados de escrita do século XX, sem registro na fala. Já o presente do indicativo teve um acréscimo no número de ocorrências, sendo 3% dos dados no século XVI e 18% dos dados de escrita e 14% das ocorrências de fala no século XX. Por fim, o uso da forma perifrástica *ir* + infinitivo aumentou significativamente, de 1% nos dados do século XVI para 73% dos dados de escrita e 85% dos dados de fala no século XX.

O autor concluiu que a forma perifrástica com *ir* é condicionada pelas frases afirmativas e que a presença de advérbios específicos de futuro favorece o uso do presente do indicativo para expressar o futuro. Esse fato, de acordo com Malvar (2003), é uma barreira para que a forma perifrástica composta por *ir* + infinitivo substitua completamente outras variantes e destaca que a forma presente vem sendo utilizada para expressar o futuro, sobretudo do próprio verbo *ir*, visto que o futuro sintético (*irei*) está em desuso e a perífrase (*vou ir*) é evitada e estigmatizada pelos falantes.

Malvar e Poplack (2008) fizeram um estudo diacrônico a partir de comédias, farsas e sátiras e utilizaram um *corpus* da língua falada de residentes urbanos da classe trabalhadora de Brasília a fim de analisar a variação nas formas de expressão de futuro. Em relação ao primeiro estudo, as autoras demonstraram como a mudança nas formas de representação do futuro foi direcionada pela expropriação gradual das variantes mais antigas de seus contextos preferidos pela forma perifrástica com *ir* e como essa forma se tornou a variante *default*. Afirmaram, além disso, que essa mudança não ocorreu de forma brusca.

Ao contrário, se procede como uma série de ajustes, que ocorrem à medida que as variantes, que estão entrando ou abandonando o contexto variável, disputam seu espaço no sistema. Conforme as variantes mais antigas se retraem, elas perdem ou transferem seus contextos direcionadores para as novas variantes, com o extraordinário resultado de que a estrutura do setor de referência ao futuro permanece a mesma; contudo, as distinções são redistribuídas. Dessa forma, as importantes distinções (funcionais, semânticas) podem continuar a ser expressas, ainda que por diferentes variantes. (MALVAR; POPLACK, 2008).

Diante disso, constatou-se que, no primeiro contexto analisado, há um fenômeno específico que ocorre em relação às variantes. No *corpus* da língua falada de Brasília, por sua vez, as autoras verificaram que no português brasileiro contemporâneo, praticamente não há variação, visto que quase todas as expressões de futuro são feitas a partir da perífrase com *ir*.

Oliveira e Olinda (2008), com base em um *corpus* constituído por cartas oficiais, cartas de comércio, cartas de editores, cartas comuns, cartas pessoais e de editoriais de jornais, apontaram a ocorrência da perífrase *ir* + infinitivo já no século XIV, entretanto demonstraram que essa Locução Verbal passou a ser utilizada pelos falantes no século XX no lugar da construção *haver de* + infinitivo, a qual concorria com o futuro simples até o século XIX. Para a análise, as autoras

consideraram alguns fatores: a extensão fonológica do verbo principal, o paradigma verbal, a pessoa verbal, a animacidade do sujeito, o papel temático do sujeito, a natureza semântica do verbo, a projeção de futuridade e o tipo de documento.

A análise de Oliveira e Olinda (2008) demonstrou que, nos séculos XVIII e XIX, o futuro simples foi a preferência em mais de 80% dos registros do tempo verbal estudado. No século XX, a forma sintética do futuro foi empregada em 76% das ocorrências observadas nos documentos utilizados como *corpus* da pesquisa, demonstrando uma ligeira queda em seu uso. Por sua vez, o uso da perífrase *ir* + infinitivo apareceu em 15% das cartas escritas no século XX, o dobro dos registros observados no século anterior e o triplo, quando comparado ao uso dessa Locução Verbal no século XVIII.

Em contrapartida, a perífrase *haver de* + infinitivo foi computada em 11% dos documentos no século XVIII, caindo para 6%, no século XIX e totalizando apenas 2% das ocorrências no século XX. Um dado que também mereceu destaque no estudo de Oliveira e Olinda (2008) foi o uso do tempo presente com valor de futuro: nos séculos XVIII e XIX, essa forma verbal foi registrada em apenas 1% dos casos, ao passo que, no século XX, 11% dos documentos analisados apresentavam verbos no presente para indicar ações do futuro.

Oliveira (2006), em sua tese intitulada *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*, examinou a expressão do futuro verbal na norma culta a partir de dados retirados da fala e escrita de moradores de Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) com nível superior completo, recolhidos nas décadas de 70 e 90 do século XX, além de dados diacrônicos dos séculos XIII e XIX, dentro de uma perspectiva variacionista e funcionalista.

A partir disso, a autora levantou algumas hipóteses a serem exploradas: (i) há uma preferência pelo uso da forma perifrástica composta pelo verbo *ir* no presente + verbo principal no infinitivo (uma mudança em andamento); (ii) o verbo *ir* vem sofrendo um processo de gramaticalização, passando de verbo pleno a verbo auxiliar de futuro, como acontece(u) com os verbos *to go* e *aller*, respectivamente, no inglês e no francês; (iii) a implementação da(s) forma(s) perifrástica(s) parece comprovar que o futuro expressa muito mais modalidade do que tempo verbal; e (iv) a gramaticalização do verbo *ir* como auxiliar de futuro está num estágio mais avançado no inglês e no francês do que no português.

Oliveira (2006) constatou a existência de seis variantes: futuro simples, perífrase com *haver de* no presente + infinitivo, perífrase com *haver de* no futuro + infinitivo, perífrase com *ir* no presente + infinitivo, perífrase com *ir* no futuro + infinitivo e presente. A forma perifrástica *ir* + infinitivo tem origem no século XIV, em que se inicia o processo de auxiliarização do verbo *ir* como indicador de futuro e passa a ganhar espaço no sistema linguístico no século XIX, superando as outras variantes na língua fala no século XX.

Nos dados de língua escrita formal, a autora observou que o futuro simples, desde o século XIII, é a variante mais utilizada e, até o século XIX, a sua maior concorrente foi a forma perifrástica com *haver de* + infinitivo. A variante perifrástica com *ir* + infinitivo, por sua vez, passa a ocupar espaço no século XX. No século XVII, inicia-se um embate entre as formas perifrásticas com *haver de* + infinitivo e *ir* + infinitivo. Apenas no século XX é que a disputa ocorre entre as perífrases com *ir* + infinitivo e o futuro sintético.

Em relação aos dados da fala comparados com os da escrita dos anos 70 e 80 do século XX, a autora demonstrou que há uma inversão parcial nas duas modalidades de língua, visto que, na escrita, predomina o futuro simples e, na fala, predomina o futuro perifrástico com *ir* + infinitivo, apesar de que, de uma década para a outra, esta última variante tenha mostrado uma certa difusão em novos ambientes.

Sobre a língua escrita, em específico, a perífrase *ir* + infinitivo, da década de 70 para 90, atinge outros contextos em que antes favoreciam a Forma Simples, porém, ainda, é minoritária. Já a língua falada encontra-se em uma mudança em progresso quase concluída, visto que, na década de 70, havia uma certa restrição ao uso da forma inovadora e uma diferença dialetal entre as cidades de Salvador (mais conservadora) e do Rio de Janeiro (mais inovadora), porém, após duas décadas, a perífrase com *ir* + infinitivo se manifesta em todos os contextos linguísticos e até mesmo a diferença regional deixa de existir.

O futuro simples, de acordo com a autora, está cada vez mais em desuso na fala, tanto mais formal, quanto menos formal. Já a forma do presente para indicar o futuro representa-se como uma variante à margem da concorrência entre futuro simples e futuro perifrástico com *ir* + infinitivo, já que se restringe a contextos bem específicos e, ao longo da história, seu índice de ocorrência é parcialmente estável.

Por fim, [Oliveira](#) (2006) expõe que, ao considerar o tempo real de longa duração, mantém-se, sincronicamente, a hipótese de uma alternância parcial (futuro simples para a escrita e futuro perifrástico com *ir* + infinitivo para a fala), apesar de que os estudos de tendência para a fala e para a escrita demonstram uma mudança em progresso de futuro simples para futuro perifrástico, mais controlada na escrita e mais avançada na fala. No tocante ao tempo real de curta duração, configura-se um quadro de mudança em progresso praticamente concluída.

[Fonseca](#) (2010) abordou a formação da perífrase e sua multifuncionalidade no português brasileiro, mais especificamente na variedade falada no interior do estado de São Paulo, a partir de uma perspectiva sociofuncional. A autora tomou como base amostras de fala provenientes do banco de dados Iboruna, de responsabilidade do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). Essas foram divididas igualmente em gênero (masculino e feminino), escolaridade (1ª Ciclo do Ensino Fundamental, 2ª Ciclo do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior) e faixa etária (7 a 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 55 anos e mais de 55 anos).

Os dados confirmaram que não se pode mais dizer que o Futuro do Presente, na sua forma sintética, está em variação com a construção *ir* + infinitivo no dialeto do interior paulista, visto que ela se restringe a contextos bastante específicos. Houve, no conjunto de amostras, apenas 14 ocorrências desse modelo de expressão de futuro que apresentaram os seguintes comportamentos: (i) três ocorrências têm um mesmo contexto de futuro, isto é, uma espécie de enumeração de eventos; (ii) seis ocorrências, provenientes de um mesmo informante, têm o mesmo contexto de futuro dentro do discurso bíblico; (iii) quatro ocorrências ou com o verbo *ser*, ou com o verbo *ter*.

A autora afirmou que o futuro sintético ainda resiste no sistema devido ao seu ensino explícito como “forma correta” de marcar o tempo futuro, e isso se confirma pelo fato de que, dos seis informantes que produziram as 14 ocorrências do futuro sintético, cinco possuem Ensino Médio completo e apenas um possui o primeiro ciclo do fundamental completo. Em relação à variável idade, 79% das suas ocorrências foram proferidas por informantes entre 36 e 55 anos de idade, o que corrobora a tendência sociolinguística de que falantes mais velhos preservariam a variante mais conservadora. Já em relação ao gênero, 57% dos dados foram produzidos por mulheres e 43% por homens.

[Gonçalves](#) (2013) analisou, em uma perspectiva diacrônica, a formação do futuro em português, levando em consideração os processos de gramaticalização, a formação das perífrases verbais e a expressão da modalidade. Um dos seus objetivos era demonstrar que a categoria verbal de futuro está intrinsecamente ligada ao processo de modalização, isto é, a flutuação contínua na busca de equilíbrio entre temporalidade e modalidade é a principal responsável pela instabilidade das formas de futuro, havendo, portanto, uma tendência para a reformulação cíclica dessas formas, favorecendo o aparecimento e o fortalecimento de formas perifrásticas para expressar o futuro.

A fim de comprovar essa hipótese, o pesquisador buscou identificar o suposto avanço do emprego das perífrases verbais de futuro em substituição às formas sintéticas, considerando, também, que certos aspectos da trajetória dessas perífrases sejam tratados como processo de gramaticalização. Para tanto, [Gonçalves](#) (2013) utilizou gêneros similares entre os séculos XVIII, XX e XXI: (i) cartas pessoais dos séculos XVIII e XX; (ii) cartas de comércio do século XVIII e e-mails comerciais do século XXI; (iii) artigos científicos dos séculos XVIII e XXI; e (iv) cartas-denúncia do século XVIII e denúncias dos séculos XX e XXI. Para o *corpus* da língua oral, foram selecionadas nove entrevistas referentes ao período contemporâneo.

O autor constatou, em relação à categorização do tempo futuro, que a constante renovação dessa categoria decorre da instabilidade geral de suas formas que, em sua origem, de valor modal ou aspectual, acabam por se temporalizar. A análise dos dados revelou uma substituição gradativa das formas temporalizadas de futuro, encontradas no século XVIII, para formas com noções modais, expressas nos séculos XX e XXI. Sendo assim, há evidências para a hipótese de que as formas de futuro tendem a sofrer mudanças cíclicas ao longo de sua trajetória na busca de equilíbrio entre temporalidade e modalidade. Ademais, ele verificou que, no século XVIII, são altos os índices de frequência das formas sintéticas, ou seja, a supremacia é para o uso das formas simples. Contrariamente ao que foi observado, no período moderno, há um aumento significativo para o uso das formas analíticas.

Os trabalhos apresentados neste capítulo nos proporcionaram um panorama dos estudos em relação às formas de expressão de futuro através do tempo. Iniciamos com Câmara Jr., em 1956, e finalizamos com [Gonçalves](#), em 2013.

Constatamos, além disso, que o uso da forma conservadora do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo, isto é, a simples, já não é frequente na fala dos usuários da Língua Portuguesa, até mesmo dos mais velhos, das mulheres e daqueles com um nível de escolaridade mais avançado. As variantes Locução Verbal e presente do indicativo, por sua vez, já estão bem incorporadas dentro das outras variáveis.

Outro ponto recorrente, nos estudos aqui apresentados, é que os adjuntos adverbiais, na maioria das vezes, são encontrados junto às expressões de futuro, diante disso, esses termos são extremamente relevantes para a análise, principalmente nas construções com o presente do indicativo fazendo referência a um fato posterior ao momento de fala.

No capítulo que se segue, apresentam-se os aspectos metodológicos os quais embasam esta pesquisa, a fim de demonstrar os princípios que conduzem a nossa análise.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, como já mencionado, é embasada pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista, cujo precursor foi Labov, na década de 60. Através de modelos quantitativos, podem-se estipular correlações entre fatos linguísticos e socioculturais, o que oportuniza melhor visão da variação da língua, que é descrita em termos de regras variáveis, às quais podem-se conferir valores probabilísticos (ou pesos relativos) que prenunciam a ocorrência das variantes independentemente do *corpus* observado..

4.1 O PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL

A ideia do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) e os primeiros passos para a sua implementação surgiram no seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em novembro de 1996. Estudiosos da área, ali reunidos, assumiram o compromisso e o desafio de levar adiante o projeto de um atlas linguístico nacional, conjugando esforços de pesquisadores de várias universidades brasileiras (CARDOSO, 2000). O principal interesse dos envolvidos nesse projeto era descrever a realidade linguística brasileira na perspectiva da Geolinguística.

Desde 1952, a realização de um atlas linguístico nacional se colocava como uma meta no meio acadêmico. A perspectiva desse trabalho desencadeou, de início, as necessárias reflexões teóricas e o lançamento das “bases” para o desenvolvimento de uma pesquisa dessa natureza e dessa envergadura. Dada as dificuldades evidentes para a execução de um projeto dessa grandeza, em vista da extensão geográfica do país e da precariedade de suas vias de comunicação, a alternativa foi a elaboração de projetos de atlas regionais. Apenas depois da idealização, elaboração e publicação de cinco atlas linguísticos regionais (ROSSI, 1963; RIBEIRO *et al.*, 1977; ARAGÃO; MENEZES, 1984; FERREIRA *et al.*, 1987; AGUILERA, 1994) é que chegou, finalmente, o momento do projeto nacional.

Vencidas as etapas iniciais, o Projeto se encontra, atualmente, bastante avançado em sua fase de coleta de dados, iniciada em 2001. De acordo com o site do projeto, todas as 250 localidades visitadas, incluindo as capitais e as cidades interioranas, já concluíram seus inquéritos. Foram 257.851 quilômetros

percorridos e 3.500 horas de gravações para que os 1.100 informantes fossem documentados. No que diz respeito às 25 capitais contempladas em sua rede de pontos, o material coletado já foi, em grande parte, objeto de transcrição grafemática ou fonética, conforme a natureza dos dados.

Em outubro de 2014, durante o *III Congresso de Dialectologia e Sociolinguística*, realizado em Londrina, em homenagem às Professoras Suzana Cardoso e Jacyra Mota, parte do tão sonhado atlas nacional se concretizou com o lançamento dos dois primeiros volumes (volume I: Introdução e volume II: 159 cartas linguísticas, com dados das capitais) do Atlas Linguístico do Brasil, cuja publicação foi realizada pela EDUEL.

Com base no exposto, pode-se entender um pouco mais sobre a história do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Agora, serão demonstradas as suas características formais que fazem dele um banco de dados tão significativo para a pesquisa brasileira. Este Projeto fundamenta-se nos princípios gerais da Geolinguística contemporânea, privilegiando a variação espacial ou diatópica e atento às implicações de natureza social. Diante disso, seus objetivos são:

Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à Língua Portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas e léxico-semânticas) consideradas na perspectiva da Geolinguística;

Oferecer aos estudiosos da Língua Portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos etc), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia etc) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil;

Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e realizar estudos interpretativos de fenômenos considerados relevantes;

Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia etc – de modo a contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da Língua Portuguesa no Brasil;

Oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a Língua Portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os

seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta;
 Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

De acordo com o Comitê Nacional do Projeto ALiB (2001), a seleção dos informantes deve atender os seguintes critérios:

Mantendo-se a norma da investigação dialetológica, os informantes devem ser naturais da localidade investigada, não tendo se afastado dela por mais de 1/3 de sua vida. Os pais também devem ser naturais da localidade, preferentemente, ou da mesma região. Em atenção a esse critério, evitam-se informantes cuja profissão exige deslocamentos constantes (caminhoneiros, por exemplo). Por outro lado, para garantir que o informante seja um bom representante da comunidade onde vive, ele deve estar inserido no contexto social, com endereço e profissão definidos;

Em relação ao fator idade, os informantes se enquadram em duas faixas etárias – de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos -, de forma a se ter a representação de falantes mais jovens e de falantes mais velhos;

Contemplando-se a variável gênero, em cada localidade são entrevistados informantes do sexo masculino e do sexo feminino, distribuídos nas duas faixas etárias mencionadas;

Quanto à escolaridade, os informantes devem ser alfabetizados, tendo cursado no máximo até a 4ª série do ensino fundamental. Esse critério inicialmente adotado foi flexibilizado ao longo da pesquisa, passando-se a admitir-se informantes que chegaram até à 8ª série. Nas capitais, acrescentam-se informantes com nível universitário, contemplando-se as duas faixas etárias e os dois gêneros.

Resumindo as três últimas características, em cada uma das 250 localidades investigadas pelo ALiB, são entrevistados quatro informantes, sendo dois homens e duas mulheres, distribuídos igualmente nas duas faixas etárias. Nas capitais, a esses quatro informantes juntam-se outros quatro, de nível universitário, contemplando-se equitativamente os dois gêneros e as duas faixas etárias. Faz-se válido ressaltar, ainda, que a investigação do ALiB se faz em zona urbana e não em zona rural.

Esse Projeto tem como base um questionário que contempla vários níveis da linguagem: o *fonético-fonológico* (QFF) com 159 perguntas; o *semântico-lexical* (QSL) com 202 questões; o *morfofossintático* (QMS) com 49 perguntas, além de outras de ordem pragmática, de discursos semidirigidos, de metalinguística, encerrando com um texto para leitura.

O projeto ALiB, além de ser um motivador para a elaboração de atlas locais, contribui para a geração de novas equipes de pesquisadores em

diferentes partes do país, além de oferecer um banco de dados que possibilita e estimula diversos trabalhos científicos.

4.2 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Os dados utilizados nesta pesquisa fazem parte de um *corpus* maior que constitui o banco de dados do Projeto ALiB. Para este estudo, foram selecionadas as entrevistas realizadas com informantes residentes nas capitais dos estados da Região Sul e da Região Centro-Oeste do Brasil, ou seja, Curitiba (Paraná), Florianópolis (Santa Catarina), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Goiânia (Goiás), Cuiabá (Mato Grosso) e Campo Grande (Mato Grosso do Sul). É necessário pontuar que Brasília (Distrito Federal) não foi elencada junto às demais capitais da Região Centro-Oeste, pois esta não é contemplada pelo Projeto em vista de sua data de criação recente. O mesmo ocorre com Palmas, a capital de Tocantins.

A quantidade de entrevistas, bem como de informantes, foi distribuída da seguinte forma:

Quadro 1 – Distribuição do número de informantes pelas capitais selecionadas

REGIÃO	ESTADO	CAPITAL	NÚMERO DE INFORMANTES
SUL	Paraná	Curitiba	8
	Santa Catarina	Florianópolis	8
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	8
CENTRO-OESTE	Goiás	Goiânia	8
	Mato Grosso	Cuiabá	8
	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	8

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das informações demonstradas no Quadro 1, pode-se constatar que esta análise baseará em dados provenientes de seis capitais do Brasil, as quais possuem oito informantes para cada localidade, totalizando, portanto, 48 entrevistas as quais foram divididas igualmente de acordo com os fatores extralinguísticos: sexo, faixa-etária e grau de escolaridade.

Conforme mencionado na seção que trata especificamente sobre o *Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*, o perfil geral dos informantes selecionados para o projeto visa atender a questões espaciais, por isso, eles devem ser naturais da localidade em questão e ter pais também nascidos na mesma área, além de possuir uma profissão que não exija grande mobilidade. Esses indivíduos são divididos em duas faixas-etárias que, neste trabalho, foram nomeadas da seguinte forma: A (de 18 a 30 anos) e B (de 50 a 65 anos). Eles pertencem, também, a dois graus de escolaridade: ensino fundamental e ensino superior, além de serem divididos equitativamente em relação ao sexo (masculino e feminino).

O questionário lingüístico, elaborado pela equipe do Projeto ALiB e utilizado como instrumento de coleta de dados, aborda diferentes aspectos da língua em seções próprias, como já citado. Entretanto, para esta pesquisa, foram consideradas as questões do QMS, em específico, as que se referem às formas do futuro do indicativo: a pergunta 43, que elucida o Futuro do Presente (*O que você/o(a) senhor(a) fará amanhã?*), bem como a pergunta 44, que representa o Futuro do Pretérito (*O que é que você/o(a) senhor(a) faria se ganhasse na loteria?*). Essa seleção se deu pelo fato de que o informante, em sua resposta, expõe a sua própria maneira de se referir ao futuro do indicativo em falas cotidianas, como objetivam as entrevistas realizadas pelo Projeto ALiB. Ao pensar na sua rotina ou no seu futuro, questões que envolvem uma ligação afetiva, o indivíduo monitora menos a sua fala e retrata, com isso, a sua realidade lingüística.

4.3 A VARIÁVEL LINGÜÍSTICA

De acordo com os estudos mencionados nesta dissertação, um elemento que aparece recorrentemente junto às expressões de futuro são os adjuntos adverbiais. Diante disso, esta pesquisa utilizou como variável lingüística a presença ou ausência de expressões adverbiais e verificou se isso condiciona o uso de uma ou outra variante.

Sobre isso, [Corôa](#) (1985) demonstra que uma dada proposição temporal só será estabelecida com respeito a um observador. Esse observador, porém, deve ser concebido não como uma pessoa propriamente dita, mas como “um sistema fixo de referência dentro do qual o conjunto temporal se encontra” (p. 31). Linguisticamente, esse conjunto temporal está associado ao verbo e às outras palavras que possam informar sobre a ordem temporal, tais como os advérbios.

[Mateus et al.](#) (1989), ao discutirem mais profundamente sobre o futuro enquanto categoria linguística, afirmam que, na Língua Portuguesa, o Presente do Indicativo e a forma perifrástica são responsáveis pela expressão do futuro iminente. Essas duas formas aparecem ao lado de advérbios temporais, tais como *agora*, *imediatamente* ou em contextos nos quais é possível recuperar tais expressões.

[Cunha](#) e Cintra (1985), em estudo, apontam que o uso do Presente do Indicativo com valor de futuro vem acompanhado, na maioria das vezes, de um advérbio para que não haja ambiguidades, como no exemplo: *Amanhã não saio de casa e faço o trabalho*.

De acordo com [Costa](#) (1990), a presença do advérbio de tempo confere à oração o tom de futuridade que, aos poucos, vai se incorporando ao verbo *ir* devido às suas características intrínsecas compatíveis com a expressão de futuro. O autor afirma, ainda, que, se o advérbio for retirado em algumas frases, ela se torna ambígua, podendo marcar, além disso, um ato rotineiro. Sem o advérbio, apenas o contexto poderá desfazer a ambiguidade.

[Poplack](#) e Turpin (1999) controlaram, em sua pesquisa, um grupo de fatores denominado *tipo de especificação adverbial*, o qual continha três fatores: contexto de não especificação adverbial, especificação adverbial e sem advérbio. As autoras concluíram que o fator não especificação adverbial favoreceu a Forma Simples do futuro e que o presente do indicativo está associado ao contexto de especificação adverbial, além disso, a forma perifrástica surge com mais ênfase nos contextos sem advérbio.

Isso posto, esta pesquisa analisou qual a possível influência das expressões adverbiais quando associadas às formas de representação do futuro, sejam elas conservadoras ou inovadoras. Espera-se que junto às Formas Simples e às locuções verbais os adjuntos adverbiais não sejam recorrentes, o contrário aconteceria com o Presente do Indicativo. Na próxima seção, são apresentados os fatores extralinguísticos que também podem funcionar como possíveis condicionadores de uma ou outra variante.

4.4 AS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

O presente trabalho examinou a variação no uso do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo, investigando se os

fatores extralinguísticos *sexo, faixa etária, grau de escolaridade e localidade* condicionam a variante usada pelo informante para expressar os tempos futuros em sua fala.

Os dados foram estratificados levando-se em conta as variáveis extralinguísticas (*sexo, faixa etária, grau de escolaridade e localidade*) selecionadas como possíveis condicionadoras de uso de uma ou de outra variante. Para cada variável, criou-se uma tabela com as informações quantitativas.

4.4.1 Sexo

A variável *sexo*, de acordo com estudos, têm revelado que, embora não existam linguagens distintas para homens e para mulheres, esses apresentam comportamentos linguísticos diferenciados. Conforme expõe [Oliveira](#) (1995, p. 7): “se, por um lado, é verdade que em nenhuma sociedade ou língua há ‘linguagens’ separadas para homens e mulheres, por outro lado, a preferência por certos empregos, em função do sexo, parece estar presente em algumas línguas”.

Essa variável tem uma atuação bastante diversificada e, por vezes, até contraditória, visto que é normal que as mulheres liderem algumas mudanças em específico e os homens, outras. Sobre isso, [Oliveira e Silva](#) e Scherre (1996, p. 366-367), em um estudo com base na fala do Rio de Janeiro, reafirmam a importância dessa variável para diversos fenômenos e atestam uma “forte tendência das mulheres no uso das formas linguísticas padronizadas”, tanto nos casos de variação estável como nos casos de mudança.

Diante do exposto, esta pesquisa visou identificar em qual medida o sexo atua na escolha de uma ou outra variante. Espera-se, portanto, que a Forma Simples do Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo apareça mais frequentemente na fala das mulheres, já a Locução Verbal e o Presente do Indicativo sejam constantes no dialeto dos homens.

4.4.2 Faixa etária

Por meio do fator *faixa etária*, procurou-se determinar se as variantes observadas no estudo estão em situação de variação estável ou de mudança linguística. [Tarallo](#) (1989) esclarece que haverá variação estável se não existirem alterações entre as faixas etárias; porém, se o uso da variante inovadora

ocorrer com mais frequência na faixa etária mais jovem, diminuindo em relação à idade dos informantes mais velhos, então teremos uma situação de mudança em progresso. Partindo da hipótese de que o fenômeno aqui observado configura uma mudança em andamento, espera-se que os mais jovens empreguem mais a Locução Verbal e os mais velhos revelem maior índice da Forma Simples.

4.4.3 Grau de escolaridade

Ao verificar o fator grau de escolaridade, pode-se identificar a influência da escola no desempenho linguístico dos entrevistados, como afirma [Botassini](#) (1998). Acredita-se que os indivíduos com nível superior fazem uso de uma linguagem mais próxima da norma padrão. Assim, supõe-se que o uso de algumas formas inovadoras do português deveria ser mais limitado na fala de informantes com curso superior, enquanto aqueles que possuem apenas o Ensino Médio a utilizariam com mais frequência. Do mesmo modo, se o maior tempo de escolarização, de fato, condiciona o uso do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo, espera-se encontrar, no discurso dos mais escolarizados, mais casos de futuro simples e, na fala dos menos escolarizados, mais Locução Verbal e Presente do Indicativo.

4.4.4 Localidade

A variável localidade controla a variação horizontal, comparando as capitais da Região Sul e Região Centro-Oeste, selecionadas para este trabalho: Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande. As capitais da Região Sul, com base no que já fora exposto, são consideradas mais conservadoras pelo fato de terem sua colonização feita principalmente por europeus; além disso, é mais desenvolvida política e economicamente. Um agravante, entretanto, é que muitos preceitos recaem sobre tais, visto que o vulgo “celeiro do país” é comum no pensamento de muitos. Diante disso, espera-se que a zona rural seja pouco habitada ou os que já migraram para a zona urbana conservem essas características.

A Região Centro-Oeste, por sua vez, também possui a economia voltada principalmente para a agricultura e a pecuária, entretanto, suas capitais não são tão desenvolvidas politicamente quando comparadas às da Região Sul. De

acordo com o que já foi mencionado, sua colonização deve-se principalmente aos bandeirantes e suas características permaneceram nesse local. Um ponto muito importante, além disso, é que existem certas áreas com características específicas e interessantes a serem analisadas nesta pesquisa, como o Pantanal e o norte do Mato Grosso, que corresponde à parte da Floresta Amazônica.

Dessa forma, uma das hipóteses levantadas nesta pesquisa é a de que os informantes moradores das capitais da Região Sul conservem mais a forma padrão de referência ao futuro, isto é, a Forma Simples, principalmente a de Santa Catarina e a do Rio Grande do Sul; em contrapartida, os moradores das capitais da Região Centro-Oeste fariam isso em menor escala.

4.4.5 O programa de Análise Quantitativa Variacionista

Além de produzir resultados numéricos, o maior objetivo final de qualquer estudo quantitativo em pesquisa dialetal é identificar e explicar os fenômenos linguísticos, atestando ou não as hipóteses pré-estabelecidas. Nesse sentido, para analisar os dados, utilizamos o programa GoldVarb X, versão para ambiente Windows do pacote de programas computacionais de análise multivariada VARBRUL, elaborado e aprimorado por Rousseau e Sankoff em 1978 (PINTZUK, 1988).

Após o levantamento das variantes do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo (Forma Simples, Locução Verbal, Presente do Indicativo com valor de futuro e Pretérito Imperfeito do Indicativo), da variável linguística (Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial) e das variáveis extralinguísticas (sexo, faixa-etária, grau de escolaridade e localidade), o *corpus* deve ser codificado, ou seja, criam-se símbolos para identificar as variantes e os contextos condicionadores. Assim, o primeiro passo para a utilização do programa é criar um arquivo (.txt) com a especificação dos símbolos e com os dados codificados conforme os símbolos previamente estabelecidos. Em seguida, abrimos o arquivo no programa.

Posteriormente, ao nosso comando, o programa gera uma gama de resultados estatísticos e, cabe ao pesquisador, “armazenar, editar e manusear tamanha quantidade de informação” (GUY; ZILLES, 2007, p. 40). Dessa forma, o resultado possibilita uma análise a partir do número de ocorrência e percentual de cada variante segundo o grupo de fatores.

É possível ainda, por meio do programa, amalgamar fatores, excluindo contextos que não queremos que sejam cruzados ao mesmo tempo, assim como cruzar apenas um fator de uma variável com outro fator de outra variável em questão de segundos. Além disso, se houver algum erro de codificação, há um comando que encontra o erro para que possamos corrigi-lo (KAILER, 2008).

Naro (1994) afirma que:

A metodologia da Teoria da Variação constitui uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e variações linguísticas. As suas limitações são as do próprio linguista, a quem cabe a responsabilidade de descobrir quais são os fatores relevantes, de levantar e codificar os dados empíricos corretamente, e, de interpretar os resultados números dentro de uma visão teórica da língua. O progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode fazer para nosso entendimento das línguas humanas. (NARO, 1994, p. 25).

Tais programas de análise quantitativa condizem com o modelo postulado por Labov (1960), o qual pressupõe que as motivações internas e externas em competição denotam o uso de um ou outro fenômeno linguístico. Logo, por ser um facilitador, o programa disponibiliza o peso relativo dos fatores de cada variante em relação à variável linguística e às variáveis extralinguísticas, apresentando a influência que cada um desses fatores tem sobre o uso da variante em estudo. Para isso, é necessário rodar a binominal e escolher a variante que será analisada quanto ao peso relativo. O programa, por sua vez, cruza todos os dados e estabelece a rodada cujos grupos favorecem a ocorrência da variante selecionada.

Quanto à interpretação dos pesos relativos, em análise binária, Guy e Zilles (2007) esclarecem que

Esses valores são interpretados conforme o seguinte padrão: um valor acima de 0,5 corresponde a um fator que favorece a aplicação da regra, um valor abaixo de 0,5 indica um fator que desfavorece a regra e um valor exatamente igual a 0,5 corresponde a um fator que essencialmente não tem efeito na regra (ou seja, em nada contribui para sua maior ou menor aplicação). Ademais, um valor próximo de 0 indica que a regra relevante (ou escolha) nunca se aplica no contexto daquele fator (um “nocaute negativo”), e um valor próximo de 1 indica que a regra sempre se aplica no contexto daquele fator (um “nocaute positivo”) (GUY; ZILLES, 2007, p. 41).

Além disso, o programa seleciona os grupos de fatores por ordem de relevância, indicando a probabilidade e a interatividade entre os fatores. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 41), o “programa utiliza um algoritmo baseado no

procedimento de máxima verossimilhança (ing.: *maximum likelihood*) para estimar os efeitos dos fatores”.

Munidos desses resultados, indicadores empíricos, o trabalho do pesquisador passa a ser a interpretação e explicação desses dados, a fim de comprovar ou refutar as questões iniciais. Organizar esses números em tabelas auxilia no processo de análise, bem como permite a junção de porcentagens, peso relativo, fatores que facilitam a visualização da conclusão final.

No próximo capítulo, apresentam-se os resultados estatísticos das variáveis selecionadas como relevantes pelo Pacote Estatístico GoldVarb X, sob a perspectiva variacionista abordada em capítulos anteriores.

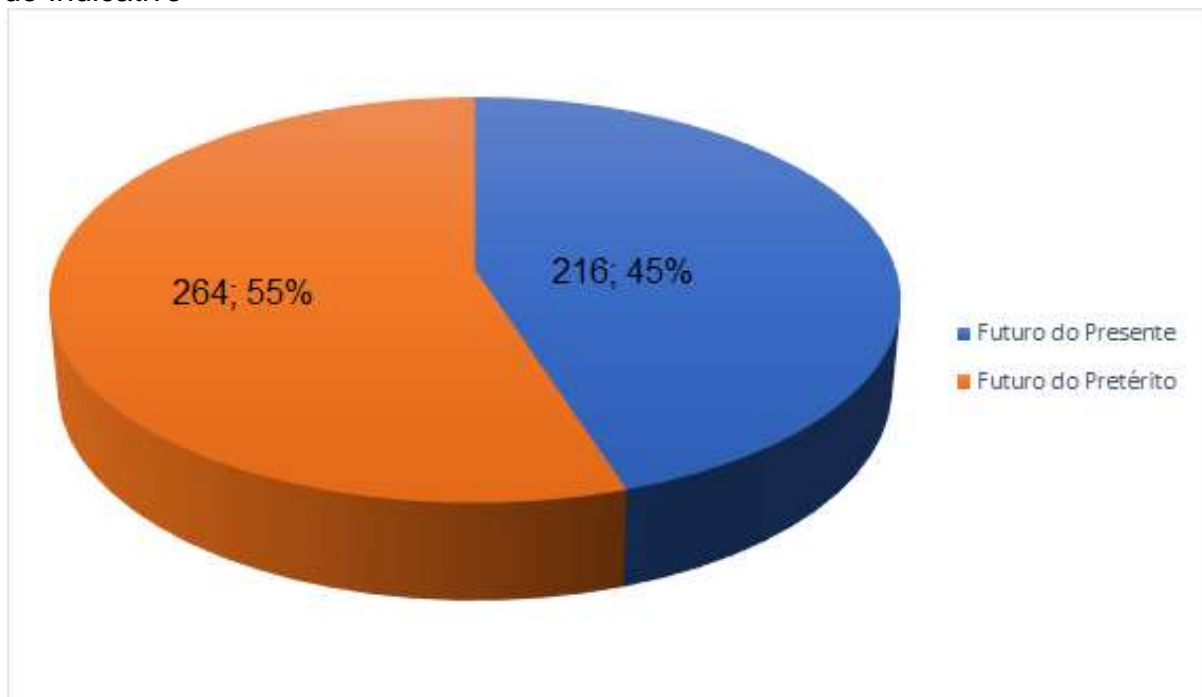
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A variável em análise nesta dissertação é o Futuro do Presente do Indicativo (*sairei*) e o Futuro do Pretérito do Indicativo (*sairia*). Ambas foram consideradas pela pesquisa pelo fato de apresentarem comportamentos linguísticos distintos passíveis de averiguação e, diante desse fato, os seus resultados também serão demonstrados de forma separada ao longo deste capítulo.

5.1 ANÁLISE DA VARIAÇÃO DO FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO E DO FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO

Antes de analisar as ocorrências de cada tempo-modo verbal em relação à variável linguística e às variáveis extralinguísticas, faz-se mister a observação do Gráfico 1, o qual demonstra o número de realizações do Futuro do Presente e do Futuro do Pretérito, bem como os seus percentuais.

Gráfico 1 – Ocorrências do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB.

Nota-se, a partir da averiguação do Gráfico 1, que os informantes selecionados para a pesquisa utilizaram, em maior escala, o Futuro do Pretérito do

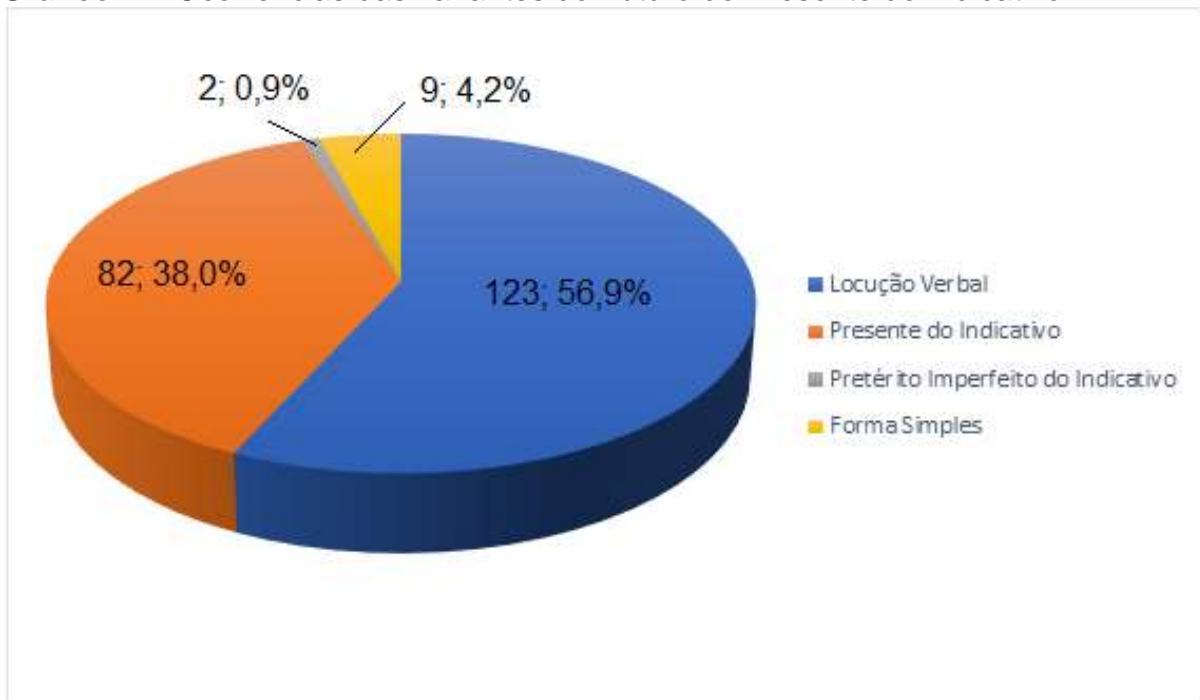
Indicativo, com 264 ocorrências (55%). Já o Futuro do Presente do Indicativo, que assumiu a segunda colocação, foi realizado 216 vezes (45%).

No que diz respeito ao Futuro do Presente do Indicativo, em específico, é necessário retomar os postulados de [Said Ali](#) (1964) o qual aponta que esse tempo-modo verbal ocorre para indicar quatro situações específicas. A primeira delas é a chamada “categórica”, a qual o verbo exprime uma ordem no presente que se tem a certeza de que será executada no futuro. A segunda é a sugestiva que é utilizada para fazer um pedido. Na compulsiva, por sua vez, a forma futura é apresentada sucessivamente e, por fim, tem-se a problemática, em que os verbos se encontram em perguntas retóricas.

Para a obtenção do peso relativo, foi executada uma análise binominal da variante Locução Verbal sobre a variante Presente do Indicativo. Isso só pode acontecer através da exclusão da localidade Porto Alegre (Rio Grande do Sul), representada pelo código 3, visto que, de todas as cidades, ela era a única que não possuía ocorrências de Locução Verbal.

Com base no que fora descrito no parágrafo anterior, nem toda a variável aqui disposta terá os seus resultados em pesos relativos, diante do fato de que não houve variação, portanto é impossível a obtenção desse número. Nesses casos, só serão delineadas considerações a respeito de suas ocorrências, bem como percentuais.

Dentre as quatro variantes do Futuro do Presente do Indicativo, isto é, a Forma Simples (*farei*), a Locução Verbal (*vou fazer*), o Presente do Indicativo (*faço*) e o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*fazia*), esta última ocorreu apenas duas vezes. Esse panorama será exposto no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB.

Entre as formas de representação do Futuro do Presente do Indicativo, a Locução Verbal (*Eu vou comprar móveis para a minha casa nova*) se sobressaiu, com 123 ocorrências (56,9%). Ao final, está o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*Eu comprava uma casa nova*), com apenas duas ocorrências (0,9%). Em nenhuma delas houve a presença de adjunto adverbial e quem as produziu foi um homem e uma mulher, ambos da faixa etária A, um com Ensino Fundamental e um com Ensino Superior que residem em Curitiba (PR).

No que tange ao Futuro do Pretérito do Indicativo, esse tempo-modo verbal que, de acordo com [Coutinho \(1984\)](#), surgiu no Latim vulgar, representa um grande desafio no entendimento da sua função básica. O fato de ele se enquadrar no modo indicativo, enunciaria uma ação dada como certa, um fato. Entretanto, sua conceituação representa uma hipótese, incerteza e/ou um futuro relativo a um momento passado.

Apesar disso, [Câmara Jr. \(1967\)](#) desnuda a questão da condição em si e aponta que, normalmente, ela é encaixada apenas em períodos hipotéticos, entretanto há outras manifestações. A condição pode ser sugerida por adjuntos adverbiais. Assim sendo, espera-se que, durante a análise das entrevistas, os

informantes utilizem um número expressivo dessa marca linguística ao fazer referência a esse tempo verbal a fim de manter a sua significação.

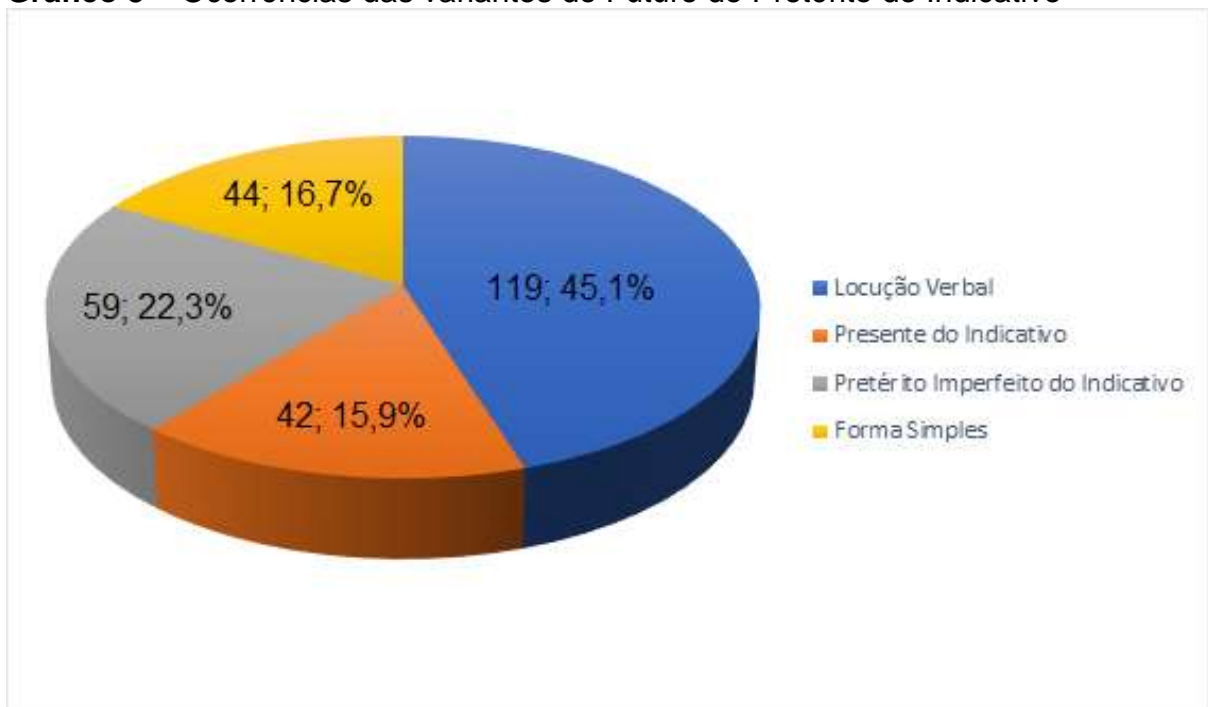
Outro ponto a ser ressaltado é a consideração feita por Câmara Jr. (1984), que afirma que o Futuro do Pretérito do Indicativo possui um uso pouco frequente, pois necessita de condições muito específicas para ocorrer. A sua utilização seria, na maioria das vezes, no sentido metafórico, para a expressão da irrealidade. Pensando nessa condição, neste trabalho, haveria um maior número de realizações do Futuro do Presente do Indicativo quando comparadas as do Futuro do Pretérito do Indicativo; entretanto, essa hipótese não se concretizou.

Nesse tempo-modo verbal, os nocautes³ foram reduzidos, houve apenas um em relação à presença do adjunto adverbial, visto que essa variável linguística esteve ausente no momento do levantamento dos dados. Como não se pode excluir essa forma, visto que restaria apenas uma maneira de representação, fez-se necessário eliminar a variável linguística, a fim de obter os pesos relativos por meio da rodada binominal. Esse panorama proporcionou diversas análises a partir desse feito.

Foram realizadas as seguintes rodadas binominais utilizando os dados do Futuro do Pretérito do Indicativo: Locução Verbal sobre a Forma Simples, Presente do Indicativo sobre a Forma Simples, Pretérito Imperfeito do Indicativo sobre a Forma Simples e Locução Verbal sobre o Presente do Indicativo. Assim sendo, alguns grupos foram indicados como importantes; deles, os pesos relativos foram obtidos e serão demonstrados por meio de cada variável.

É necessário pontuar que, em comparação com o Futuro do Presente do Indicativo, a variante Pretérito Imperfeito do Indicativo (*Eu saía dessa cidade*) se fez muito presente no momento da utilização do Futuro do Pretérito do Indicativo. Outros pesquisadores, tais como Costa (2003), já haviam levantado essa predileção ao longo de seus trabalhos, entretanto isso se restringe a contextos linguísticos e sociais específicos. O Gráfico 3 apresenta um panorama das realizações do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação às suas variantes.

³ Nocaute ou *KnockOut* é uma terminologia de análise do Goldvarb X, é um fator que, em um dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente. O nocaute é um problema analítico no processamento dos dados. Uma vez que um grupo de fatores é zero, não há variação e o programa não tem com o que exprimir pesos e frequências.

Gráfico 3 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB.

As variantes utilizadas para fazer menção ao Futuro do Pretérito do Indicativo foram bastante variadas quanto ao número de ocorrências. Apesar de haver uma predileção pela Locução Verbal (45,1%), o Pretérito Imperfeito do Indicativo, a Forma Simples e o Presente do Indicativo também foram bastante recorrentes, com 22,3%, 16,7% e 15,9%, respectivamente.

Tanto o Gráfico 2 quanto o Gráfico 3 expuseram que a variante preferida em ambos os tempos-modos verbais foi a Locução Verbal (*Eu iria sair dessa cidade*), seguida do Presente do Indicativo (*Eu saio dessa cidade*). A Forma Simples (*Eu sairia dessa cidade*), por sua vez, foi pouco utilizada. Santos (1997) explica que o tamanho do verbo está diretamente relacionado com a escolha da forma de futuro e, diante disso, favorece essas duas variantes inovadoras aqui mencionadas. O fato de a Forma Simples do futuro possuir uma nova sílaba acrescentada a ela faz que se torne maior e mais “pesado” ao ritmo da Língua Portuguesa. Tomemos como exemplo o verbo *viajar*. A sua Forma Simples, quando conjugado no Futuro do Presente do Indicativo, é *viajarei*, já, quando conjugado no Futuro do Pretérito do Indicativo, é *viajaria*. Conforme fora destacado, quando esse verbo sofre as flexões apontadas, há o acréscimo de uma sílaba, o que faz que a

pronúncia da palavra seja maior. Diante disso, os resultados obtidos nesta análise encontram respaldo nas afirmações feitas por Santos (1997).

Feitas as considerações a respeito dos dois tempos verbais que serão desnudados nesta pesquisa, é importante compreender algumas questões práticas para o entendimento da análise. Serão expostos os resultados das ocorrências do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à cada variável selecionada pelo programa de análise estatística, Goldvarb X isso será feito, portanto, de forma separada. Para cada tempo-modo verbal, será apresentado o número de ocorrência de cada variante (N.^o), ao lado do total (TOTAL), bem como o seu percentual (%). Caso essa variável tenha sido considerada relevante no momento da rodada binominal realizada pelo programa, tais números aparecerão em uma tabela específica.

Para iniciar as explicações aqui mencionadas, a primeira variável apresentada é a linguística, isto é, a presença ou a ausência de adjunto adverbial, que se encontra na seção posterior. Em seguida, expõem-se as variáveis extralinguísticas sexo, faixa etária, grau de escolaridade e localidade.

5.1.1 Variável Linguística: Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial

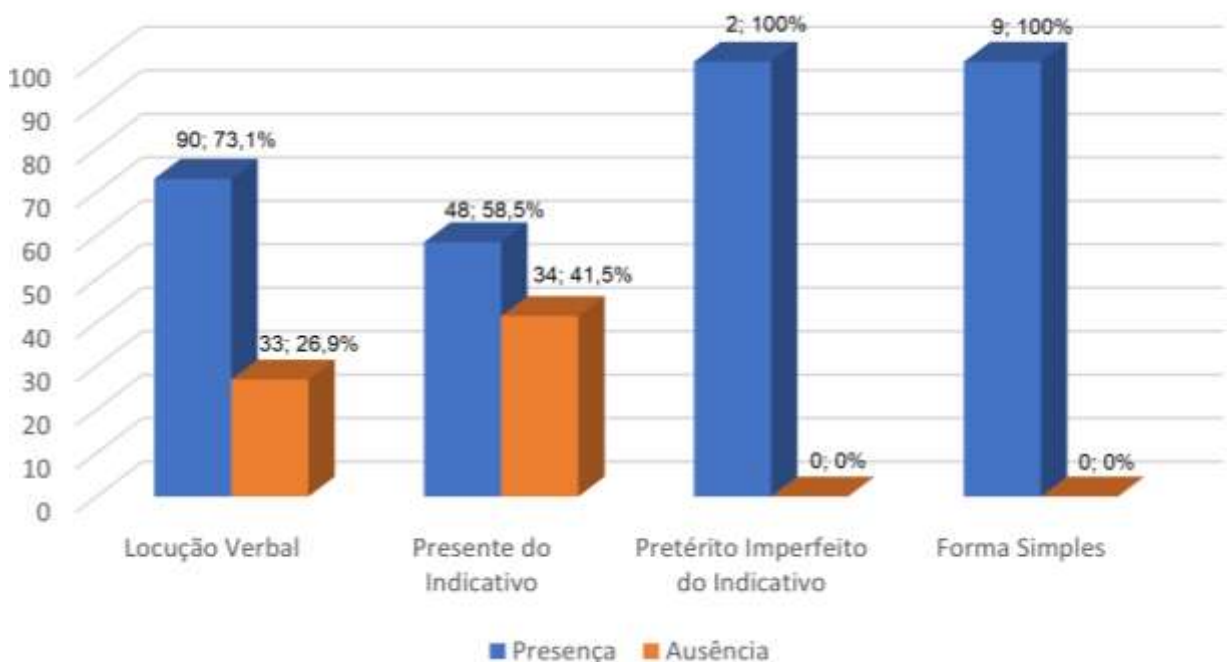
A variável linguística analisada para esta pesquisa foi a presença ou ausência de adjunto adverbial, visto que, ao verificar os trabalhos que abordam o uso do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo, bem como os resultados provenientes da análise, observou-se o quão relevante ela é. A forma canônica de expressão do futuro é a simples (*ajudarei/ajudaria*), entretanto, usualmente, utiliza-se a Locução Verbal (*vou ajudar/irei ajudar*), o Presente do Indicativo (*ajudo*) ou o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*ajudava*) e, para auxiliar essa ideia, tem-se os advérbios que contribuem para a recuperação de tais expressões.

Como já mencionado, as formas do Futuro do Presente e as do Futuro do Pretérito apresentam comportamentos distintos na Língua Portuguesa, mesmo que ambos façam referência a uma ação futura. Diante desse fato, decidiu-se por demonstrar os resultados dessa variável frente a cada um desses tempos verbais separadamente.

5.1.1.1 Futuro do Presente do Indicativo

No Gráfico 4, constam os resultados obtidos através da rodada com todas as variantes do Futuro do Presente do Indicativo: a Locução Verbal (*vou trazer*), o Presente do Indicativo (*trago*), o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*trazia*) e a Forma Simples (*trarei*). Esses números são demonstrados por meio das ocorrências (%) e das porcentagens (N.º).

Gráfico 4 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do ALiB,

Os dados provenientes do Gráfico 4 demonstraram que a marca linguística de adjunto adverbial junto às formas de futuro é, de fato, um fenômeno extremamente interessante de ser analisado, principalmente em relação à sua alternância frente a cada variante. Quando houve a opção pela Locução Verbal no momento de expressar uma ação futura, os informantes utilizaram em maior proporção o adjunto adverbial para auxiliar essa ideia; diante disso, a sua presença se deu em 73,1% dos casos, contra 26,9% de sua ausência. Esse resultado vai de encontro com as hipóteses levantadas no início desta dissertação de que esse recurso não seria necessário no momento de fazer referência ao futuro através de uma Locução Verbal.

Ao comparar esses números com os que Costa (1990) obteve, pode-se observar que a língua é realmente um fenômeno passível de mutação, visto que, em seu trabalho, o autor encontrou dados diferentes destes, os quais corroboravam com a necessidade de haver um advérbio para conferir à oração o tom de futuridade quando esse papel estava sendo exercido por uma Locução Verbal e que, aos poucos, essa marca linguística se incorporaria ao verbo *ir*. Entretanto, o panorama apresentado neste trabalho ratifica a ideia de que essa variante já se encontra tão presente na fala dos brasileiros, que não há a necessidade da utilização de termos para contribuir com a sua significância.

No tocante às realizações do Presente do Indicativo, as ocorrências dessa variável linguística foram próximas, mesmo havendo uma predileção pela presença dela, isto é, 58,5%. A sua ausência, entretanto, representou 41,5% dos casos. Diante dessa contiguidade, não é possível afirmar com clareza que os adjuntos adverbiais são, de fato, necessários no momento da realização dessa variante.

As duas variantes anteriormente citadas foram as mais relevantes no momento da análise do Futuro do Presente do Indicativo, visto que o Pretérito Imperfeito do Indicativo só apareceu duas vezes dentre as ocorrências, sendo ambas com a presença do adjunto adverbial. Em relação às nove vezes em que a Forma Simples foi realizada, tal conjuntura se manteve.

Poplack e Turpin (1999) postularam que o principal fator para a presença do adjunto adverbial é quando ele está aliado ao Presente do Indicativo (*amanhã eu trago a minha sobrinha*), e que a Locução Verbal (*amanhã eu vou trazer a minha sobrinha*) inibe seu uso. Ao observar os percentuais aqui expostos, essa afirmação se aplica em partes, principalmente em referência ao Presente do Indicativo. Mesmo que a presença do adjunto adverbial tenha ocorrido em maior proporção quando aliada a essa variante, a diferença é pequena, representado, com isso, uma alteração nesse cenário. Já em relação à Locução Verbal, tal conjuntura se mantém.

Tanto o Pretérito Imperfeito do Indicativo quanto a Forma Simples tiveram um número limitado de ocorrências e não houve variação entre a presença ou ausência do adjunto adverbial. Em ambos os casos, essa marca linguística fez-se presente em 100% das vezes em que os informantes expressaram o futuro dessa forma.

Para um melhor aprofundamento da análise, foi realizada uma rodada binominal no programa estatístico com base na variante Locução Verbal, visto que ela é a mais produtiva no contexto de Futuro do Presente do Indicativo. Diante disso, três grupos foram determinados como relevantes, o primeiro deles é referente à variável linguística presença ou ausência de adjunto adverbial. Os dados remanescentes encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Atuação da variável Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Presente do Indicativo

PRESENÇA OU AUSÊNCIA DO ADJUNTO ADVERBIAL	APLICAÇÃO/OCORRÊNCIA	PERCENTUAL	PESO RELATIVO Input: 0,597
Presença	33/67	49,3%	0,338
Ausência	90/139	64,7%	0,581
SIGNIFICÂNCIA: 0,045			

Fonte: Elaborada pela autora com os dados do ALiB,

Nesta tabela, nota-se que, dentre os 206 contextos em que foram verificadas a presença ou a ausência de adjuntos adverbiais, 123 estão relacionados à ocorrência de um verbo no Futuro do Presente do Indicativo na forma de Locução Verbal (*depois eu vou fazer um bolo delicioso*), isto é, 59,7%, com um *Input* de 0,597. Ao estabelecer um comparativo, a ausência de adjunto adverbial foi mais preponderante, ou seja, 90 contra 139 no total (64,7%). Já a presença não foi um fator relevante, com 33 ocorrências contra 67 no total (49,3%).

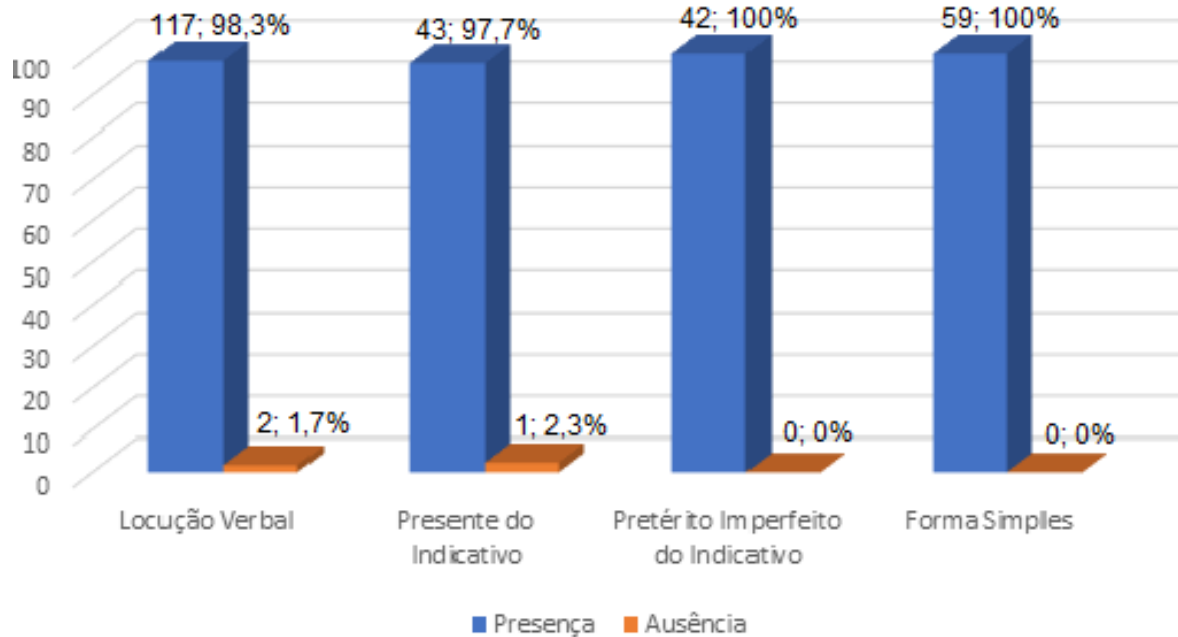
Analisando especificamente os pesos relativos, conclui-se que a variável adjunto adverbial não é um fator preponderante para a realização do Futuro do Presente do Indicativo enquanto Locução Verbal, pois a ausência dele representa 0,581 e a presença 0,338. É sabido que um valor acima de 0,5 corresponde a um fator que favorece a aplicação da regra, já um valor abaixo de 0,5 a desfavorece.

5.1.1.2 Futuro do Pretérito do Indicativo

Os dados contidos no Gráfico 5 demonstram a variação do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável linguística presença ou ausência de

adjunto adverbial. De acordo com as hipóteses levantadas inicialmente, esse tempo-modo verbal proporcionaria em maior número a constatação dessa expressão devido ao seu teor condicional.

Gráfico 5 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Presença ou Ausência de Adjunto Adverbial



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do ALiB,

No Gráfico 5, os resultados no tocante à presença ou ausência do adjunto adverbial junto às variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo foram categóricos, visto que, em todas as formas de representação, o advérbio foi mais requerido, com percentuais altíssimos. Quanto à Locução Verbal, em 98,3% dos casos, o adjunto adverbial se fez presente (*quando eu me aposentasse*, só iria viajar), contra 1,7% da sua ausência (*eu iria comprar um sítio no interior*). Esse panorama, mais uma vez, não vai ao encontro das hipóteses levantadas inicialmente, de que não haveria a necessidade de expressar essa marca linguística junto a essa variante.

Acerca do Presente do Indicativo, a presença do adjunto adverbial ocorreu em 97,7% dos casos (*depois eu ajudo a minha família*), contra 2,3% de sua ausência (*eu construo uma casa melhor para os meus pais*). No que diz respeito a esse tempo-modo verbal, a predileção pelas marcas adverbiais foi mais nítida, diferentemente do Futuro do Presente do Indicativo. Uma possível explicação para esse fato seria que, como já mencionado no início desta subseção, o Futuro do

Pretérito do Indicativo possui um teor condicional e, diante disso, requereria algo que demonstrasse claramente a ideia a qual se quer passar.

Cunha (1978) já havia elucidado essa questão em sua pesquisa ao afirmar que é necessário ter certa cautela no momento da utilização do presente para indicar tempos futuros, uma vez que esse tempo ratifica a certeza de que o fato acontecerá. Quando essa é a opção do falante, um adjunto adverbial acompanha o verbo para auxiliar no sentido pretendido.

Além disso, Oliveira (1985) pontuou que o uso do presente para marcar futuridade é, normalmente, acompanhado por um advérbio ou uma expressão temporal que estabeleça um intervalo futuro. Pode-se dizer, ao analisar estes dados, que tal prerrogativa ainda se aplica.

Tanto o Pretérito Imperfeito do Indicativo (*depois eu comprava uma casa bem grande*), quanto à Forma Simples (*eu compraria um sítio afastado da cidade para morar quando eu ficasse velhinho*), novamente, não representaram variação quanto à presença ou à ausência do adjunto adverbial, entretanto o número de ocorrências foi bastante significativo, ao contrário do Futuro do Presente do Indicativo. Em todos os casos em que essas variantes foram produzidas pelos informantes, isto é, 100%, as expressões adverbiais foram recorrentes.

As subseções que vêm a seguir proporcionarão os resultados no que tange às variáveis extralinguísticas. A primeira variável explorada é o sexo. Seus resultados aparecerão relacionados ao Futuro do Presente do Indicativo e ao Futuro do Pretérito do Indicativo.

5.1.2 Variável Extralinguística: Sexo

Nesta pesquisa, foram considerados alguns fatores sociais que poderiam ser relevantes para a realização de uma ou de outra variante do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo, os quais são chamados de variáveis extralinguísticas. A princípio, serão apresentados os resultados referentes à variável sexo.

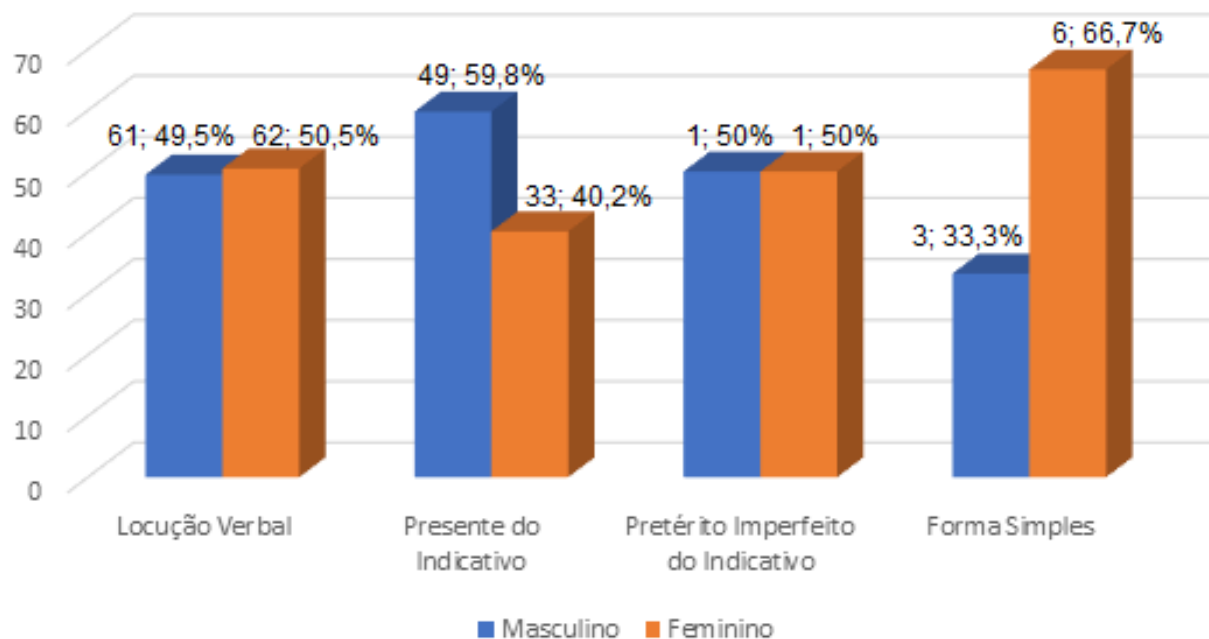
A importância desse aspecto se dá na medida em que pesquisas já realizadas na área da Sociolinguística demonstraram que existem comportamentos linguísticos distintos na fala dos homens e na fala das mulheres. De acordo com Labov (1960), quando a variante tem prestígio, há uma tendência de as mulheres liderarem o seu uso. Por outro lado, se a variante inovadora for estigmatizada, as mulheres

tendem a evitá-la. Pensando no contexto deste trabalho, a Forma Simples ocorreria mais nas entrevistas com as mulheres, já o Presente do Indicativo, o Pretérito Imperfeito do Indicativo e a Locução Verbal seriam mais frequentes nas entrevistas dos homens.

5.1.2.1 Futuro do Presente do Indicativo

No Gráfico 6, podem-se observar os dados referentes às realizações das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação ao sexo. Tais resultados foram extremamente produtivos para esta análise, visto que a variação é visível.

Gráfico 6 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Sexo



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do ALiB,

A Locução Verbal (*vou arrumar*), como forma de representar uma ação futura, durante a realização pelos informantes, apresentou uma variação leve entre o sexo feminino e o sexo masculino. Ao analisar especificamente o número de ocorrências, constata-se que os homens a produziram 61 vezes (49,5%), já as mulheres 62 vezes (50,5%). Isso demonstra que, de fato, a Locução Verbal já está vastamente disseminada entre os falantes da Língua Portuguesa, não sendo a

preferência de um ou de outro gênero, pois atua em todos os contextos sem discriminação.

No tocante ao Presente do Indicativo (*arrumo*), essa variante foi mais recorrente na fala dos indivíduos do sexo masculino, com 59,8% das realizações. Em contrapartida, as mulheres a produziram em 40,2% dos casos. A partir desses resultados, contata-se que as hipóteses levantadas nesta dissertação e demarcadas no início desta subseção se confirmam, visto que essa forma de representação, por ser considerada inovadora, estaria mais presente na fala dos homens.

Um fato interessante é que, ao comparar esses números com aqueles obtidos por [Gryner \(1997\)](#), reconhece-se que as formas de representação do futuro estão em constante mudança no português brasileiro. A autora apontou que as mulheres, em seu trabalho, demonstraram uma nítida preferência pelo Presente do Indicativo ao referir-se a ações futuras e a explicação dada por ela é que isso ocorre devido ao seu caráter assertivo. É notório, diante disso, que esse panorama tende a ser modificado possivelmente, visto que as pessoas do sexo feminino não optaram em maior escala por essa variante.

O Pretérito Imperfeito do Indicativo, por sua vez, como já fora explanado, representou apenas duas ocorrências no momento de fazer referência ao Futuro do Presente do Indicativo. Um fato interessante, a partir disso, é que cada uma delas foi produzida por um indivíduo do sexo feminino (50%) e um indivíduo do sexo masculino (50%); entretanto, não se pode afirmar com exatidão qual a real representatividade deste fenômeno em relação a esse tempo-modo verbal, já que os números foram bastante reduzidos no *corpus* de análise.

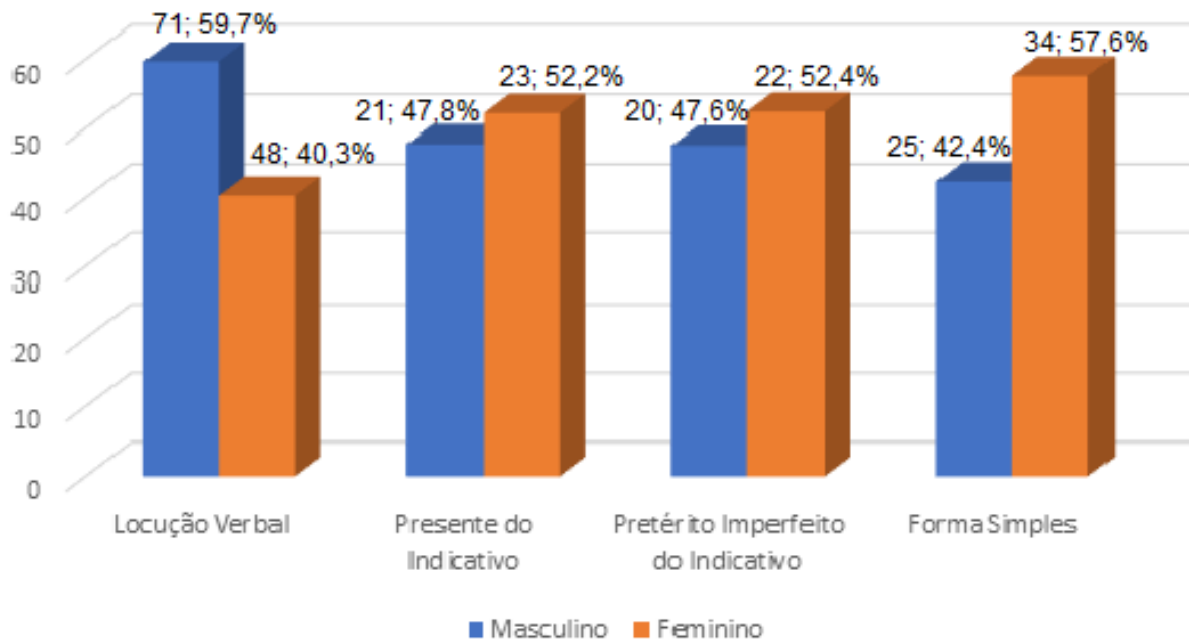
No que diz respeito à Forma Simples, novamente, as hipóteses iniciais se mantiveram, pois as mulheres fizeram mais uso dessa variante (66,7%), quando comparado aos homens (33,3%). Esse panorama ratifica a ideia de que essa variante é a conservadora e ainda mantém esse papel na língua falada.

A fim de concluir as considerações a respeito dessa variável extralinguística quando relacionada ao Futuro do Presente do Indicativo, faz-se válido ressaltar que o programa de análise binominal não considerou o fator sexo como relevante para a aplicação da regra de uso da locução verbal, portanto não serão apresentados os pesos relativos referentes à essa variável.

5.1.2.2 Futuro do Pretérito do Indicativo

O primeiro fator social escolhido para compor o quadro de variáveis extralinguísticas deste trabalho é o sexo do informante. No Gráfico 7, serão apresentados esses resultados de acordo com as realizações do Futuro do Pretérito do Indicativo.

Gráfico 7 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Sexo



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do ALiB,

Em relação a esse tempo-modo verbal, os indivíduos do sexo feminino foram os que mais utilizaram três das quatro variantes em análise, sendo duas delas inovadoras. A Locução Verbal foi a única que fugiu à “regra”, visto que, nesse caso, os homens usaram-na em 59,7% das vezes; as mulheres, por outro lado, empregaram-na em 40,3% dos casos. Mesmo que essa forma de expressão do futuro já esteja disseminada na língua falada, seria ainda mais recorrente na fala dos informantes masculinos, e isso se confirma mediante os percentuais apresentados nesta pesquisa no tocante ao Futuro do Pretérito do Indicativo.

Já o Presente do Indicativo foi uma das variantes inovadoras preferida pelas mulheres, mesmo com uma ligeira diferença. Essas utilizaram esse tempo-modo verbal em 52,2% das vezes; já os homens, por sua vez, fizeram o mesmo em 47,8%. Em seguida, tem-se o Pretérito Imperfeito do Indicativo, com 52,4% de uso para os informantes do sexo feminino, contra 47,6% dos informantes

do sexo masculino. Esses números não vão ao encontro das hipóteses levantadas inicialmente, pelo fato de que se esperava que tais formas de representação do futuro fizessem parte do linguajar dos homens.

Sobre a Forma Simples, as mulheres, ainda, foram as que mais empregaram-na, com 57,6% das representações. A discrepância quanto aos informantes masculinos foi mais nítida, visto que esses aplicaram-na 42,4% das vezes. Esses dados estão de acordo com o esperado.

No momento das rodadas binomiais, o programa GoldVarb não selecionou essas variáveis como relevantes para aplicação da regra variável de uso da variante, por isso não serão apresentados os resultados referentes ao peso relativo. Para dar andamento à análise, na próxima seção, os dados sobre a faixa etária dos informantes serão expostos.

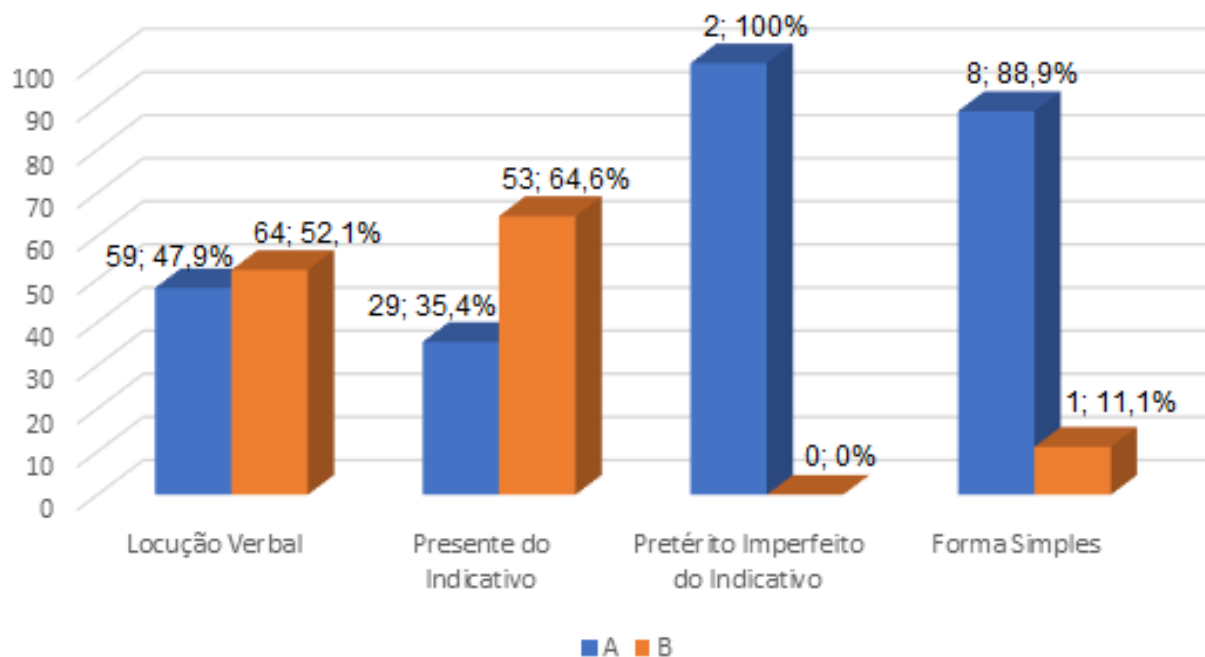
5.1.3 Variável Extralinguística: Faixa Etária

A segunda variável extralinguística examinada como possível atuante na escolha de uma ou de outra variante para a menção do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo é a faixa etária. A partir desse fator, pode-se realizar uma análise, conforme proposto por [Labov](#) (2005), em tempo aparente da variação e averiguar se esse fenômeno se encontra no processo de variação estável ou de mudança linguística. Haverá variação estável se não existirem alterações entre as faixas etárias, mas, caso o uso da variante inovadora ocorrer com mais frequência na faixa etária mais jovem, diminuindo em relação à idade dos informantes mais velhos, então teremos uma situação de mudança em progresso.

5.1.3.1 Futuro do Presente do Indicativo

A hipótese inicial, levantada nesta pesquisa, é a de que o fenômeno aqui observado se configura como uma mudança em progresso em relação ao uso da Locução Verbal. Diante disso, os jovens deveriam empregar mais a referida variante, e a Forma Simples estaria presente em uma proporção maior na fala dos mais velhos. Para confirmar ou não tal suposição, o Gráfico 8 demonstra os resultados dessa variação quanto ao uso do Futuro do Presente do Indicativo.

Gráfico 8 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Faixa Etária



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do ALiB,

Os resultados em relação ao fator faixa etária foram bastante alternados mediante a preferência dos informantes. O primeiro ponto interessante a ser ressaltado é que duas das variantes consideradas inovadoras foram as preferidas pelos mais velhos, isto é, a Locução Verbal e o Presente do Indicativo. Tal panorama não vai de acordo com o esperado; diante disso, torna-se passível de um delineamento minucioso.

No tocante à Locução Verbal, os indivíduos pertencentes à faixa etária A (de 18 a 30 anos) fizeram uso dessa forma de expressão do futuro em 47,9% dos casos; já os informantes mais velhos optaram por essa variante 52,1% das vezes. Esses dados demonstram que essa maneira de representação já está tão disseminada na fala dos brasileiros que não gera uma indiferença nem mesmo para aqueles que, em tese, mantêm as normas gramaticais em seu dialeto. Entretanto, a diferença é mínima, o que demonstra que a Locução Verbal já é a preferida na língua, estando, portanto, em processo de variação estável.

Quanto ao Presente do Indicativo, a porcentagem de utilização dessa variante pelos indivíduos da faixa etária A é 35,4%; já os informantes da faixa etária B (de 50 a 65 anos) utilizaram essa forma de representação do futuro em 64,6% dos casos. A diferença, aqui, é mais preponderante, mas a predileção pelos

mais velhos é um fato inesperado e que vai contra as hipóteses iniciais de que há uma mudança em progresso.

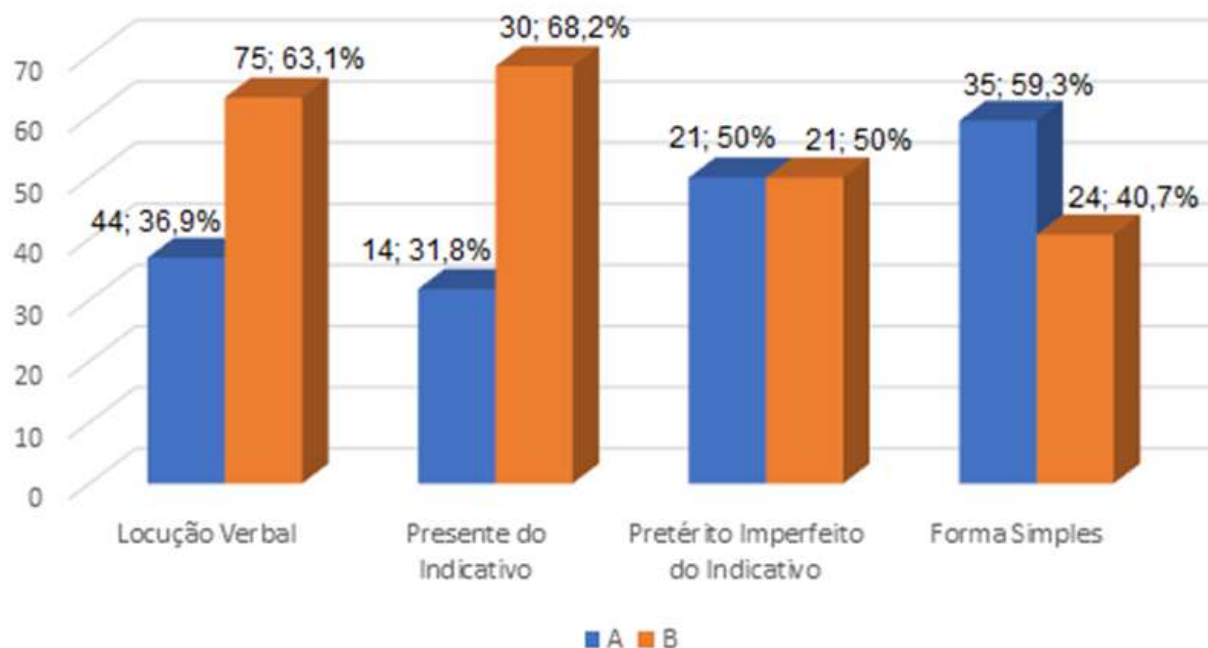
A respeito do Pretérito Imperfeito do Indicativo, as duas ocorrências foram proporcionadas pelos indivíduos da faixa etária A (100%). Sobre a Forma Simples, isto é, a variante conservadora, os informantes mais jovens a utilizaram em 88,9% dos casos; já aqueles mais velhos fizeram uso dessa forma de representação em 11,1% das vezes.

Acerca do Futuro do Presente do Indicativo, o que se pode concluir é que há um tratamento igualitário em relação ao processo de variação da Locução Verbal e do Presente do Indicativo, pois ambos se encontram em um processo de variação estável. Faz-se necessário analisar, também, como essa forma de representação se comportou quando relacionada ao Futuro do Pretérito do Indicativo.

5.1.3.2 Futuro do Pretérito do Indicativo

Após a apresentação dos resultados no tocante ao Futuro do Presente do Indicativo, apresentam-se, a seguir, os resultados referentes ao Futuro do Pretérito do Indicativo por meio do Gráfico 9 para evidenciar tais números.

Gráfico 9 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Faixa Etária



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do ALiB.

Os dados referentes ao Futuro do Pretérito do Indicativo podem ser considerados bem próximos daqueles já delineados em relação ao Futuro do Presente do Indicativo, principalmente no tocante às predileções. A Locução Verbal foi a mais utilizada pelos informantes mais velhos, com 63,1% das ocorrências; os mais novos, por sua vez, fizeram uso dessa variante em 36,9% das vezes. Um fator a se destacar, nesse caso, é que, também nesse tempo-modo verbal, a variação encontra-se estável, pois a variante inovadora se mostrou mais recorrente na segunda faixa-etária.

No que tange ao Presente do Indicativo, os informantes da faixa etária B também se destacaram acerca das realizações, com 68,2%; já os indivíduos da faixa etária A utilizaram essa variante em 31,8% dos casos. Esse panorama é o mesmo encontrado quando se analisou o Futuro do Presente do Indicativo, representando, novamente, um processo de variação estável.

O Pretérito Imperfeito do Indicativo, por sua vez, obteve percentuais iguais em ambas as faixas etárias, isto é, 50%. Nesse caso, pode-se constatar uma variação estável, visto que tanto os mais novos quanto os mais velhos realizaram o mesmo número de vezes essa variante.

A respeito da Forma Simples, novamente, ela foi a preferência dos informantes da faixa etária A (59,3%); os mais velhos, por sua vez, fizeram uso dessa forma de representação do futuro em 40,7% dos casos. Esses dados não ratificam as hipóteses levantadas inicialmente, pois era esperado que os indivíduos da faixa etária B utilizassem, em maior escala, a variante conservadora.

A fim de contribuir para a análise, no tocante ao Futuro do Pretérito do Indicativo, faz-se necessário analisar os dados contidos na Tabela 2, os quais demonstram o peso relativo da variante Locução Verbal em relação ao tempo-modo verbal citado.

Tabela 2 – Atuação da variável Faixa Etária para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Pretérito do Indicativo

FAIXA ETÁRIA	APLICAÇÃO/OCORRÊNCIA	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
	119/178	66,9%	Input: 0,703

A	44/79	44,4%	0,344
B	75/99	55,6%	0,626

SIGNIFICÂNCIA: 0,001

Fonte: Elaborada pela autora com os dados do ALiB,

Nota-se, a partir desses dados, que a regra de aplicação da Locução Verbal na fala dos indivíduos da faixa etária B é favorável, pelo fato de o peso relativo ser 0,626, isto é, superior a 0,5. Entretanto, no tocante à faixa etária A, isso não se mantém, visto que o resultado é 0,344.

Gibbon (2000) afirmou, a partir da sua análise, que havia um processo de mudança em progresso em relação a esse fenômeno, visto que os mais jovens utilizavam em maior número a forma inovadora (a Locução Verbal e o Presente do Indicativo), enquanto os mais velhos rejeitavam o seu emprego. Essa explanação é importante diante do fato de que demonstra o caráter mutável da língua, visto que este trabalho, realizado com entrevistas colhidas em média sete anos depois, já demonstra uma possível modificação neste panorama.

Na Tabela 3, serão demonstrados os pesos relativos obtidos através da rodada binominal do Presente do Indicativo sobre a Forma Simples. Faz-se mister lembrar que essa também é uma variante inovadora, então é de suma importância observar em que estágio está o seu processo de variação.

Tabela 3 – Atuação da variável Faixa Etária para a implementação da variante Presente do Indicativo para indicar o Futuro do Pretérito do Indicativo

FAIXA ETÁRIA	APLICAÇÃO/OCORRÊNCIA 44/103	PERCENTUAL 42,7%	PESO RELATIVO Input: 0,421
A	14/49	28,6%	0,355
B	30/54	55,6%	0,632

SIGNIFICÂNCIA: 0,008

Fonte: Elaborada pela autora com os dados do ALiB,

Apesar de serem números distintos, a predominância se mantém. Os indivíduos mais velhos, isto é, pertencentes à faixa etária B, corroboraram a

regra de aplicação do Presente do Indicativo, proporcionando um peso relativo de 0,632. Os informantes jovens, por sua vez, permaneceram em segundo lugar, com 0,355.

Todos esses números comprovam que o futuro, seja na forma de Futuro do Presente do Indicativo ou Futuro do Pretérito do Indicativo, apresentam comportamentos distintos em relação às variantes mais recorrentes, isto é, a Locução Verbal e o Presente do Indicativo; entretanto, é necessário ratificar que ambas já estão vastamente disseminadas na Língua Portuguesa, pois os mais velhos a utilizaram em maior escala. A fim de averiguar de uma maneira mais ampla essa questão, na próxima subseção, serão apresentados os resultados referentes à variável linguística grau de escolaridade.

5.1.4 Variável Extralinguística: Grau de Escolaridade

A variável extralinguística analisada nesta seção é o grau de escolaridade. Tal fator foi selecionado a fim de averiguar a influência da escolarização na fala dos usuários da Língua Portuguesa. Diante do fato de que o Futuro do Presente do Indicativo e o Futuro do Pretérito do Indicativo assumem diversos formatos coloquialmente, tais como: *vou fazer*, *irei fazer*, *faço*, *fazia*, é necessário conferir se aquilo que é prescrito como norma e ensinado nas escolas ainda é utilizado por aqueles que estiveram mais tempo expostos aos bancos escolares.

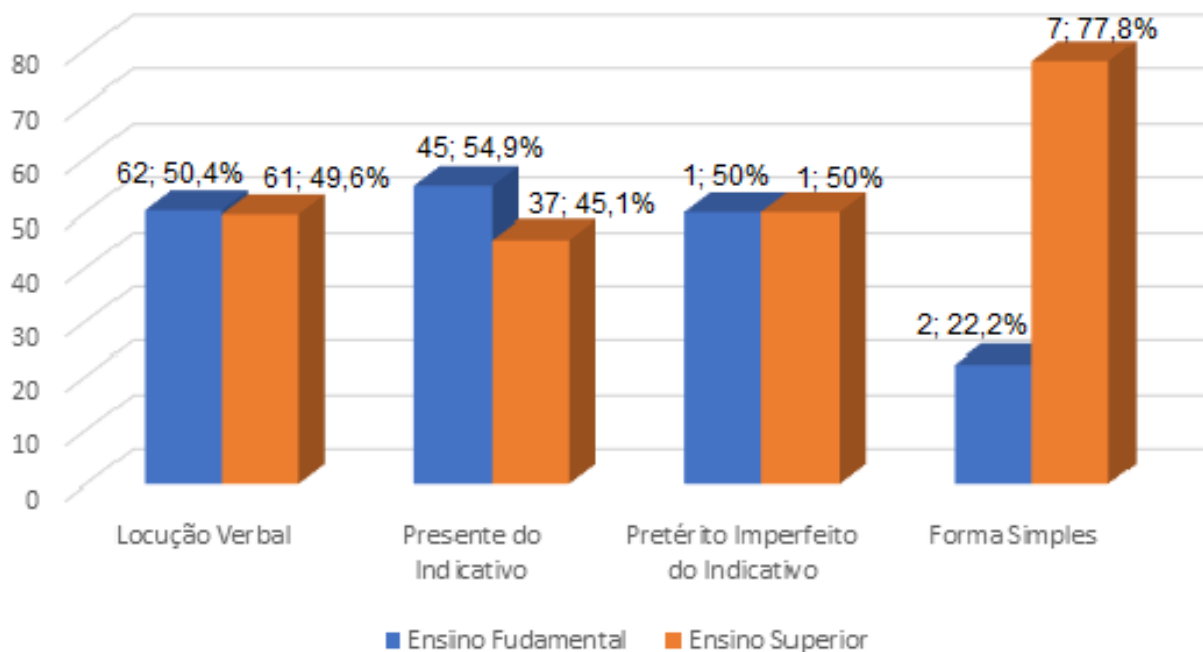
Nesse contexto, a Forma Simples é a tida como regra no momento de se referir a uma situação futura, já a Locução Verbal, o Presente do Indicativo e o Pretérito Imperfeito do Indicativo não são registrados nas gramáticas normativas. Como, na maioria das vezes, a norma-padrão é aquela ensinada nas escolas, então os indivíduos com Ensino Superior deveriam produzir em maior escala a Forma Simples, já as pessoas com Ensino Fundamental utilizariam mais as demais variantes.

5.1.4.1 Futuro do Presente do Indicativo

A fim de verificar a situação mencionada no início desta seção, é necessário consultar os dados contidos no Gráfico 10. Esses números abordam a

variação do Futuro do Presente do Indicativo quando relacionado ao fator grau de escolaridade.

Gráfico 10 – Ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Grau de Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora com os dados do ALiB,

Os resultados obtidos a partir da análise desta variável ratificam algumas hipóteses levantadas inicialmente. As variantes inovadoras mais utilizadas no momento de expressar o Futuro do Presente do Indicativo, isto é, a Locução Verbal e o Presente do Indicativo foram as preferidas pelos informantes com escolaridade mais baixa; entretanto, em relação à primeira, a diferença foi bem tímida. Os indivíduos com Ensino Fundamental fizeram uso dessa forma de representação em 50,4% das vezes; já aqueles com Ensino Superior utilizaram-no em 49,6% dos casos.

Os dados demonstrados no parágrafo anterior indicam que, mesmo que as pessoas com um nível de escolaridade mais reduzido tenham preferido essa forma, não há como determinar que ela é própria desse grupo, visto que o percentual que compreende aos informantes com Ensino Superior é bem próximo. Diante disso, constata-se que a Locução Verbal já está vastamente disseminada na língua e não ocasiona mais uma indiferença frente aqueles que estiveram mais tempo em contato com as normas gramaticais.

No que tange o Presente do Indicativo, novamente, os informantes apenas com o Ensino Fundamental foram os que optaram em maior escala por essa forma de representação do futuro, isto é, 54,9%. Aqueles com Ensino Superior, por sua vez, utilizaram essa variante em 45,1% dos casos. A diferença não é tão grande; entretanto, expõe que o Presente do Indicativo ainda apresenta um caráter inovador frente aqueles que estiveram por mais tempo na escola, porém é nítido que a sua propagação já é grande.

As duas ocorrências do Pretérito Imperfeito do Indicativo foram divididas entre ambos os graus de escolaridade, representando, portanto, 50% para cada um. Sobre a Forma Simples, os dados foram ao encontro do esperado, pois os informantes com Ensino Superior utilizaram essa variante em 77,8% dos casos, contra 22,2% daqueles que têm apenas o Ensino Fundamental. Gryner (2003) já havia exposto, em sua pesquisa, que o maior grau de escolarização do falante oportuniza o uso do futuro em sua Forma Simples, como constatado nos resultados aqui apresentados.

Durante o levantamento das ocorrências do Futuro do Presente do Indicativo, puderam-se obter percentuais a partir de cada uma das variantes. Devido a isso, houve a possibilidade de realizar uma rodada binominal no programa de análise estatística, a fim de obter, assim, o peso relativo para melhor análise dos dados. Tais números estão dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 – Atuação da variável Grau de Escolaridade para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Presente do Indicativo

GRAU DE ESCOLARIDADE	APLICAÇÃO/OCORRÊNCIA 123/206	PERCENTUAL 59,7%	PESO RELATIVO Input: 0,597
Ensino Fundamental	62/108	52,4%	0,445
Ensino Superior	61/98	47,6%	0,561

SIGNIFICÂNCIA: 0,045

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do ALiB.

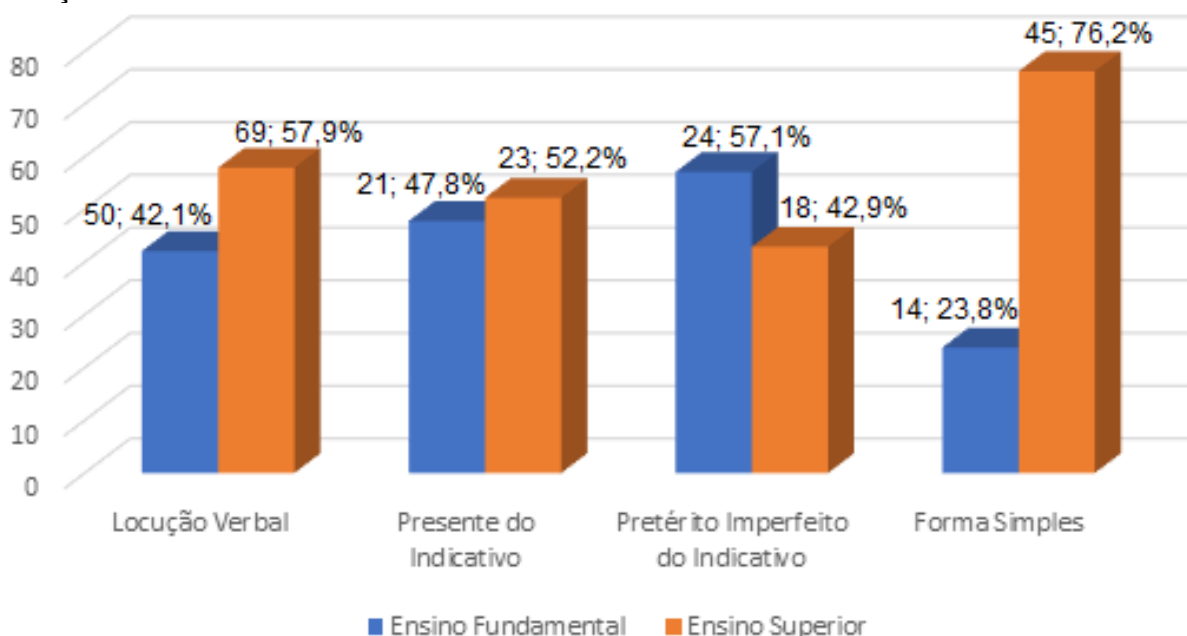
Os resultados expostos na Tabela 4 atestam o fato de que a nova forma de representação do Futuro do Presente do Indicativo, isto é, a Locução

Verbal, já está difundida na fala dos brasileiros. Como se pode observar, o peso relativo para os informantes com Ensino Superior (0,561) e com Ensino Fundamental (0,445) gira em torno da neutralidade. Ressaltamos, no entanto, que o fato de os indivíduos com Ensino Superior serem um pouco mais favoráveis à forma inovadora pode ser um indício de que ela não é marcada na Língua Portuguesa, ou seja, quem a utiliza não sofre estigma.

5.1.4.2 Futuro do Pretérito do Indicativo

O segundo tempo-modo verbal explorado nesta seção é o Futuro do Pretérito do Indicativo. Para tanto, no Gráfico 11, serão apresentados seus resultados a partir da variável extralinguística grau de escolaridade.

Gráfico 11 – Ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Grau de Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB.

Os dados obtidos a partir da análise das variantes que compõem o Futuro do Pretérito do Indicativo contrapõem-se, parcialmente, aqueles resultantes da averiguação do Futuro do Presente do Indicativo, visto que os informantes com Ensino Superior foram os que mais produziram duas das variantes inovadoras, isto é, a Locução Verbal e o Presente do Indicativo, com 57,9% e 52,2% respectivamente. Já os informantes com Ensino Fundamental fizeram uso da

Locução Verbal em 42,1% das vezes e utilizaram o Presente do Indicativo em 47,8% dos casos.

Ao confrontar essa proposição com os dados obtidos mediante a análise do Futuro do Presente do Indicativo, uma hipótese que confirma essa alternância seria a de que essa mudança não ocorreu da mesma maneira como Futuro do Pretérito do Indicativo e, por estar mais presente nas camadas menos instruídas, as variantes Locução Verbal e Presente do Indicativo do primeiro tempo-verbal citado podem ser consideradas marcadas, com um leve estereótipo ainda perpetuando o seu uso.

No tocante ao Pretérito Imperfeito do Indicativo, esse cenário se modificou, isto é, os informantes com Ensino Fundamental utilizaram em maior escala a referida variante (57,1%), enquanto os participantes com Ensino Superior optaram por essa forma de representação do futuro em 42,9% das vezes. Essa circunstância já era prevista e pode ser explicada devido ao fato de que a ocorrência dessa variante é recente e discriminada em poucos trabalhos da área já realizados, podendo ser, portanto, uma marca linguística extremamente inovadora.

A Forma Simples, por sua vez, é recorrente na fala dos indivíduos com um nível de escolaridade alto, isto é, com Ensino Superior, representando 76,2% das ocorrências; já os informantes que possuem apenas o Ensino Fundamental utilizaram esse formato de expressão do futuro em 23,8% dos casos. Os resultados aqui mencionados já eram esperados, visto que essa é a variante conservadora e ensinada nas escolas como correta; diante disso, as pessoas que estiveram mais tempo expostas aos bancos escolares teriam uma maior familiaridade com essa prerrogativa.

Na seção que se sucede, serão delineadas as últimas considerações pertinentes à análise deste trabalho a partir dos resultados obtidos em relação à variável extralinguística localidade.

5.1.5 Variável Extralinguística: Localidade

Um dos objetivos deste trabalho, ao analisar a variação do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo na Língua Portuguesa, é averiguar como isso acontece em regiões distintas do Brasil. É sabido que o nosso país, além de possuir grandes riquezas culturais, também tem um tesouro

linguístico. Suas dimensões são continentais, então é inevitável que esse fator influencie no modo de falar, mesmo que todos sejam usuários de um mesmo idioma.

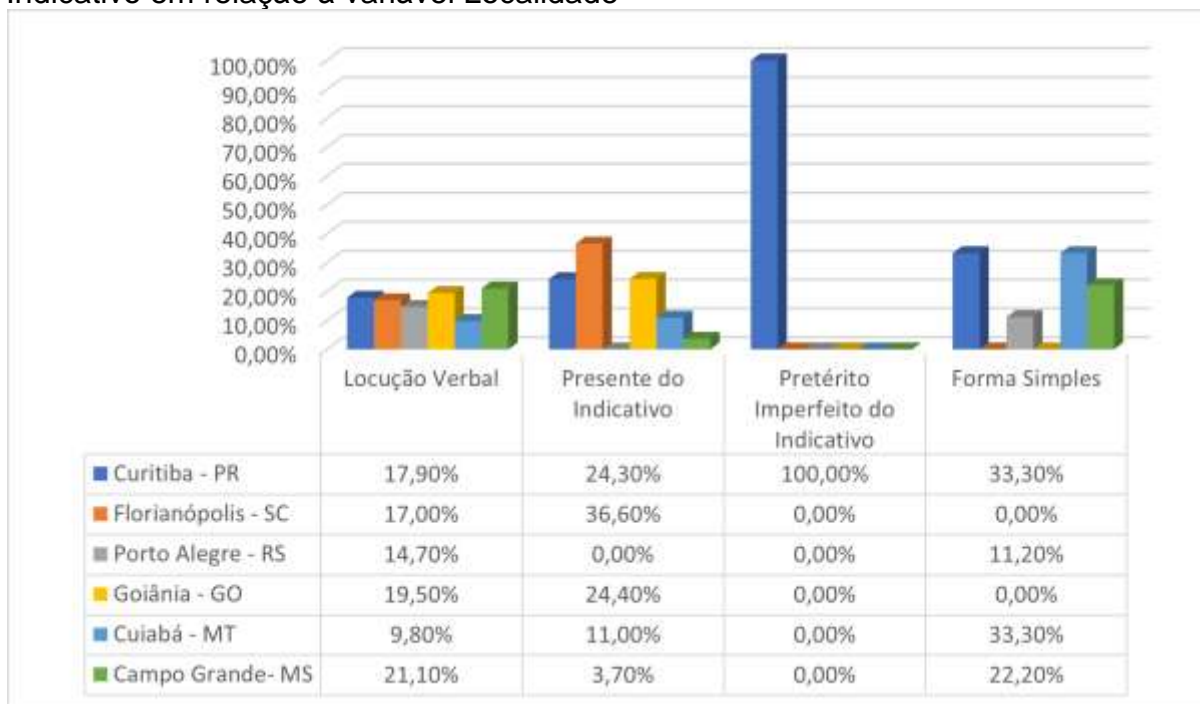
O projeto ALiB, fonte das gravações utilizadas para esta análise, foi criado justamente para evidenciar essa questão. Iniciou-se de maneira tímida, mas, hoje, abarca todas as regiões do país. Tão grande é a seriedade deste trabalho que, no momento da escolha do informante que responderá ao questionário, vários critérios são obedecidos. No que tange à localidade, todos os indivíduos devem ser naturais daquela cidade, terem pais nascidos ali e possuírem uma profissão que não exija mobilidade.

Dessa forma, a Região Sul e a Região Centro-Oeste foram as elencadas para compor a análise desta dissertação, mais especificamente, as capitais de cada um dos seus estados, totalizando, dessa forma, seis localidades.

5.1.5.1 Futuro do Presente do Indicativo

Essa conjuntura será inicialmente delineada a partir dos dados contidos no Gráfico 12. Esse gráfico apresentará somente os percentuais de ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo de acordo com a variável extralinguística Localidade; o número de ocorrências será demonstrado no corpo do texto. Optou-se por expor os resultados dessa maneira para que os gráficos não fiquem poluídos e os números mais bem dispostos, de forma que a análise se dê satisfatoriamente.

Gráfico 12 – Percentuais de ocorrências das variantes do Futuro do Presente do Indicativo em relação à variável Localidade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB.

A respeito da primeira variante representada no Gráfico 12, isto é, a Locução Verbal, os informantes pertencentes à Campo Grande (Mato Grosso do Sul) foram os que mais a utilizaram (21,10%; 26 ocorrências), em seguida, tem-se Goiânia (Goiás), com 19,50% (24 ocorrências). Constata-se, a partir desses resultados, que ambos fazem parte da Região Centro-Oeste, mas, em contrapartida, a última capital que compete a essa trinca, ou seja, Cuiabá (Mato Grosso), foi a que menos usou essa forma de expressão do futuro, totalizando 9,80% (12 ocorrências).

Quanto às capitais da Região Sul, os números foram bem próximos, mas, ligeiramente, Curitiba (Paraná) se sobressaiu, com 17,90% (22 ocorrências), em seguida, vem Florianópolis (Santa Catarina), que utilizou essa variante em 17% das vezes (21 ocorrências), por fim, encontra-se Porto Alegre (Rio Grande do Sul), totalizando 14,70% (18 ocorrências).

Gibbon (2003), após realizar testes de atitude/avaliação com professores de Florianópolis e de Porto Alegre sobre o uso da Locução Verbal *ir* + infinitivo como forma de substituição da Forma Simples de representação do futuro, constatou que, na primeira capital, os alunos têm esse uso corrigido por ser considerado redundante, ao passo que, em Porto Alegre, esse uso é aceito e não considerado “erro”. Ao estabelecer um comparativo com os dados obtidos neste

trabalho, observa-se uma possível mudança de perspectiva em relação a essa variante e é provável que o fator que tenha mais influenciado essa condição seja o tempo. Porto Alegre passa de uma aceitação da Locução Verbal para uma baixa utilização dentro da Região Sul. Em contrapartida, Florianópolis se sobressai no tocante às realizações dessa forma de representação do futuro, mesmo não ultrapassando Curitiba.

Como se pode observar, analisando especificamente a Região Sul, o percentual de ocorrências da Locução Verbal foi subindo à medida que a capital se localiza mais ao norte, no caso, Curitiba. Porto Alegre, por sua vez, que nessa conjuntura, está no extremo sul, foi a que menos utilizou essa forma de representação do futuro, comprovando tal prerrogativa. No tocante à Região Centro-Oeste, ocorreu o contrário: esses percentuais aumentaram à medida que as capitais ficavam mais ao sul da região; diante disso, Campo Grande usou em maior escala essa variante.

É interessante pontuar que Paraná e Mato Grosso do Sul fazem fronteira e a capital de cada estado foi a que mais produziu a Locução Verbal. A explicação pode estar justamente nesse fato. Essa variante está atuando nessa região em que elas se encontram.

Sobre o Presente do Indicativo, a capital que mais utilizou essa variante foi Florianópolis (36,60%; 30 ocorrências), seguida de Goiânia (24,40%; 20 ocorrências), Curitiba (24,30%; 20 ocorrências), Cuiabá (11,00%; 9 ocorrências) e Campo Grande (3,70%; 3 ocorrências); os informantes de Porto Alegre, por sua vez, não fizeram uso dessa forma de representação do futuro (0,00%; 0 ocorrências). Percebe-se, através dos resultados aqui apresentados, que essa variante não pertence unicamente à uma região, visto que os locais em que os participantes mais a empregaram pertence a localidades distintas.

No que concerne ao Pretérito Imperfeito do Indicativo, que só foi utilizado duas vezes no momento de se referir ao Futuro do Presente do Indicativo, ambas as ocorrências acontecem em Curitiba (100,00%; 2 ocorrências). Por ser um número pequeno, acredita-se que uma análise mais acertada será feita no momento da averiguação do uso das variantes em relação ao Futuro do Pretérito do Indicativo.

A respeito da Forma Simples, tanto Cuiabá quanto Curitiba foram as capitais que mais fizeram uso dessa variante, representando, portanto, 33,30% (3 ocorrências). Em seguida, encontra-se Campo Grande (22,20%; 2 ocorrências) e

Porto Alegre (11,20%; 1 ocorrência). Florianópolis e Goiânia não empregaram essa forma de representação para se referir ao Futuro do Presente do Indicativo.

Na Tabela 5, encontram-se os pesos relativos obtidos através da rodada binominal no programa de análise estatística. A análise foi feita por meio da Locução Verbal sobre o Presente do Indicativo; além disso, excluiu-se Porto Alegre (RS), visto que essa impossibilitaria tal feito por não haver variação no tocante a essa localidade.

Tabela 5 – Atuação da variável Localidade para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Presente do Indicativo

LOCALIDADE	APLICAÇÃO/OCORRÊNCIA 123/206	PERCENTUAL 59,7%	PESO RELATIVO Input: 0,597
Curitiba – PR	22/43	51,2%	0,406
Florianópolis – SC	21/51	41,2%	0,298
Goiânia – GO	24/44	54,5%	0,474
Cuiabá – MT	12/21	57,1%	0,572
Campo Grande – MS	26/29	89,7%	0,882
SIGNIFICÂNCIA: 0,045			

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do ALiB.

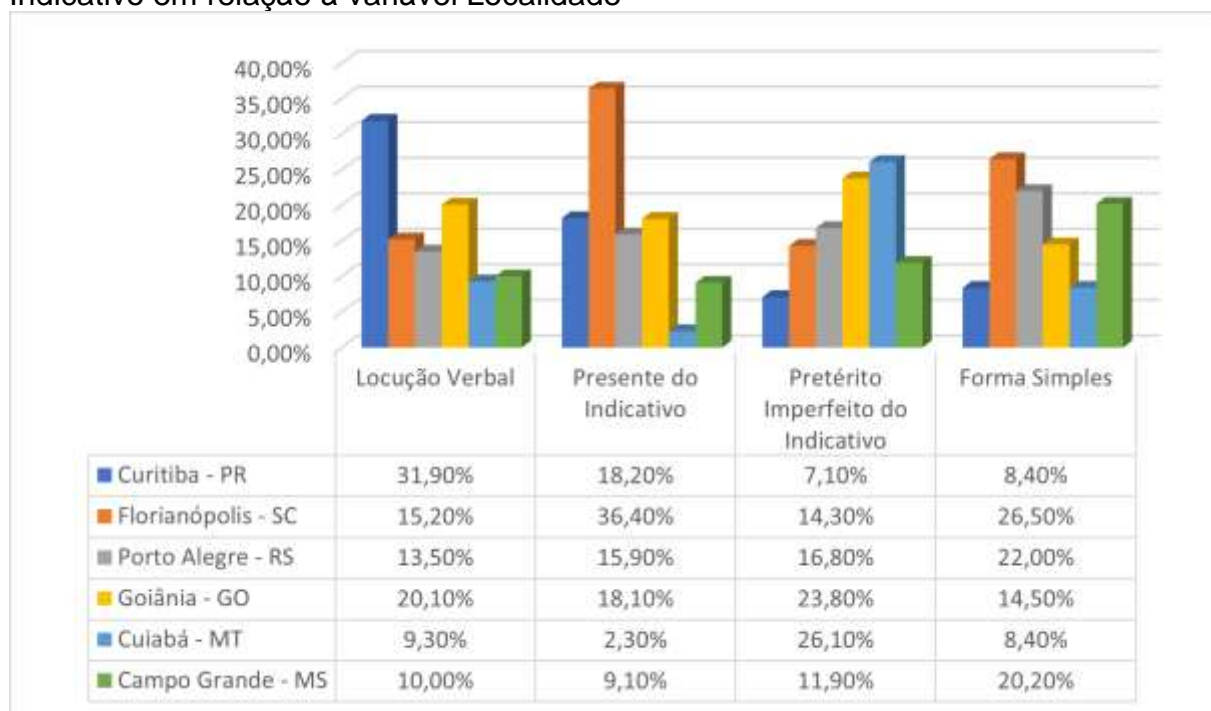
Os resultados expostos na Tabela 5 demonstram que três dos estados selecionados na pesquisa tiveram um peso relativo inferior a 0,5, são eles: Curitiba (0,406), Florianópolis (0,298) e Goiânia (0,474). Esses números evidenciam que tais localidades não favorecem o uso da regra de aplicação da Locução Verbal. Inclusive, em Florianópolis, esse dado foi bem próximo a zero. Esses números contrapõem-se àqueles obtidos perante o percentual de ocorrências desse tempo-verbal.

Em contrapartida, há duas capitais que contribuem para a regra de aplicação da Locução Verbal, a saber, Cuiabá (0,572) e Campo Grande (0,882). Este último, por sua vez, é bastante favorável, pelo fato de ter proporcionado um número extremamente próximo a um. Ambas as capitais fazem parte da Região Centro-Oeste.

5.1.5.2 Futuro do Pretérito do Indicativo

A última variável analisada neste trabalho será referente às ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo no que diz respeito à localidade. Optou-se por dispor os resultados da mesma maneira que o Futuro do Presente do Indicativo, isto é, com o Gráfico 13 demonstrando o percentual de ocorrências e o número de ocorrências sendo disposto ao longo do texto.

Gráfico 13 – Percentuais de ocorrências das variantes do Futuro do Pretérito do Indicativo em relação à variável Localidade



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB.

Os dados referentes à Locução Verbal, nesse tempo-modo verbal, vão ao encontro daqueles obtidos a partir da análise das variantes do Futuro do Presente do Indicativo. No tocante à Região Sul, o percentual de ocorrências aumentou à medida em que o estado a que a capital pertence está mais ao norte; por isso, os informantes de Curitiba fizeram uso dessa forma de representação em 31,90% dos casos (38 ocorrências); posteriormente está Florianópolis (15,20%; 18 ocorrências) e, por fim, Porto Alegre (13,50%; 16 ocorrências). No que tange à Região Centro-Oeste, os resultados são discrepantes, pois Goiânia utilizou em maior escala a Locução Verbal (20,10%; 24 ocorrências), seguida de Campo Grande (10,00%; 12 ocorrências) e Cuiabá (9,30%; 11 ocorrências).

O que se pode constatar, a partir dessa averiguação, é que há um panorama fixo sobre a Locução Verbal na Região Sul. Mesmo que essa variante já não possua um estereótipo que permeie o seu uso, é evidente que há uma escala de preponderância quanto à localidade de cada estado a que as capitais em análise pertencem, levando-se a crer que Porto Alegre é mais conservadora e Curitiba menos.

Sobre o Presente do Indicativo, a capital que mais utilizou essa forma de representação foi Florianópolis (36,40%; 16 ocorrências), seguida de Curitiba (18,20%; 8 ocorrências), Goiânia (18,10%; 8 ocorrências) e Porto Alegre (15,90%; 7 ocorrências). Essas quatro capitais foram as que optaram em maior escala por essa variante do Futuro do Pretérito do Indicativo, mesmo que o percentual obtido por Porto Alegre tenha sido mais preponderante. Por fim, tem-se Campo Grande (9,10%; 4 ocorrências) e Cuiabá (2,30%; 1 ocorrência).

Cabe ressaltar que todas aquelas capitais que pertencem à Região Sul fizeram parte dessa conjuntura e uma hipótese para isso é de que essas cidades recebem pessoas de todos os locais do país para frequentar suas renomadas universidades, trazendo seus costumes, seus hábitos e, até mesmo, sua própria forma de falar.

A última variante considerada inovadora, ou seja, o Pretérito Imperfeito do Indicativo, proporcionou percentuais bem próximos de realizações para cada capital; entretanto, Cuiabá sobressaiu-se, com 26,10% (11 ocorrências), seguida de Goiânia (23,80%; 10 ocorrências), Porto Alegre (16,80%; 7 ocorrências), Florianópolis (14,30%; 6 ocorrências), Campo Grande (11,90%; 5 ocorrências) e Curitiba (7,10%; 3 ocorrências).

Observa-se, a partir dos percentuais listados no parágrafo anterior, que as capitais em que os moradores fizeram mais uso do Pretérito Imperfeito do Indicativo foram Cuiabá e Goiânia, ambas pertencentes à Região Centro-Oeste, porém a diferença para Porto Alegre e Florianópolis, que vieram na sequência e localizam-se na Região Sul, não é tão grande. Isso demonstra que essa variante já está disseminada em ambas as regiões brasileiras.

No tocante à Forma Simples, os informantes residentes em Florianópolis foram os que mais a realizaram, com 26,50% (15 ocorrências). Posteriormente, tem-se Porto Alegre, a qual totalizou 22,00% das realizações (13 ocorrências). Essas duas capitais pertencem à Região Sul, o que demonstra que

talvez essa possa ser uma localidade mais conservadora se comparada à Região Centro-Oeste, visto que Campo Grande optou por essa forma de representação em 20,20% (12 ocorrências), já Goiânia 14,50% (8 ocorrências) e, por fim, Cuiabá com 8,40% (5 ocorrências) – esse percentual é idêntico ao que Curitiba proporcionou.

A fim de expandir essas considerações, a Tabela 6 apresenta os pesos relativos obtidos através da rodada Locução Verbal sobre a Forma Simples.

Tabela 6 – Atuação da variável Localidade para a implementação da variante Locução Verbal para indicar o Futuro do Pretérito do Indicativo

LOCALIDADE	APLICAÇÃO/OCORRÊNCIA 123/206	PERCENTUAL 59,7%	PESO RELATIVO Input: 0,597
Curitiba – PR	22/43	51,2%	0,406
Florianópolis – SC	21/51	41,2%	0,298
Goiânia – GO	24/44	54,5%	0,474
Cuiabá – MT	12/21	57,1%	0,572
Campo Grande – MS	26/29	89,7%	0,882
SIGNIFICÂNCIA: 0,045			

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ALiB.

Nota-se, a partir dos dados contidos na Tabela 16, que as capitais que favoreceram a regra de aplicação da variante Locução Verbal foram Curitiba (0,793), Goiânia (0,523) e Cuiabá (0,550). Apesar de duas dessas cidades estarem na Região Centro-Oeste, não há a possibilidade de comprovar que somente esse local contribui para a realização dessa variante, pois, com uma grande diferença, Curitiba encontra-se em primeiro lugar. O que se pode concluir, entretanto, é que essa variante se encontra totalmente presente na fala dos brasileiros, independentemente do local em que residem.

Para embasar esse resultado, faz-se mister retomar o trabalho de [Fonseca](#) (2010), a qual examinou a perífrase verbal no interior de São Paulo. Os dados demonstraram que essa variante não concorre mais com a Forma Simples, visto que o seu uso se dá em proporções bem mais significativas. Essa região faz fronteira com o interior do Paraná, local do qual muitos jovens se deslocam para a capital a fim de estudar em suas universidades. É possível que essa conjuntura esteja presente nessas localidades e que esses indivíduos, ao migrarem para

Curitiba, levem consigo a sua própria maneira de falar, influenciando o dialeto desse lugar e contribuindo significativamente para o uso da Locução Verbal.

Em vista de todos esses dados apresentados e a análise feita a partir deles, a seguir, serão expostas as considerações finais de tudo o que fora elucidado até então, a fim de que a importância deste trabalho seja registrada, bem como os benefícios dessa avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusões obtidas com este trabalho, de modo geral, corroboram os resultados de diversas pesquisas realizadas e aqui já mencionadas sobre a variação nas formas de representação do Futuro do Indicativo em outras localidades do Brasil e em outras épocas. Confirma, ainda, muitas hipóteses levantadas, descarta outras e suscita muitos questionamentos acerca do tema analisado.

A expressão do futuro verbal, ao longo da história da Língua Portuguesa, sempre foi um fenômeno linguístico variável. Foram documentadas quatro variantes: a Forma Simples, a Locução Verbal com *ir* + infinitivo, o Presente do Indicativo e o Pretérito Imperfeito do Indicativo.

As variantes selecionadas para compor a pesquisa se deram a partir de sua recorrência nos trabalhos já realizados que versavam essa temática. De princípio, as que mais se fizeram presentes foram a Forma Simples, a Locução Verbal e o Presente do Indicativo, poucos autores mencionaram o Pretérito Imperfeito do Indicativo. Entretanto, ao longo do levantamento dos dados, esse tempo verbal apareceu 44 vezes e foi o preferido pelos informantes em alguns momentos; diante disso, fez-se a sua inserção junto às demais variantes.

Observou-se, ao longo da análise, que esse tempo verbal se deu em maior proporção no momento de expressar o Futuro do Pretérito do Indicativo, principalmente em orações condicionais (*Se eu ganhasse, viajava todo o mundo*). Essa construção é perfeitamente adequada a esse contexto, visto que se indagava ao informante o que ele faria se ganhasse na loteria; de maneira lógica, ele elencava ações cuja condição era justamente essa.

Conclui-se, com isso, que a recorrência desse tempo verbal no *corpus* em análise se deu pelo teor da pergunta feita aos informantes, o que não aconteceu nos trabalhos verificados no estado da arte. Portanto tal ocorrência depende de contextos específicos.

Entre todas essas maneiras de representação, a única considerada correta, de acordo com as normas gramaticais, seria a Forma Simples; entretanto, constatou-se, mediante os dados apresentados, que a Locução Verbal está sendo muito utilizada, contrariando o que se considera como certo pelas Gramáticas Normativas. Em seguida, está o Presente do Indicativo. Tal constatação pode ser feita ao analisar os dados gerais em relação a cada tempo-modo verbal. Tanto no

momento da utilização do Futuro do Presente do Indicativo quanto na realização do Futuro do Pretérito do Indicativo, a Locução Verbal foi a mais recorrente.

A presença do adjunto adverbial ocorreu, muitas vezes, ao longo das entrevistas, aliada aos tempos futuros, o que demonstra que o tom de futuridade é, muitas vezes, propiciado por esse recurso linguístico ou, até mesmo, intensificado. Além disso, outra explicação se dá na medida em que ele desfaz algumas ambiguidades, por exemplo, em relação à marcação do tempo necessário para que aquela ação se realize, bem como no momento da utilização de variantes, tais como o Pretérito Imperfeito do Indicativo.

Pensando nisso, ao analisar o uso do Presente do Indicativo com valor de futuro, esperava-se, também, que a presença do adjunto adverbial fosse recorrente, e isso, de fato, ocorreu. Quando essa variante foi utilizada para expressar os dois tempos verbais em análise nesta dissertação, os adjuntos adverbiais estiveram presentes na maioria das vezes, o que demonstra que essa forma de representação do futuro necessita de algo que corrobore o seu significado.

Em relação à variável sexo, foi possível averiguar que uma das formas inovadoras de representação do futuro, a Locução Verbal, está presente tanto na fala dos homens quanto na fala das mulheres, principalmente quando se analisam as ocorrências do Futuro do Presente do Indicativo. Tal fato demonstra que essa variante já está vastamente inserida na Língua Portuguesa, ambientado, até mesmo, no dialeto daqueles grupos sociais que tendem a rejeitar esse caráter inovador, nesse caso, as mulheres.

Entretanto, em relação ao Presente do Indicativo para expressar o Futuro do Presente do Indicativo, essa variante foi a preferida pelos homens, porém, no momento da utilização do Futuro do Pretérito do Indicativo, mesmo com uma diferença pequena, as mulheres preferiram-na. Ao examinar as ocorrências da Forma Simples, constatou-se que os informantes do sexo feminino ainda a usam em maior escala.

Quanto à variável faixa etária, conclui-se, ao analisar as variantes inovadoras Locução Verbal e Presente do Indicativo, que as hipóteses levantadas no início deste trabalho não foram confirmadas, visto que os informantes mais velhos as utilizaram na maioria das vezes. Isso demonstra que estamos diante de uma variação estável, principalmente em relação à Locução Verbal.

A averiguação específica do Pretérito Imperfeito do Indicativo como forma de representação do futuro proporcionou resultados diferentes desses já mencionados no parágrafo anterior, pois, quando se observam as ocorrências do Futuro do Presente do Indicativo, essa variante foi a preferida pelos mais jovens. Apesar disso, houve apenas duas realizações dessa variante para expressar esse tempo verbal na fala de informantes distintos, o que demonstra que isso possa ser um caso de idiosincrasia. No que tange ao Futuro do Pretérito do Indicativo, o número de ocorrências foi o mesmo para ambas as faixas etárias.

Os percentuais obtidos mediante a análise do grau de escolaridade demonstraram-se bem próximos em relação às realizações dos indivíduos com Ensino Fundamental e Ensino Superior, principalmente quanto à Locução Verbal. No que diz respeito ao Presente do Indicativo, os números divergiram muito pelo fato de que, ao expressar o Futuro do Presente do Indicativo, os informantes com Ensino Fundamental utilizaram essa variante na maioria das vezes; em contrapartida, ao fazer referência ao Futuro do Pretérito do Indicativo, quem a preferiu foram aqueles com Ensino Superior.

Com a demonstração desse panorama quanto ao grau de escolaridade, pode-se concluir que esse é, realmente, um fator preponderante na escolha de uma ou outra variante, pelo fato de que, na maioria dos casos, as hipóteses tenham se mantido, isto é, aqueles que ficaram menos tempo expostos aos bancos escolares utilizaram, em maior escala, as variantes inovadoras, e os informantes com Ensino Superior fizeram mais uso da variante conservadora, a Forma Simples.

Quanto à localidade, a hipótese levantada no início deste trabalho, ao se analisar duas regiões brasileiras distintas, era que ocorressem alterações significativas nas preferências dos informantes. Os indivíduos da Região Sul optariam, em maior número, pela Forma Simples, enquanto os moradores da Região Centro-Oeste utilizariam mais a Locução Verbal, o Presente do Indicativo e o Pretérito Imperfeito do Indicativo.

Os resultados demonstraram que as diferenças não ocorrem especificamente de região para região, mas sim dentro da capital de cada estado que a compõe. Observou-se que Florianópolis e Porto Alegre, os quais pertencem a estados mais ao sul da Região Sul, mantêm a forma conservadora em seu dialeto; o

mesmo ocorre com Cuiabá e Goiânia, porém são estados cujas capitais se localizam mais ao norte da Região Centro-Oeste.

O que se pode depreender a partir dessa conjuntura é que Curitiba e Campo Grande, capitais do Paraná e do Mato Grosso do Sul, respectivamente, foram as que utilizaram, em maior proporção, as variantes inovadoras, em especial a Locução Verbal. Ademais, um fato interessante a ser ressaltado é que esses estados são fronteiriços; diante disso, esse caráter inovador pode estar nessa localidade em específico.

Esta dissertação confirma muito do que já se assinalara sobre esse fenômeno variável, como atestam vários estudos referenciados ao longo deste trabalho, mas ratifica, sobretudo, a incoerência das normas gramaticais quando comparadas ao uso real da Língua Portuguesa. As novas formas de representação estão tão difundidas pelo nosso país, que nenhum grupo social fica restrito a essa modificação. Portanto é necessária uma reformulação nesse quesito para que todos os seus usuários possam se identificar no momento da aprendizagem da língua.

Todavia, este trabalho está longe de ser conclusivo. Muitos outros fatores em relação ao tema em foco devem ser ponderados. Aspectos semântico-discursivos, como outros tipos de texto e a modalidade escrita, por exemplo, não considerados aqui, podem atuar no condicionamento e na escolha de uma variante dentre outras, no caso, as várias formas de expressão do futuro em português já mencionadas.

Além disso, faz-se necessária uma análise com dados coletados mais recentemente, a fim de observar principalmente o estágio atual das variantes inovadoras (Locução Verbal e Presente do Indicativo). Isso poderia ser feito a partir de um novo questionário que permitisse analisar, também, o contexto de monitoramento de fala. Ademais, com os dados que já temos coletados pela equipe do ALiB, é interessante que se faça uma expansão para outras regiões a fim de verificar se essas variantes possuem o mesmo comportamento em todo o país.

Apesar dessas possibilidades de investigação, este estudo cumpre o seu objetivo, uma vez que faz uma importante contribuição para a descrição da Língua Portuguesa em relação ao uso das variantes do Futuro do Presente do Indicativo e do Futuro do Pretérito do Indicativo, pois observa que, mesmo ainda utilizada, a Forma Simples está sendo substituída gradativamente pela Locução Verbal e pelo Presente do Indicativo. Isso pode impulsionar revisões nas Gramáticas

Normativas a fim de que fiquem mais próximas da realidade linguística do nosso país.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA**, Vanderci de Andrade. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.
- ALKMIM**, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 1, 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 21-47.
- ALMEIDA**, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- AMARAL**, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. São Paulo: Hucitec, 1982 [1920].
- ARAGÃO**, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleuza Bezerra de. *Atlas Lingüístico da Paraíba I-II*. Brasília: Universidade Federal da Paraíba: CNPq, 1984.
- BALHANA**, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 87, p. 39-40, jan./abr. 1996.
- BARBOSA**, Jerónimo Soares. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1875.
- BARROS**, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Organizada por José Pedro Machado. 3. ed. Lisboa: Sociedade Astória, 1957.
- BECHARA**, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BENVENISTE**, Émile. *Origine de la formation des noms en indo-européen*. Paris: Maisonneuve, 1935.
- BENVENISTE**, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1935.
- BOTASSINI**, Jacqueline Ortelan Maia. *A elipse do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná: uma análise variacionista*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – (Universidade Federal do Paraná), Curitiba, 1998.
- BRANDÃO**, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Editora do Autor, 1963.
- BRIGHT**, William. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 41-47.
- BYBEE**, Joan *et al.* *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994
- CÂMARA JUNIOR**, Joaquim Mattoso. *A forma verbal portuguesa em -ria*. Washington: Georgetown University Press, 1967.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1978.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Uma forma verbal portuguesa – estudo estilístico e gramatical*. Tese (Concurso para a cadeira de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio/Rodrigues & Cia., 1956.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística: tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; **FERREIRA**, Carlota da S. *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: UFBA, 2000.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

CHAMBERS, Jack; **TRUDGIL**, Peter. *La dialectología*. Madrid: Visor Libros, 1994.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.

COSTA, Ana Lúcia dos Prazeres. *O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo diacrônico*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

COSTA, Sônia Bastos Borba. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 7. ed. revista. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1977.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica: lingüística e filologia*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1984.

CUKOR-AVILA, Patricia; **BAILEY**, Guy. Real and Apparent Time. In: **CHAMBERS**, J. K.; **SCHILLING-ESTES**, Natalie (eds.). *The Handbook of Language Variation and Change*, second edition. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell, 2008. p. 239-262.

CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S. A., 1978.

CUNHA, Celso; **CINTRA**, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, Carlos; **MOURA**, Francisco. *Gramática*. 18. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FERREIRA, Carlota *et al.* *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia: Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, Carlota.; **CARDOSO**, Suzana Alice Marcelino. A. *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FLEISCHMAN, Suzanne. *The future in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

FONSECA, Ana Maria Hernandez da. *A perífrase verbal ir + infinitivo e o futuro do dialeto Riopretano: um estudo na interface sociolinguística/gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, 2010.

GIBBON, Adriana de O. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis: UFSC, 2000.

GIBBON, Adriana de O. *Teste de atitude e ensino: a expressão vou ir no Sul do país*. Comunicação apresentada no II ECLAE. João Pessoa: UFPB, 7 a 10 de setembro de 2003.

GONÇALVES, Alcione. *O analitismo verbal e a expressão do futuro no português brasileiro: um estudo diacrônico*. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

GRANDGENT, Charles Hall. *Introdução ao latim vulgar*. 3. ed. Trad.: Francisco de B. Moel. Madrid: Conselho Superior de Investigação Científica, 1963.

GRYNER, Helena. *De volta às origens do futuro condicionais possíveis e a perífrase ir + infinitivo*. Estudos Lingüísticos. (GEL), São Paulo: UNESP, 1997.

GRYNER, Helena. *Marcação e expressão do futuro na fala e na escrita*. Comunicação apresentada no XII Congresso da ASSEL-Rio. Rio de Janeiro: UERJ, 17 a 19 de novembro de 2003.

GUY, Gregory R.; **ZILLES**, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HEINE, Bernd. *et al.* *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul J. *On some principles of grammaticalization*. In: **TRAUGOTT**, E.; **HEINE**, B. (ed.). 1991.

HRICSINA, Jan. *A evolução do tempo futuro em português é cíclica? Études romanes de Brno*, 2011, n. 32, p. 171-180, 2011.

ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino de português*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KAILER, Dircel A. *Vogais pretônicas /e/ e /o/: um estudo em tempo aparente*. Tese de Doutorado. Araraquara: UNESP, 2008.

LABOV, William, ASH, Sharon; BOBERG, Charles. *Atlas of North American English*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

LABOV, Willian. Language and social class. 1960. *British Journal of Sociology*, London: LSE, v. 1, p. 271–276, set. 1960.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muitas histórias*. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

LEMLE, Miriam. *Análise sintática*. São Paulo: Ática, 1989.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia*. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*. São Paulo: Pioneira, 1987.

MALVAR, Elisabete. *O presente do futuro no português oral do Brasil*. Tese de Doutorado. Ottawa: University of Ottawa, 2003.

MALVAR, Elisabete; POPLACK, Shana. O presente e o passado do futuro no português do Brasil. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia. *Naro e a lingüística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MARTELOTTA, Mário *et al.* *Gramaticalização no português: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

NARO, Anthony Julius. Modelos Quantitativos e Tratamentos Estatísticos. In: MOLLICA, M.C. (org.) *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cadernos Didáticos, UFRJ, 1994. p. 17-25.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953 [1922].

NEVES, Maria Helena de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA E SILVA, Giselle Machline; **SCHERRE**, Maria Marta Pereira (orgs.). *Padrões sociolingüísticos. Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Fátima. *O futuro em português: alguns aspectos temporais e/ou modais*. Actas do 1o Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1985, p.353-373.

OLIVEIRA, Josane Moreira de. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006.

OLIVEIRA, Josane Moreira; **OLINDA**, Silva Rira Magalhães. A trajetória do futuro perifrástico na Língua Portuguesa: séculos XVIII, XIX e XX. *Revista da BRALIN*, Natal, UFRN, v.7, n.2, p. 97-117, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

PERINI, Mário. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis: Vozes, 1977.

PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. University of Michigan. 57 fl. (Mimeo). 1988.

PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

POPLACK, Shana. The care and handling of a megacorpus: The Ottawa-Hull French Project. In: FASOLD, Ralph W.; Schiffrin, Deborah. (eds.), *Language change and variation*. Amsterdam: John Benjamins, 1989. p. 411-444.

POPLACK, Shana; **TURPIN**, Danielle. *Does the FUTUR have a future in (Canadian) French?* Canadá: University of Ottawa, 1999.

RADTKE, Edgard; **THUN**, Harald. *Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço*. Porto Alegre: Cadernos de Tradução - Instituto de Letras, 1999.

RIBEIRO, Julio. *Gramática portuguesa*. 39a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

RIBEIRO, Julio et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977.

ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*, v. 13, n. 2, 203-242, jul./dez. 2013.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.

SAID ALI, Manuel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 5 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

SANTOS, Adriana Morcelles dos. *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 1997.

SANTOS, Josete Rocha dos. *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

SILVA, Ademar da. *A expressão de futuridade no português falado*. Araraquara: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.

SILVA, Tereza Santos da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito da fala de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1998.

SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da migração à colonização*. In: AUBERTIN, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: EdunB/ ORSTOM, 1988. p.19-37.

TARALLO, Fernando. *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, SP: Pontes/Universidade Estadual de Campúias, 1989.

TAUNAY, Affonso de. Relatos Monçoeiros. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, vol. III, p. 14, 1975.

TRUDGILL, Peter. *Sociolinguistics – an introduction*. Great Britain, London: Penguin Books, 1981.

WEINREICH, Uriel; **LABOV**, William; **HERZOG**, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.